



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**NOTAS DISCURSIVAS SOBRE AUTORIA NA REDE (WEB):
O FUNCIONAMENTO POLIFÔNICO DA AUTORIA NO SISTEMA
COMPUTACIONAL NELL**

Estevam Rafael Hruschka



SÃO CARLOS
2016

Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**NOTAS DISCURSIVAS SOBRE AUTORIA NA REDE (WEB):
O FUNCIONAMENTO POLIFÔNICO DA AUTORIA NO SISTEMA
COMPUTACIONAL NELL**

ESTEVAM RAFAEL HRUSCHKA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Estevam Rafael Hruschka, realizada em 07/04/2016:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
UFSCar

Profa. Dra. Soraya Maria Romano Pacifico
USP

Profa. Dra. Rejane Centurion Gambarra e Gomes
UNEMAT

AGRADECIMENTOS

A Deus – pela existência concedida, dotada das condições, da vida, plenas.

À minha Família – Eliane, Luciana, Estevam Junior, Simone, Janete, Thaís e Valentina, por vivenciarmos, juntos, a realização desse vívido Ideal, e de quem recebi sempre um descomunal incentivo, desmedido apoio e um carinho extremado.

Ao Professor Roberto Leiser Baronas pela sublime longanimidade, sacrificando-se incondicionalmente em prol das pessoas próximas.

Aos componentes do Grupo de Estudos LEEDiM, pelas prontas contribuições e pelas acalentadoras solidariedade e amizade com que me distinguiram.

Aos Professores que me auxiliaram no aprendizado e na proficiente caminhada disciplinar.

A todos os integrantes, Professores e Funcionários do PPGL, pela prestatividade no apoio constante que recebi.

A todos os amigos e colegas de curso, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa faz uma reflexão sobre o funcionamento da autoria em um sistema computacional - NELL– (Never Ending Language Learning), que tem como fundamento específico ler e interpretar informações na WEB com a finalidade de formar um pertinente acervo de conhecimentos, armazenando-o em um espaço digital. Sua fonte de coleta de dados é a Internet e por meio de um processo de leitura contínua, o programa se abastece de todo o conteúdo (em forma de texto) nela inserido. Obedecendo a um método de relações, interações e releituras entre as informações recebidas, busca formar uma base de conhecimentos própria, sintetizada, constituindo e pondo à disposição, com isso, respostas imediatas e objetivas sobre qualquer assunto que lhe for proposto, que tenha sido ventilado no ambiente do seu foco. Discernir, procurando identificar, tendo como sustentáculo um conhecimento de causa sob a égide dos princípios já relatados por estudiosos desta matéria, indícios que proporcionem, com alguma clareza, a compreensão sobre o funcionamento da autoria na rede eletrônica de comunicação, utilizando como correferência a NELL, é do que trata este trabalho. O presente estudo está ancorado, basicamente, nos pressupostos teóricos dos pesquisadores: Michel Foucault, em sua obra: “O que é um Autor?”; Dominique Maingueneau: “Doze Conceitos em Análise do Discurso”, “Cenas da Enunciação” e “Discurso Literário”; Sírio Possenti: “Indícios de Autoria”; a abordagem de Roger Chartier sobre o trabalho de Michel Foucault: “O que é um Autor? Revisão de uma genealogia”; e Eni P. Orlandi: “Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”. Obras que versam sobre o tema pesquisado. Nossas primeiras conclusões, a partir das análises efetivadas, mostram que a autoria da NELL se dá num jogo polifônica de diferentes vozes.

Palavras-chave: Discurso; Autoria; Internet e NELL.

ABSTRACT

This research work aims at giving thought to the authorship concept when applied to a computational system – NELL (Never-Ending Language Learner) - that was designed to read the WEB in order to automatically build a consistent knowledge repository to be digitally stored. The internet is the primary input source for the system, and using a so called “never-ending” reading process, the computer program is capable of accessing and fetching the whole internet content. Following the idea of exploring the relations and interactions among concepts, contexts and facts stated over the internet, the computer system will generate its own knowledge base, which will allow it to immediately answer questions on any domain. Considering the promising initial results obtained so far, studying and investigating theoretical approaches proposed by researchers from de authorship over de internet, having NELL as co-reference, is the main goal of the scientific research described in this document. This work is guided, basically, by the theoretical presupposition, as well as by the position and opinion of the following researchers: Michel Foucault, in its work: “O que é um Autor?”; Dominique Maingueneau: “Doze Conceitos em Análise do Discurso”, “Cenas da Enunciação” and “Discurso Literário”; Sírio Possenti: “Indícios de Autoria”; the Roger Chartier approach based on Michel Foucault work “O que é um Autor? Revisão de uma genealogia”; and Eni P. Orlandi: Interpretação; Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Which are works that explore the target research topic. Based on the performed studies and analyses, our initial conclusions reveal that NELL’s authorship happens as in a polyphonic game of different voices.

Keywords: **Speech;** **authorship;** **internet** **NELL.** **..**

SUMÁRIO

1 Breve introdução.....	2
2 Capítulo 1	4
3 A WEB, funcionando como sistema linguageiro	4
4 Capítulo 2 – NELL e outros sistemas	11
4.1 O que é a NELL:	12
2.2-Elementos históricos da NELL	30
2.3- Estado da Arte da NELL	32
2.4- Diferenças e/ou similaridades com outros sistemas computacionais disponíveis na Internet.....	35
2.4.1 - WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre.	36
2.4.2- SLASHDOT	38
2.4.3- - TWITTER	39
2.4.4- - GOOGLE	40
2.4.5- - CREATIVE COMMONS	40
2.5 - A NELL enquanto Discurso	41
5 Capítulo 3 –	47
6 Referencial Teórico	47
3.1 O que é um Autor?.....	50
3.2 O que é um autor? Revisão de uma genealogia.....	61
3.3- Indícios de autoria	72
3.4- A autoria em Dominique Maingueneau	79
3.5 - Interpretação: Autoria e Efeitos do Trabalho Simbólico em Orlandi	83
7 Capítulo 4	88
8 Das Análises	88
9 Capítulo 5	96
10 Breves conclusões em forma de questionamentos	96
11 Referências Bibliográficas.....	103

Breve introdução

Nesta dissertação de mestrado, apresenta-se um trabalho de pesquisa que objetiva a reflexão sobre o funcionamento da autoria em um sistema computacional: - NELL – (Never Ending Language Learning), constituído para ler informações na WEB com a finalidade de formar talvez o maior acervo de conhecimentos construído até hoje, e armazenado em um espaço digital. Sua fonte de coleta de dados é a Internet, e por meio de um processo de leitura contínua, o programa se abastece de todo o conteúdo nela inserido. Trabalhamos à luz da análise de discurso de orientação francesa. Dividimos a nossa dissertação em três capítulos. Na introdução, há um breve relato das expectativas presentidas pelo autor Pierre Lévy (1997), quando assenta suas reflexões sobre a autoria na Rede (WEB) de comunicação, ao se promover uma leitura de hipertextos na Internet, ao se obedecer ou não a um determinado roteiro, os resultados das opções escolhidas colocam situações amplamente diversificadas. Contribuições importantes também de Martins (2014), com suas expressões corroborativas, retocam as considerações mais recentes que permeiam os estudos, incertezas e pareceres sobre a autoria na rede. Neste excerto introdutório ainda encontram-se registros dos itens como: justificativa teórico-analítico para este estudo, objetivo ansiado, e uma sucinta descrição do referencial teórico- metodológico referenciado nesta pesquisa.

No primeiro capítulo está registrada uma descrição detalhada da estrutura e funcionamento da NELL, objeto de estudo deste trabalho, contendo princípios de funcionamento do programa computacional, sendo mais incisivamente focado o fulcro comunicativo desse sistema, não há uma abordagem técnica sobre a composição algorítmica e/ou outros itens desta construção alheios ao foco relacionado à comunicação.

Considerações sobre elementos de história da NELL, a viabilidade atual de reencetando os antigos anseios da humanidade pela construção de uma Enciclopédia que englobasse todo o conhecimento existente em todas as áreas, o porquê do pensamento sobre a possibilidade da construção desta forma de captação e armazenamento de conhecimentos.

Detalhes pertinentes ao estado da Arte da NELL, seu atual estágio de evolução, modo de aprendizado, similaridades com a aprendizagem humana e considerações teóricas sobre o desempenho da função-autor, processo utilizado para evolução contínua, lendo e relendo e automática e perenemente melhorando, assim, seus resultados e ampliando sempiternamente suas bases. Condições que proporcionam a precisão dos resultados.

Detalhamento de alguns outros sistemas computacionais existentes na Rede WEB de comunicação, que facultam um comparativo de seus funcionamentos na similaridade e/ou nas diferenças de desempenho em relação ao sistema aplicado na NELL; como exemplos são descritos com mais detalhes de suas funções os dispositivos: Enciclopédia Wikipédia, o Slashdot, o Twitter, a Google, e a Creative Commons.

Na seara discursiva, busca-se uma aproximação da NELL enquanto discurso, com o estatuto da “Ordem do Enunciável”, aplicado por Courtine em seu trabalho denominado “O Chapéu de Clémentis” e também um enquadramento na teoria de Dominique Maingueneau explicitada em sua obra *Cenas da Enunciação*, considerando a Cena Genérica, Cena Englobante e Cenografia.

No terceiro capítulo, encontra-se o referencial teórico-metodológico, isto é, uma descrição sucinta das teorias cujos princípios determinados por seus autores foram utilizadas para amparar, servir de arrimo à elaboração da solução buscada nesta pesquisa e que estão aqui nominadas, autor e obra: de Michel Foucault – *O que é um Autor?*; de Roger Chartier – *O que é um Autor? Revisão de uma Genealogia*; de Dominique Maingueneau - *Doze Conceitos em Análise do Discurso – Cenas da Enunciação e Discurso Literário*; de Sírio Possenti – *Indícios de Autoria*; de Eni P. Orlandi – *Interpretação: Autoria e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Cumpre destacar que muitas dessas teorias não aparecem materializadas explicitamente nas análises de nosso objeto, mas optamos por textualizá-las, por um lado, em respeito aos egrégios pensadores que antes de nós já se debruçaram sobre a questão da autoria nos seus diversos âmbitos e, por outro, mesmo obliquamente elas iluminaram o nosso percurso acadêmico.

Estão colocadas no capítulo quatro, as análises, propriamente ditas, das imbricações encontradas nas considerações sobre o objeto estudado e os indícios sobre o funcionamento da autoria na NELL, legados não somente nas considerações desses estudiosos auscultados nas obras citadas, mas principalmente nas contribuições de Dominique Maingueneau acerca das cenas de enunciação da web. Uma abordagem sobre as fontes de financiamentos da NELL, exemplificando as modalidades de investimentos usualmente promovidas pelas Instituições colaboradoras nos casos desses projetos e seus similares.

Por fim, nas considerações finais, retomamos as principais contribuições deste trabalho acerca da questão do funcionamento da autoria na internet, bem como apontamos para futuras pesquisas que poderiam ser atacadas.

Capítulo 1

A WEB, funcionando como sistema linguageiro

Como primeira reflexão sobre o processo de autoria nos domínios virtuais, parte-se do ato denominado navegação, que é uma atividade de simples leitura de algumas das miríades de informações existentes naquele espaço. O mero exercício dessa faculdade, bem como a leitura de um livro, que também o é, já tem sido considerado um procedimento de coautoria, isso porque o leitor constituirá, dará um sentido próprio às palavras, pois, nessa interação, nesse dialogismo, este ato responsivo produzirá a materialização da palavra, segundo Bakhtin (1995), ao promover a compreensão ou a interpretação que é um ato individual de produção do sentido; envolvendo ainda os saberes, numa correlação com a intertextualidade e/ou interdiscurso, vindo dos conhecimentos de que o leitor for possuidor, pela articulação que faz, de textos diversos que lhe foram dados a conhecer através de outras leituras. E, portanto, como avalia Pierre Lévy (1997), ao se navegar pela Internet, seguindo caminhos de interesses próprios, e clicar, optativamente, nos elos de conexão dos hipertextos, já caracteriza uma leitura particular individual e independente, realizando, com isso, uma forma de escrita, ou montagem de um texto próprio. Este conceito poderá servir como estrutura subjacente de anuição à possibilidade da consideração e legitimação de um sistema autoral nos moldes da enciclopédia que a NELL tem como proposta básica e a está construindo. Mas, esta não é uma exclusividade de produção por vias eletrônicas apenas, porquanto uma leitura com inferência intertextual auxiliada pela articulação de outros vários textos é passível de realização em publicações impressas também em outros suportes.

Ainda, para Lévy, (1997, p. 46) a leitura de um hipertexto é um fator contributivo altamente representativo e promovedor de uma produção escrita, como podemos ver em sua opinião, no excerto que segue:

“Assim a escrita e a leitura trocam seus papéis. Todo aquele que participa da estruturação do hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras de sentido, já é um leitor. Simetricamente, quem atualiza um percurso ou manifesta este ou aquele aspecto da reserva documental contribui para a redação, conclui momentaneamente uma escrita interminável. As costuras e remissões, os caminhos de sentidos originais, que o leitor inventa, podem ser incorporados à estrutura mesma do ‘corpus’. A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita.”

Como se nota, para Lévy, considerando, neste caso, apenas uma leitura ao estilo dos navegadores da Internet, portanto, ler via eletrônica de comunicação, trilhando os caminhos de um hipertexto ao seu ‘bel prazer’, clicando indistintamente em elos de conexão com outros textos e leituras, livre de qualquer indicação, construindo um itinerário particular, seria já uma forma de escrita ou de autoria. Leitor e autor fundir-se-iam numa só personagem.

Um bom exemplo, conforme citado em Martins, (2014, p. 55) e que merece atenção especial de autoria na rede é o sistema de arquivo e de produção de conhecimento através de uma participação polifônica massiva, de vozes oriundas das mais variadas camadas sociais, recebendo contribuições de diferentes identidades culturais e ideológicas que atualmente se propagam por todos os quadrantes do orbe, por meio dos inúmeros recursos relacionais que a Internet proporciona. O que se verifica é que esses discursos polifônicos e divergentes configuram uma espécie de luta acirrada na rede, como acontece na *Wikipédia*, onde variadas opiniões concorrem para o conteúdo final. Na maioria das vezes essas negociações chegam a um consenso, a bom termo, mas, em determinados assuntos, as dissensões se perenizam, tornam-se intermináveis, o que fez com que os administradores dessa enciclopédia concentrassem a edição de alguns desses verbetes mais polêmicos em páginas protegidas. Segundo a administração dessa enciclopédia eletrônica de construção colaborativa, uma página protegida é aquela com mecanismos que permitem restrições aplicadas pelos administradores quanto à edição ou movimentação da página, e que só são executadas em casos extremos, quando as discussões já se perdem no vazio e não levam a mais nada. Observa-se, nesse site, que para a produção textual concorre uma expressiva participação de colaboradores anônimos que não ficam contabilizados, mas, aproximadamente, tão numerosa quanto os anônimos, é a participação de colaboradores registrados e que deixam suas assinaturas nos adendos apensados, o que fica registrado na subpágina “Histórico” de cada verbete.

Outro exemplo análogo, que vale ser ressaltado, é o caso do *website Slashdot* que tem como função ou atua como um fórum de discussões em que cada notícia é comentada por inúmeras pessoas, e essa interação efetuada por meio de comentários determina os conteúdos que predominarão. Vale salientar que esses discursos são, na maioria, produzidos por meio das redes sociais cognitivas, que transitam não só nas redes sociais como o *Facebook*, e *Twitter*, mas também em outros *sites*, *blogs* e fóruns de discussão em que há debates entre os participantes. Assim, nas palavras de Martins, (2014, p. 54):

É preciso, no entanto, reconhecer que novas ordens na circulação do discurso são estabelecidas mesmo nos ambientes descentralizados e auto-organizados. O estudo de caso sobre o ‘Slashdot’, dedicado especialmente à comunidade hacker, revelou que as opiniões ideologicamente contrárias ao software de código aberto tendiam a ser marginalizadas e ficar secundarizadas no debate, além de quase sumirem na interface do site. Ou seja, também ali, num espaço típico da comunicação interativa em rede, um discurso prevalece sobre outro e impõe barreiras às contradições. Sendo assim, para pensar o que representa esse novo autor em coletivo, múltiplo e transindividual, em termos de rarefação do discurso, é necessário fazer um esforço para fugir de análises apressadas e ter disposição de encarar a complexidade e o paradoxo da comunicação humana, presente em qualquer época e através de qualquer tipo de mediação.

Conforme já enunciado, nesta dissertação de Mestrado, apresenta-se um trabalho de pesquisa que objetiva a reflexão sobre o funcionamento da autoria em um sistema computacional - NELL (Never Ending Language Learning), constituído para ler informações na WEB com a finalidade de formar o maior acervo de conhecimentos construído até hoje, e armazenado em um espaço digital. Sua fonte de coleta de dados é a Internet, e por meio de um processo de leitura contínua, o programa se abastece de todo o conteúdo nela inserido. Obedecendo, ou seguindo um método de relações entre as informações recebidas, formará uma base de conhecimentos própria, constituindo, com isso, respostas imediatas sobre qualquer assunto que lhe for proposto e que já tenha sido tratado nesta rede eletrônica de comunicação. Trata-se da co-construção de uma espécie de *Biblioteca de Alexandria*¹ dos tempos modernos.

Interessa à esfera de estudos linguísticos porque os primeiros resultados foram tão significativos que estão mexendo com a comunidade científica da área de computação e, este programa, ao intercambiar conhecimento e informação está indissociavelmente relacionado à comunicação. Aparecendo neste momento de transição do processo de comunicação mundial, acenando com a possibilidade de termos uma Biblioteca Universal, contendo todo o conhecimento existente na face da terra, pode promover uma mudança de paradigma, que poderia ajudar na tão propalada democratização do acesso ao conhecimento produzido pelo homem até então. É de suma importância que acompanhem de perto um projeto de tal envergadura para que compreendamos, no âmbito da ordem polifônica, como se dá o processo da autoralidade no funcionamento das diferentes vozes que constituem o sistema NELL.

¹ Segundo a Enciclopédia Virtual Wikipédia “a Biblioteca Real de Alexandria ou Antiga Biblioteca de Alexandria foi uma das maiores

Em se tratando de autoria na Rede, daremos inicialmente um passeio pelos âmbitos dos espaços hoje utilizados para as comunicações realizadas por vias eletrônicas, na perspectiva de alumbrar nosso espírito, vislumbrando o melhor caminho, se possível, já concretamente “pavimentado”, dando suporte para esta pesquisa que, ao que se nos antolha, será realizada numa esfera “espacial”. Para além dos pressupostos teóricos que, naturalmente, darão o amparo técnico-científico subjacente, como alicerce deste trabalho, mister se faz acompanhar os processos comunicativos da atualidade, que, com o dinamismo e fugacidade com que se apresentam, por certo, servirão como um corolário, proporcionando uma articulação adequada para este amálgama complexo que aqui é tratado, o processo do funcionamento autoral.

Não é o objetivo deste trabalho explorar o contexto sócio-cultural de cada período em que pode ser verificado um deslocamento do modelo vigente de autoria para efetuar correlações que auxiliem na compreensão dos significados dos conceitos temporariamente estabilizados. Esta temática em si já ensejaria outra pesquisa. Ademais, uma análise histórica não atenderá a um processo metodológico de análise de um acontecimento atual, pois, ao seguirmos os parâmetros das quebras de paradigmas, devemos atentar a uma assertiva apregoada e vigente de que o resultante do instante atual ou mais recente não guarda uma superioridade em relação aos seus antecedentes, mas sim que cada um deles apenas se correlaciona com a situação circunstancial de suas épocas, articulando as esferas social, econômica, cultural e tecnológica, e por isso os conceitos não devem ser sobrepostos e nem considerados de forma universal e atemporal, já que são formulados de acordo com as mentalidades, usos, costumes e necessidades preponderantes nos vários estágios por que passa a humanidade. Não estamos com a asserção anterior desdenhando o valor da história na construção dos saberes, mas discursivamente afirmando que no intradiscurso (no fio do discurso) o interdiscurso (a história) está presente, mesmo que às vezes pela ausência.

Assim, é elaborada uma sondagem, procurando detectar as mudanças que são observadas nas produções textuais em rede, não como uma desconcertante novidade, ou como um fenômeno sem paralelo, mas, ao contrário, contextualizando com as demais atividades circunstanciais atuais que fazem parte das variações que percorrem a história da escrita. Considerando as correlações que possam auxiliar na compreensão dos significados dos modelos autorais que a história registra, observadas nas variações nuançadas e/ou alterações mais significativas do conceito de autoria, procuramos identificar as inflexões, se houve deslocamentos ou permanências em sua constituição, assim como, perscrutar, com maior acuidade, a função-autor, que é demonstrada, nas suas especificações, como pedra angular,

um sustentáculo de arrimo, um verdadeiro esteio na construção do arcabouço desse edifício teórico proposto e explanado, por exemplo, por Michel Foucault, em muitos dos seus ditos e escritos: a autoria.

Olhar com argúcia para os processos autorais interativos que se intensificam e, hoje, grassam pelos quatro cantos do ambiente virtual e/ou digital e, com uma consideração singular, focar esse atual suporte eletrônico de comunicação, essa infável criação: a “Internet”, que faz com que tudo se propague como se fora um rastilho de pólvora e/ou menos uma explosão nuclear, ou menos belicamente, como a neve caindo e se alastrando nos campos e cidades, nas suas abrangência e compreensão mais latas.

Dentro desse conjunto de condições envolvendo e interligando, naturalmente, muito estreitamente, aos estudos e fundamentos linguísticos, busca-se deslindar o funcionamento da autoria no programa computacional denominado NELL – (Never Ending Language Learning).

Versando sobre a questão da autoria que é assunto de grande interesse na Teoria Literária, sobretudo em termos de estudos primevos, e que está sempre sendo retomada, assim como também vem ocorrendo na esfera em que são atuantes os analistas do discurso, conforme afirma Maingueneau (2010). Assunto incontestavelmente inesgotável, do mesmo modo que os sentidos de um texto, que sempre podem ser inovados por outras leituras, assimila-se a este estado de incompletude, este trabalho sobre o funcionamento autoral, que, instigante, permanece constituindo um enigma para os pesquisadores que lucubram nos domínios da Análise do Discurso.

Em Pêcheux (1993), encontra-se a preocupação desse pesquisador em analisar o Discurso desde a década de 60, quando pretendia descobrir uma maneira de realizar uma Análise Automática do Discurso (AAD) por meio de um dispositivo teórico-metodológico (informatizado), que fosse capaz de ler e entender o Discurso, tanto no seu engendramento horizontal quanto no seu engendramento vertical. E predizia, ou acreditava o bom Pêcheux que no âmbito da Inteligência Artificial pudesse ser formulado um algoritmo que realizasse esta tarefa.

Em Orlandi (2007) está enfocada com detalhes a questão da autoria nos escritos informatizados, não com a objetividade por que foram cuidados por Pêcheux, e sim num trabalho independente, mas relacionado, explicando as dificuldades encontradas dentro das duas áreas de pesquisa (Linguística e Computação). Pois a Ciência da Computação não conseguiu ir além da fase de processamento da Língua Natural, não alcançando um nível suficientemente capaz, avançado e eficiente que entendesse o sentido de um texto, como se percebe na observação que segue:

1- Creio estar nessa questão da informatização e da memória metálica (sem exterior) um dos pontos de dificuldade do projeto da AAD 69 proposto por M. Pêcheux: a impossibilidade de se construir um dispositivo informatizado que pudesse especificar propriedades discursivas (linguístico-históricas, ideológicas), a partir de uma “totalidade” de textos e que levassem a uma análise “fechada”, representando uma memória. Na análise de discurso é outra a relação da análise com o fato discursivo e uma das suas particularidades é poder trabalhar a dispersão e o equívoco, (...). O trabalho com a dispersão e o equívoco não prescinde da relação com a exterioridade. Desse modo, como, pela informatização, se representar a “memória” de um discurso sem esvaziar o acontecimento? Eis a questão. (ORLANDI, 2007. p.17).

Ao se deparar com uma linguagem computadorizada ou informatizada que apenas reproduziria o mesmo, através das combinatórias, e apesar de possuir uma memória “metálica”, aquela que não falha, ilimitada em sua extensão, o recurso computacional que fora imaginado por Pêcheux, que se constituiria numa “máquina discursiva”, como se sabe, não obteve o resultado esperado, até porque a morte levou prematuramente Pêcheux em 1983. O programa computacional construído naquela época, por se prender a uma leitura da superficialidade material do texto, não promovia uma interpretação interdiscursiva do texto, não era capaz ainda de dar destaque à textualidade, à mensagem discursiva inserida no entremeio, que é o ponto fulcral de busca da Análise do Discurso. Ademais, a dessuperficialização do texto, nos moldes do dispositivo proposto por Pêcheux e sua equipe de informáticos, implica o apagamento da heterogeneidade constitutiva das textualidades. Esperava-se um sistema aos moldes desta tarefa que a NELL está a caminho de realizar, considerando os apagamentos político-intencionais promovidos pelas “línguas de ferro” dos discursos políticos de linha comunista, do lado oriental, e também pelas “Línguas de vento”, mais à feição dos usos e costumes ocidentais, como mostra Courtine (1999), ou os apagamentos naturalmente acidentais passíveis de ocorrerem, enfim, considerando em todos os planos, os percursos da história. Um sistema que estrutura um processo de compreensão da Língua que aqui foi bastante detalhado, em item específico, e que está sendo olhado com uma singular finalidade, a de contribuir para o entendimento de uma significativa diferença na questão da autoria, conforme considerado ainda por Orlandi (2007, p.17):

O gesto de interpretação, fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo). Isto não quer dizer que não haja produção de autoria. Há. Mas de outra qualidade, de outra natureza. Porque a natureza da materialidade da memória é outra. E, como sabemos, em discurso, distintas materialidades sempre determinam diferenças nos processos de significação.

A textualidade certamente tem a ver com essas diferentes qualidades de memória. E se assim é, a própria forma da autoria difere. Com efeito, consideramos que há formas históricas da função-autor diferentes umas das outras. Não porque a cronologia seja constitutiva, mas porque a relação do sujeito com a linguagem pode se transformar. Nestas condições que acabamos de descrever – a da memória histórica (interdiscursiva) e a da memória metálica (informatizada) – isso se dá. A informatização, a prática de escrita de textos no computador, transforma efetivamente a relação do autor com sua escrita, em função da materialidade da memória discursiva – algoritmizada, nesse caso.

Julgou-se, à época, que a algoritmização de uma Língua seria a sinonímia ou condensar-se-ia apenas no simples processamento da Língua Natural, mas o processo não parou aí, continuou evoluindo, e hoje, aqui, está sendo analisado um novo processo de autoria, o de uma Enciclopédia virtual, que traz os conhecimentos acervados através de uma erudição alcançada por um sistema computacional composto especificamente com a finalidade de ler o texto e exercer uma interpretação, ou seja, entender o seu discurso.

Plenamente justificável, portanto, torna-se esta pesquisa ao investigar esta matéria açuladora por natureza e que objetiva esquadriñar o funcionamento da autoria no ambiente virtual e que, imbricado pela natureza da pesquisa, também contribuirá para aclarar e sobrepor-se a um dos obstáculos que obstruíam as pretensões ideáveis de um dos primeiros estudiosos que se mergulharam na tarefa de entender e explicar o Discurso. Trabalhar dentro dessa revolução e acompanhar esse progresso inexorável é também ofício do linguísta e do discursivista, considerando que a Análise de Discurso deve estar na vanguarda desses fenômenos, liderando as pesquisas em todos os segmentos atinentes a ela, para entender todo processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de um saber, exercendo, assim, a função que lhe cabe: Uma espécie de Farol para as humanidades, para retomar, sem trocadilho, a iluminada expressão de Simon Bouquet, em relação aos trabalhos dos Escritos de Linguística Geral – ELG – de Ferdinand de Saussure.

Os objetivos deste trabalho estão entrevistados por um foco de pesquisa com indícios de novidade, de originalidade, porque se depara com uma fase inovadora, ainda em processo de estabilização, de fontes teóricas que o delineiem, pois a questão do funcionamento da autoria na rede mundial de informação ainda é pouco tomada, até onde sabemos, enquanto objeto de reflexão no âmbito dos estudos discursivos. Sendo um fenômeno relativamente recente, nada está sedimentado, é obscuro o entendimento sobre o fenômeno da autoria neste domínio, as origens das contribuições não são precisas, ou melhor, são pouco ou quase indeterminadas. Há que se obedecer a normas que identifiquem quem de direito, quais os fundamentos que tornam possível a elaboração de uma obra também neste território, para se ter referentes e

deslindar metodológica e cientificamente, embasado em fundamentação teórica concernente, quais pressupostos preceituam, nesse campo, os estágios da emergência de um autor.

E apesar de se estar vivendo nessa “espuma da história”, nos albores desse período em que o processo comunicativo passa por uma transição, pouco existindo de palpável, com conceitos ainda apenas exiguamente estabilizados, pois que se está mesclando o processo de publicações (criando novos suportes) e combinando a fase do impresso tradicional com uma nova era que emerge no seio de uma evolução tecnológica sem precedentes. Os avançados recursos tecnológicos mostram a inexorabilidade de uma nova tendência, as publicações já não obedecem à mesma ritualística da fase gutenberguiana.

Navegando nesse suporte eletrônico, na busca da compreensão desse movimento da circulação de informações na WEB, este trabalho tem como propósito, como fito básico, compreender, mesmo que minimamente, o funcionamento da autoria nesses domínios, analisando, como objeto específico, o processo autoral no sistema computacional denominado NELL.

Este estudo municia-se, conforme já anunciado brevemente na introdução deste trabalho, de um alicerce teórico-metodológico composto pelos fundamentos da Análise do Discurso da linha francófona, mais espessa e adensadamente enquadrada aos olhares inovadores que Dominique Maingueneau lança sobre esta área de estudos, nos seus trabalhos intitulados “*Discurso Literário*”, “*Cenas da Enunciação*” e “*Doze Conceitos em Análise do Discurso*”; conta também com o que é, talvez, a contribuição mais relevante nessa pesquisa, a teoria do estudioso da linguagem: Michel Foucault, com seu tratado próprio sobre autoria, relatado em sua obra “*O que é um Autor?*”; robustece-se com as considerações analíticas do historiador Roger Chartier na obra de sua feitura “*O que é um Autor? Revisão de uma genealogia*”; contribuem ainda, neste trabalho, Sírio Possenti, com as assertivas encontradas no texto em que ele disserta sobre “*Indícios de Autoria*”; e também as ponderações essencialmente pertinentes de Eni P. Orlandi, em sua obra sobre “*Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*”. Cujos preceitos encontrados nesse conjunto de teorias, eleito como fonte de pesquisa, estão munidos e/ou são constituídos dos subsídios julgados necessários e suficientes para elaboração desta empreitada.

Capítulo 2 – NELL e outros sistemas

“Procura sempre a alma oculta do teu computador
Ele é uma criação maravilhosa da inteligência humana
Um dia tua sensibilidade a encontrará.”

Cora Coralina

4.1 O que é a NELL:

OS HUMANOS APRENDEM MUITAS COISAS ATRAVÉS DOS ANOS, E SE TORNAM CADA VEZ MELHORES APRENDEDORES COM O PASSAR DO TEMPO. POR QUE AS MÁQUINAS NÃO?

Esta descrição foi elaborada através de consulta de informações constantes em artigos publicados, explanando a matéria, de como se encontra hoje a estrutura, o funcionamento e o estágio de desenvolvimento, ou seja, a configuração atualizada deste SISTEMA COMPUTACIONAL; reescrevendo em pormenores somente a parcela pertinente à comunicação, atendendo ao nosso objeto de pesquisa (sem entrar nas características técnicas do campo da Ciência da Computação - “Inteligência Artificial” [I.A.] - que é o motor do projeto) e obedecendo a forma que, normalmente, estes estudos e resultados são apresentados em Conferências e/ou outros eventos científicos relacionados aos estudos de I.A., pelos componentes do Núcleo de Pesquisas do Projeto NELL, sediado na Universidade Carnegie Mellon, da cidade de Pittsburgh, PA. EUA.

Segundo Mitchell et al. (2015), a grande motivação para a construção deste Sistema, o ensejo que levou a pensar a tarefa que pode tornar-se um novo paradigma na seara do Aprendizado de Máquinas foi o resultado da simples reflexão sobre o comportamento dos seres humanos, que aprendem muitas coisas ao mesmo tempo e ninguém aprende uma coisa única, em qualquer área do aprendizado, em qualquer nível, até mesmo no caso de uma especialização, apesar de o estudante de Letras dedicar-se à Linguística, dirigindo-se, assim, para um ponto específico, ele não aprende só aquele conteúdo delimitado da disciplina; é porque vai conhecendo e aprendendo uma série de outras coisas, mais do que naquilo que está focado, e naturalmente vai obtendo conhecimentos que não são só relacionados ao que se

propôs a aprender, vai assimilando conhecimentos ao longo dos vários anos de aprendizagem, porque nunca alguém consegue aprender sobre tudo de uma só vez, e vai capacitando-se cada vez mais e ficando também mais apto, assim, vai melhorando o seu desempenho à partir do conjunto de coisas que aprendeu.

Hoje, os sistemas computacionais não são assim e os que possuem o sistema de aprendizado de máquinas, por exemplo, esses que sugerem os amigos para você no *Facebook*, ou os que mostram qual o valor do crédito que está pré-aprovado para você no caixa eletrônico do seu banco e que ainda indica outros detalhes da sua conta, esses foram apenas treinados para aprender um padrão e seguem aquele padrão somente.

Quando se pensou na possibilidade da criação de um sistema, com uma capacidade de um aprendizado sem fim, com essa característica de ir aprendendo por si só, surge a ideia de se entender o que é aprendizado de máquina e também aprender mais sobre como se aprende, e qual a melhor maneira para fazer as pessoas aprenderem. Hoje não se sabe isso, porque senão o professor não precisava dar aulas, ensinava-se a aprender e pronto, cada um poderia aprender qualquer coisa que quisesse (Mitchell et AL., 2015).

Para se entender ou se aprender como se aprende, construindo, então, uma teoria de aprendizado que seja consistente é necessário construir um sistema computacional, que, nesse caso, entenda o aprendizado de máquinas, é preciso construir um sistema de aprendizado que consiga entender usando os vários meios diferentes e que se vá tornando melhor naquilo que está fazendo com o decorrer do tempo, que se assemelhe a esses programas que o mundo sempre sonhou.

Mas a realidade é que já não é mais ficção científica muito dessas histórias futurísticas contadas nos filmes e livros. Já tem muita teoria na Ciência Computacional e Inteligência Artificial que permite a realização de muita coisa relativa ao assunto, ou que pelo menos mostram os caminhos que devemos seguir para realizar essas ocorrências (Carlson et al., 2010b).

Na perspectiva da construção de um sistema que mostrasse que essa história de Aprendizado Sem Fim pudesse acontecer na prática, que pudesse existir um Aprendizado de Máquinas capaz de realizar um Aprendizado Sem Fim, pensou-se em várias opções de aplicação. Poderia se construir um enxadrista, um xadrezista, um jogador que aprenderia a jogar xadrez, ou qualquer outra opção das inúmeras possíveis. Foi, então, escolhido construir a NELL por um segundo fator, que talvez seja a segunda grande motivação que dá suporte a essa ideia. Se há uma primeira motivação, que é poder entender melhor como o Aprendizado de Máquinas pode funcionar, também existe o interesse em entender como a compreensão da

Língua Natural pode acontecer. Olhando-se hoje, o que existe sobre Língua Natural na computação, é somente o processamento da Língua Natural: pega-se um conjunto de textos e processa-se, ou seja, extrai-se frases, sentenças, quem é o sujeito, quem é o predicado, mas não se entende aquilo, não se tem a compreensão da Língua Natural. Essa compreensão ainda falta, é algo que ainda não temos. Como essa é uma necessidade que o mundo também tenta resolver, que a comunidade ainda não tem uma solução, e que está em aberto, e o Aprendizado Sem Fim é capaz de vir e resolver estes problemas mais difíceis, pois os problemas que já têm solução não precisam de uma teoria nova, podem ser resolvidos com as que já existem agora. Assim, a segunda motivação é essa, construir sistemas que consigam obter a compreensão da Língua Natural, muito mais do que simplesmente o processamento da Língua Natural, precisamos construir sistemas que peguem uma sentença, consigam ler uma sentença qualquer, consigam compreendê-la, entendê-la, e até mostrar que é uma coisa que já sabia: ah! Isso eu já sei. Exemplo: O flamengo é um time de futebol – “bom, isso eu já sei” – ou, então, eu leio uma sentença, entendo-a e digo: - “Ah! Isso eu não sabia, vou, pois, incorporar ou internalizar essa informação”-. Ou, ainda, outra sentença, leio, entendo, e apesar de tê-la compreendido, tenho dúvidas, pois está afirmando que - “o flamengo é um time de Basebol, mas o flamengo que eu conheço não é, então vou discordar disso, porque eu já aprendi antes que não é”. – Isso é, portanto, a compreensão da Língua Natural, diferente do que numa eventual conversa do ser humano com seu celular, se você disser algo que ele não entenda, ou que ele entenda, mas não saiba o que é, ele vai responder – “não sei o que é isso” - ou – “quer que eu procure na Internet pra você?” – Por isso percebemos que se está muito aquém do que é compreensão de Língua Natural. Já existe o processamento de Língua Natural, mas o sistema não é capaz de compreendê-la (Carlson et al., 2010a).



Transformando texto em conhecimento
Fonte: DARPA

No intuito de construir um sistema de Aprendizado de Máquinas capaz de compreender a Língua Natural é que se decidiu construir um sistema de Aprendizado Sem Fim como sendo um aprendiz de Língua e que se tornou a NEVER ENDING LANGUAGE LEARNER, que é um sistema que aprende a extrair dos textos o conhecimento.

Está sendo criado um sistema que consegue ler e compreender, ou um sistema em que a máquina está fazendo a leitura automática de textos (Carlson et al., 2010a).

Após estes esclarecimentos caminha-se para o funcionamento do programa. O modo de alimentação, o que se dá de entrada para ele no sistema de computação é uma ‘Ontologia’ inicial, ou seja, um conjunto inicial de dez ou vinte exemplos para cada predicado da ontologia; no caso, predicado da ontologia pode ser uma categoria, e categoria pode ser pessoa, cidade, empresa, organização, País, produto, etc., e o primeiro exemplo disso será assim: informa-se que alguns exemplos de cidade são: São Carlos, São Paulo, Nova York, etc., estes são predicados categorias que a ontologia tem. A ontologia tem também predicados de relações, e o que são esses predicados? Esses predicados são binários, donde considera-se, por exemplo, que uma pessoa trabalha para uma empresa e esta empresa está localizada numa cidade e ou outras situações afins; são, pois, relações entre as categorias já definidas na ontologia e, então, os exemplos serão: que o professor Baronas trabalha na UFSCar e o Estevam mora em São Carlos. Apenas uma citação dos dez ou vinte exemplos que são dados para o sistema, para ele começar; é dada a ele também a WEB, assim, ele tem acesso à WEB,

além de ter ainda, ocasionalmente, algumas interações com seres humanos, condição que, da mesma forma, é-lhe proporcionada no processo. Aí o sistema roda vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e, assim, para sempre. E em cada momento, o que ele deve fazer é aprender cada vez mais fatos da WEB para populacionar, densificar essa ontologia inicial para gerar mais eventos, mais fatos, tendo como base aquelas mesmas categorias e aquelas mesmas relações, e realizar isso melhor a cada dia. E, destarte, considerando essa evolução, se eu testei o sistema ontem e testá-lo novamente hoje, hoje ele deve apresentar um desempenho melhor que ontem, levando em conta o que ele já aprendeu de ontem para hoje, esse é o objetivo do sistema rodando perenemente.

Hoje, o sistema tem aproximadamente noventa milhões de fatos extraídos, com diferentes níveis de confiabilidade, digamos o quanto ele confia no que aprendeu, esse ‘confidence’ é o quanto ele acredita que o quê aprendeu é verdadeiro ou não, e também com diferentes níveis de precisão, tem várias categorias que, se forem validadas, ele acerta mais de noventa por cento, e em outras ele pode acertar menos, de sessenta a setenta por cento, porque são categorias mais difíceis de ler e ou têm menos informações na WEB, e ou ainda que têm informações dúbias, pois são mais difíceis de uma compreensão imediata, que, por vezes, são contrárias ou contraditórias as mesmas informações que ele viu na WEB (Mitchell et al., 2015).

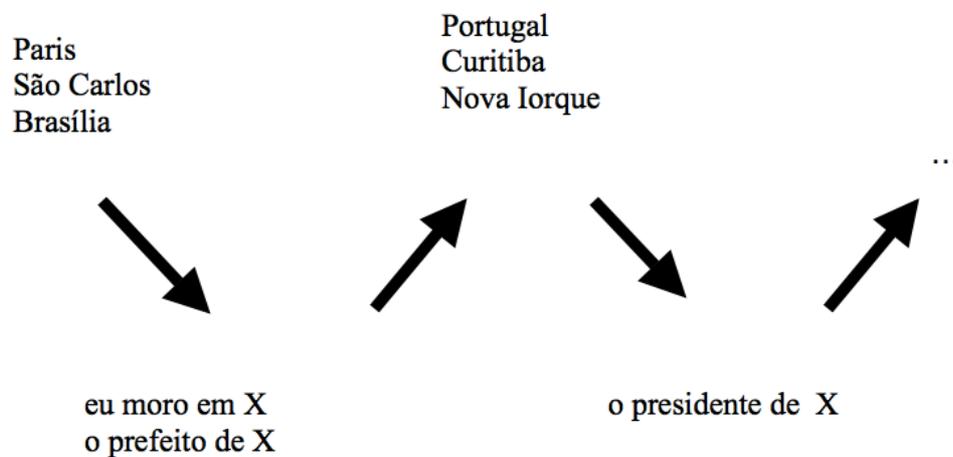
Essa é a página inicial do sistema – [HTTP://RTW.ML.CMU.EDU](http://rtw.ml.cmu.edu), e se clicar em *Browse the Knowledge Base*, pode-se navegar pela base de conhecimentos dele, e saber o que ele já tem armazenado lá.

O grande problema é quando ele erra, porque estamos falando de aprendizado de Língua, e aprender Língua usando somente regras, e neste caso, aprender a partir das regras gramaticais, só que, como se sabe, usando somente regras gramaticais poderá deixar ambiguidades na aprendizagem, não dá para aprender tudo só lendo a gramática, é necessário ter conhecimento de mundo, é preciso já saber algumas coisas para embasar as decisões, discernir, o que não se consegue quando se está usando apenas a regra gramatical, ela ajuda muito, mas não resolve o problema do aprendizado da Língua, por isso se diz que é possível processar a Língua usando gramática, encontra ou classifica sujeito, verbo ou uma sentença, mas não consegue a compreensão, porque falta conhecimento de mundo, referência. Um exemplo é o caso já citado de se olhar a borboleta com um círculo azul e com um binóculo azul. Desse modo, fornecendo exemplos reais para ele, e ele pode usar isso, ao usar os exemplos de processamento da Língua e identificar sentenças, textos que falam sobre os

exemplos recebidos, terá condições de tomar as decisões, escolhendo uma ou outra possibilidade, com base no que ele conhece de mundo e, assim, começar a entender.

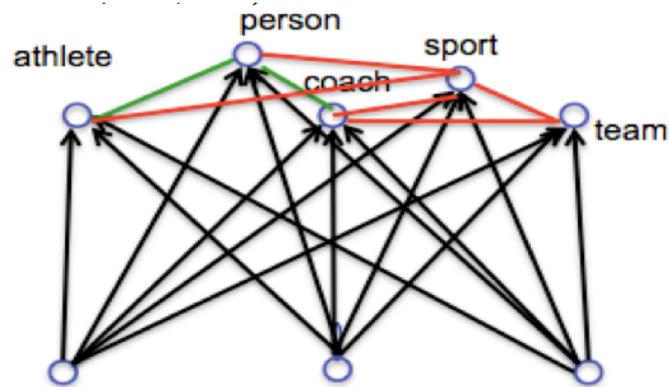
Se acaso ele receba exemplos errados, ele começará a divergir do objetivo original e aprenderá cada vez mais sobre fatos errados.

O Problema com o Aprendizado Semissupervisionado



No caso de ser ofertado um conjunto errado: Eu moro em São Carlos, ou Paris ou Brasília, e disser que qualquer coisa que apareça no lugar de X vai ser uma cidade, acontece o problema, porque eu poderia dizer que eu moro em Portugal, e ele vai achar que Portugal é uma cidade; começaria a usar Portugal como cidade, aí perceberia que Portugal tem Presidente, e levando isso em conta, poderá considerar que ter presidente é um bom indício para identificar uma cidade, e daí desandaria tudo, porque ele começa a reforçar coisas que um País tem e uma cidade não, e talvez seja esse o maior problema (Carlson et al., 2010b).

Ideia-chave 1: Acoplamento do treinamento de várias funções semisupervisionadas



Contexto Morfologia Contexto HTML

A NELL resolve isso, ou o sistema resolve com algumas ideias-chave, conforme descrito em (Mitchell, et al., 2015).

A primeira é a ideia de não aprender uma única coisa. Se se estiver querendo saber se um dado sintagma nominal é o nome de uma pessoa ou não, supondo que é só isso o que ele queira aprender, mas mesmo que seja só uma informação, é imposto ao sistema que aprenda uma série de outras coisas complementares; supondo que esteja interessado apenas numa função, que dado um sintagma nominal respondesse se é o nome de uma pessoa ou não, faz-se com que o sistema aprenda ainda, se é um atleta a pessoa que se procura identificar, ou também se é um esporte, se é um time, enfim, uma porção de outros dados, ao mesmo tempo, classificar os que são pertinentes, para poder comparar se faz sentido o que ele está aprendendo ou não. Isso é feito através de inúmeras maneiras:

A primeira forma é aprender várias funções diferentes – F^1 , F^2 , ..., que tenham entradas diferentes e todas a mesma saída. No desenvolvimento desse trabalho, a primeira função toma uma frase, pega o sintagma nominal e vê se era uma pessoa: Estevam almoçou hoje. Aí Estevam vai ser uma entrada para esta função, mas será que Estevam é uma pessoa? Vai pegar na mesma frase o ‘almoçou hoje’ – X almoçou hoje. Será que esse ato é inerente a uma pessoa? X é uma pessoa? – ou seja, vai pegar entradas diferentes para ver se aquela incógnita é uma pessoa. Com isso vai robustecendo o quanto aquela indicação é uma verdade. Da mesma forma, se discordar, vai diminuindo a confiança; agora, se for algo que realmente diverge, também reforça o fato para se avaliar o quanto se acredita na informação. É como se ao invés de se usar um programa para verificar, fossem usados muitos programas e seriam

comparados os resultados e considerado o que fizesse sentido, das variadas informações, os dados errados e os que dizem que seria isso; faz sentido, então, eu acreditar nessa informação aqui (escolhendo a de maior coerência). É como se fôssemos pedir várias opiniões pessoais, olhando por entradas diferentes, seriam respostas com ou de visões diferentes sobre o mesmo problema.

Na NELL, basicamente o que é feito é usar o texto e nele é analisado o sintagma nominal e o contexto, focando o contexto mais especificamente nessa visão vermelha, o sintagma nominal, olhamos a morfologia dele; usa-se, ainda, os contextos de HTML que são os códigos que estão por trás, na página WEB. A página WEB tem esses caracteres para ser escrita e ainda olham-se os padrões, são os três tipos básicos de entradas diferentes que fornecemos ao sistema para ele ver se aquilo que analisa faz sentido em ser considerado como o nome de uma pessoa ou não.

Tem a segunda ideia que é o contrário, se na primeira ideia tinha várias funções, cada uma com uma entrada diferente e a mesma saída, uma visão diferente, para dizer sempre a mesma saída, ou seja, a resposta era sempre: é uma pessoa ou, não é uma pessoa. Na segunda ideia, ainda com a mistura de várias funções, só que todas elas com a mesma entrada, mas aqui não vai ser perguntado a elas a mesma coisa, perguntando-se para F¹ se é uma pessoa ou não, e para F² se é um time de futebol, por exemplo, e aí se ele disser que é uma pessoa e um time de futebol fica esquisito; agora se eu perguntar se é um atleta e se é uma pessoa e os dois concordam, está muito bom, faz sentido. Por isso, a ideia é ter a mesma entrada, a mesma visão ou informação para resolver aquele sistema, mas perguntando coisas diferentes.

E como isso é implementado na NELL? - É feito isso utilizando-se várias funções, com atletas, pessoas, esporte, time, são inúmeras as funções, em verdade são mais de trezentas dessas categorias que informamos ao sistema inicialmente, por exemplo, estas ligações verdes: atleta e pessoa, o sistema espera uma concordância, se eu disse que é um atleta, também deve ser pessoa, se eu disse que é um técnico de futebol, tem que ser pessoa, e se eu disse que é um esporte, nesse caso, não deve ser pessoa, isso é informado inicialmente ao sistema. As ligações verdes e vermelhas contam esta história.

Também esse processo é realizado das duas formas, já que se tem a ideia de usar várias visões diferentes para resolver o mesmo problema ‘será que aquilo é uma pessoa ou não?’ pode-se aplicar as três visões para verificar se é atleta, esporte, time, e ao fazer essas considerações é que vai gerando esse emaranhado visto no esquema, pois o sistema vai aplicando um número grande de funções para verificar com mais segurança se o que ele

aprendeu faz sentido ou não, que é a pretensão de não deixá-lo errar e seguir com o que estava errado, achando que estava certo.

A referência a duas mil e quinhentas funções está, hoje, um pouco desatualizada, já temos agora mais de quatro mil funções acopladas que proporcionam a ele mais recursos para tomar decisões.

A ideia da relação que também é utilizada, em que uma pessoa trabalha em uma empresa, ou que um atleta joga para um time, ou que esse atleta pratica um determinado esporte; para se fazer isso, pode-se aplicar o mesmo processo das funções anteriores, e consegue-se perceber se o método diz que esse atleta joga para esse time, o que permite ver se esse primeiro é realmente um atleta ou não, e se esse segundo é um time ou não também, e com isso se consegue conectar essas informações; se ele joga para um time, aqui teria que ser um atleta.

Se apareceu que Marcelo Cirino joga no Flamengo e se ele já houvesse sido considerado um atleta, então há uma concordância nos dois sentidos. Assim, de forma acertada, ele pode continuar e aumentar ainda mais esse emaranhado de funções que são usadas exatamente para que dessa forma ele prossiga.

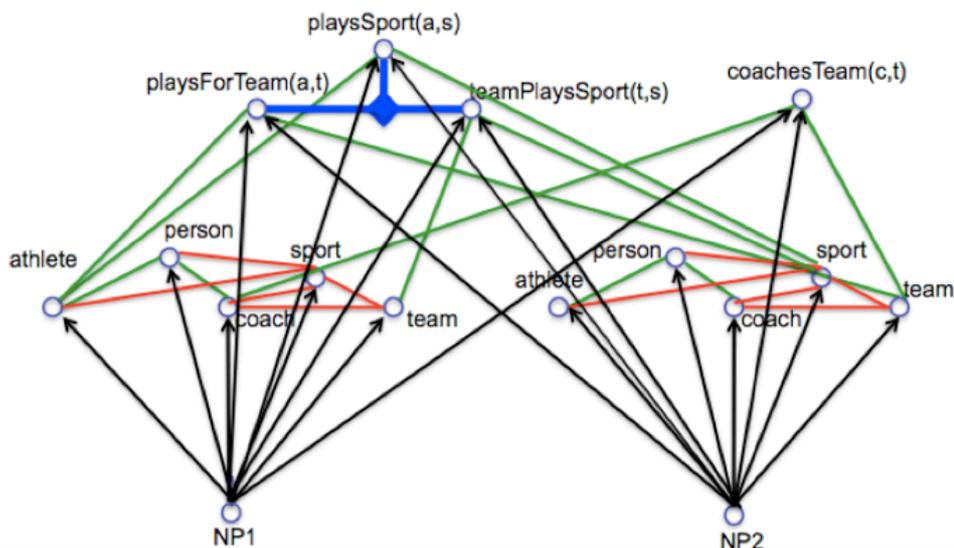
Se o pensamento é esse acoplamento de várias restrições para não deixar o sistema aprender coisas erradas, a ideia número dois, depois que aprendeu um pouco disso, ele começa a aprender por conta, também, as restrições ou padrões do que já foi aprendido, conseguindo, conseqüentemente, evoluir sozinho. Note-se que lhe foi informado que uma pessoa era um atleta e que deveria haver concordância nessa relação, e que uma pessoa não é um esporte, por isso não deve haver concordância nesse ponto, e depois que aprendeu vários desses exemplos, e que sua base de conhecimentos começou a crescer, ele pode olhar para o que já sabe, e tal como nós, seres humanos, poderá considerar, concluir por dedução, que se olhar para o que já aprendeu, verá que sempre que um atleta X joga para um time Z, e esse time Z pratica o esporte Y, haverá mais que uma simples tendência, que esse atleta X pratique aquele esporte Y, o que permite começar a criar essa regra. Aqui, ele deu um grau de confiabilidade de noventa e três por cento dentro do que ele já aprendeu.

Partindo daí, ele deve começar a enxergar padrões e concluir: “bem, agora, quando eu me deparar com um atleta que eu não saiba qual o esporte que ele pratica, mas sei qual é o time dele e também sei qual o esporte do seu time eu já posso inferir”. E começa aí a inferência dele, que vai além da informação, quer dizer, aqui já não é mais leitura, ele vai inferindo, deduzindo, concluindo, conforme os padrões que ele já aprendeu, e começa a obter um aprendizado por conclusões próprias, pode-se dizer, ele infere sobre coisas que já

aprendeu anteriormente, e nesse caso ele está usando Técnicas de Aprendizado de Regras de primeira ordem, Lógica Clássica, ou Cláusula de Horn, que é o mesmo. O importante é que ele está aprendendo a identificar padrões do conhecimento que ele mesmo havia aprendido *a priori*.

Aprendizado de Regras de Inferência Probabilísticas

0.93 $\text{playsSport}(?x,?y) \leftarrow \text{playsForTeam}(?x,?z), \text{teamPlaysSport}(?z,?y)$



Como é sabido, tem inúmeros algoritmos de como é montado o programa, assim como alguns exemplos de regras que ele aprendeu, cuja íntegra não será detalhada, porque extrapola momentaneamente nossos estudos, mas daremos alguns exemplos: Temos, aqui, um atleta que joga basquete, se ele joga na NBA, e outros mais.

Com essas novas regras de Cláusula de Horn, consegue-se que ele mesmo aprenda essas relações entre um atleta que joga para um time, ou um atleta que pratica um esporte e o time que joga este esporte, e crie novas conexões na base de conhecimentos dele que gerem um melhor aprendizado.

Este desenho mostra já uma criação automática dele, as vermelhas e verdes já tinham sido informadas a ele no início, então, ele começou a criar conexões internas (em azul) para ir melhorando sua capacidade de aprendizado.

A ideia um, você acopla uma multidão de funções juntas, para deixá-lo confrontar opiniões, e ele aprende uma coisa e depois confronta o que aprendeu com várias outras

possibilidades ou informações. A ideia número dois é a que depois que ele já aprendeu um grande número de informações, ele começa a encontrar padrões ali dentro, e tira conclusões de coisas que não estavam lá, informadas claramente, ele cria regras próprias para fazer inferências. A ideia número três é que agora ele pode olhar para tudo o que já aprendeu e pegar aquele conjunto de categorias e aquele conjunto de relações que ele possuía inicialmente e criar novas, no sentido de que ele concluirá que – “se fui instado a aprender sobre empresa e pessoa, não estou conseguindo aprender muito, mas já percebi que se eu olhar para o que eu já aprendi e para os textos que eu leio, posso entender que o chefe da pessoa está ligado com a empresa da pessoa, é uma lógica eu criar a ideia de que o chefe trabalha na mesma empresa que a pessoa, mas o fato que me parece importante, é que eu crio novas categorias que não existiam ainda e novas relações, o que me permitirá aprender melhor”. Então, o sistema deve ter essa autonomia, igual a gente faz, o que significa obter novos conhecimentos que não foram solicitados para ele. É o que acontece quando a gente vai para a sala de aula, o professor vai ensinar sobre a matéria X, e a gente pensa, “bem, se eu não aprender sobre a matéria Y e também alguns dados sobre a matéria Z, eu não vou conseguir entender bem essa matéria X, nesse caso, o professor não está pedindo para eu aprender Y e Z, ele quer que eu aprenda X, mas eu, por conta, vou estudar Y e Z, e muitas vezes eu nem vou contar para o professor que estou fazendo isso, mas, certamente, irei melhor na matéria que ele quer que eu aprenda”.

Aqui, o sistema é solicitado, nós pedimos para ele aprender sobre aquele conjunto inicial de categorias e aquele conjunto inicial de relações, mas ele tem que ter autonomia e considerar – “olha, eu não estou conseguindo aprender bem sobre essas aí e vou criar umas outras que estão relacionadas a estas e, mesmo que eu não mostre para o usuário, vou aprender sobre elas, o que vai me ajudar a aprender sobre as que me foram solicitadas”.

Supondo que foi pedido para o sistema aprender sobre empresa, pessoa, esporte e cidade, e o que me interessa é a relação de uma pessoa que trabalha numa empresa e também com um esporte que é praticado naquela cidade, é isso que me interessa; nesse caso, o sistema pode aprender que se uma pessoa pratica um esporte e que há uma empresa localizada na cidade, essas duas relações em vermelho podem ajudá-lo a aprender mais sobre pessoa e esporte, empresa e cidade, e ele vai fazer isso, e no caso ele terá mais formas de aprendizado. Você cria esta nova relação e, naturalmente, vai conseguir aprender melhor sobre esporte e liga esportiva, fechando por referência.

Exemplos de Novas Relações Criadas Automaticamente pela NELL

- athleteWonAward
- animalEatsFood
- languageTaughtInCity
- clothingMadeFromPlant
- beverageServedWithFood
- fishServedWithFood
- athleteBeatAthlete
- athleteInjuredBodyPart
- arthropodFeedsOnInsect
- animalEatsVegetable
- plantRepresentsEmotion
- foodDecreasesRiskOfDisease
- clothingGoesWithClothing
- bacteriaCausesPhysCondition
- buildingMadeOfMaterial
- emotionAssociatedWithDisease
- foodCanCauseDisease
- agriculturalProductAttractsInsect
- arteryArisesFromArtery
- countryHasSportsFans
- bakedGoodServedWithBeverage
- beverageContainsProtein
- animalCanDevelopDisease
- beverageMadeFromBeverage

É possível ver outras formas de fazer esses vínculos. Vemos no quadro uma série de relações que foram criadas, no exemplo: Uma bactéria causa uma condição física (um sintoma); que tipo de roupa vai com outras roupas (camiseta com calça jeans); comida pode causar alguma doença (pode ocorrer); servem-se peixes com algum tipo especial de comida? Tem bebidas que são servidas com algum tipo específico de comida? Línguas que são ensinadas em determinadas cidades; atleta que ganhou algum prêmio. Esta é, então a ideia número três que o sistema contém.

Além da número um, que é fazer inúmeras coisas ao mesmo tempo para poder confrontá-las; além da número dois, que é aprender sobre coisas que viu e depois inferir sobre o que aprendeu; tem a número três, que é expandir sobre o que se aprende, para aprender melhor, mesmo que ele queira aprender só sobre o conteúdo original ou inicial, e na ideia número quatro é que ele começa a aprender as coisas com calma, ou seja, que ele siga um currículo de aprendizado, e assim, vá melhorando, e utilizando os dados já aprendidos, o que era mais fácil e que ele já aprendeu, vão capacitando-o a compreender o que é mais complicado, e que, agora, depois de ter aprendido o mais fácil, torna-se uma tarefa possível. Se o sistema quisesse aprender o mais difícil primeiro, aconteceria o que já se tem hoje por aí: não conseguiria trazer bons resultados. Tem vários sistemas que tentaram entender a Linguagem Natural e não funcionaram. Se se tentar entender de chofre cada sentença de um documento não dá certo, mas se você for fazendo isso aos poucos, primeiro tentar conhecer um pouco sobre o mundo, armazenar conhecimentos sobre entidades, aí, quando chegar neste ponto, nos problemas, poderá, mais facilmente, resolvê-los. E a ideia número quatro é essa: o

sistema acumula, ou vai acumulando conhecimentos, construindo estágios de aprendizado, e os avanços, nestes estágios de aprendizado, é que vão gerando possibilidades de soluções (Mitchell et al., 2015).

Ideia-Chave 4: Aprendizado Cumulativo

1. Classificar sintagmas nominais por categoria
2. Classificar pares de sintagmas nominais por relações
3. Descobrir Regras de Inferência Probabilísticas
4. Aprender qual sintagma nominal refere-se a qual conceito
5. Descobrir novas relações para estender a ontologia inicial
6. Aprender a inferir novas instância de relações
7. Visão: conectar a NELL e a NEIL (Never-Ending Image Learner)
8. Aprender a “ler” em várias línguas “Multilingual NELL” (Português)
9. Aprender a ler e entender documentos isolados [A NELL está aqui](#)
10. Aprendizado auto-direcionado e auto-reflexão
11. Leitura guiada por metas (identificar leituras mais relevantes para confirmar fatos específicos)
12. Aprender a conversar naturalmente no Twitter
13. Adicionar um corpo à NELL

E qual o estágio de desenvolvimento dele, hoje? O que é que o sistema já faz? Citando alguns itens: 1º) - ele classifica sintagmas nominais por categorias, ele já sabe que São Carlos é uma cidade e que o Flamengo é um time; 2º) - ele consegue identificar pares de sintagmas nominais por relações, ele sabe que o Flamengo é um time de futebol e que futebol é um esporte, ele consegue identificar a relação entre esses fatores; 3º) - ele descobre regras para prever novas instâncias de relações, aquelas regras de inferências já citadas, e ele vai inferir que o Neymar joga futebol, porque ele joga no time do Barcelona. Não foi citado ainda, mas ele é capaz de aplicar o que chamamos de correferência (Duarte et al., 2014a), que é saber, por exemplo, que Estevam Hruschka e Estevam Rafael Hruschka são a mesma pessoa, e ao encontrar menções a esses dois nomes, são dois nomes que correferem a um único conceito, que é, no caso, uma pessoa; ou que UFSCar e Universidade Federal de São Carlos referem-se à mesma Instituição. Dois nomes para o mesmo conceito, são, pois, correferências, o que o ajuda a aprender melhor a classificar nomes, a descobrir padrões e ou regras, porque, antes disso, ele não sabia que UFSCar e Universidade Federal de São Carlos, consuetudinariamente,

eram a mesma estrutura socioeducativa, agora ele já pode identificar padrões; ele sabe descobrir novas relações e novas categorias e estender a ontologia inicial, conseguindo procurar outros fatores que não lhe foram informados ainda, mas, que ele percebe que vão ajudar a aprender melhor. Ele consegue também fazer inferências, no sentido daquelas regras que mostramos anteriormente, só que sem criar uma regra para isso, fazendo o que denominamos caminhadas aleatórias num grafo, que é outra técnica, que é um outro mecanismo de inferência sobre o que ele já aprendeu.

Ele tem outro componente, a partir do qual a NEIL, ou Never Ending Image Learner, lhe permite visualizar uma foto e saber: - Ah! Isto é um carro, e ao ler a legenda da foto, está dito que é um fusca, então fusca deve ser carro, enfim, relacionar também com imagens.

Ele já está Multilíngüe, tem um trabalho já iniciado em Português e está iniciando seu aprendizado nessa Língua (Duarte et al.,2014b).

Tem no seu bojo, ainda, três métodos que leem as sentenças isoladas, que usam tudo o que ele já aprendeu desses conceitos e também os conhecimentos de mundo que ele já tem, para melhorar o desempenho do sistema e entender, cada vez mais, uma sentença isolada, só que, nesse caso, o que está armazenado e está mostrando lá no *Site*, na base de conhecimento dele, ele não está vinculando cada um daqueles conhecimentos com uma fonte de onde vieram, então, quando ele aprende que o Flamengo é um time esportivo, ele não diz: “é porque eu li no UOL, ou na Globo.com”, ele diz: “olha, é que eu percebi na WEB que apareceram coisas do tipo – o Flamengo foi campeão brasileiro de futebol ou, o Flamengo está na zona de rebaixamento do campeonato brasileiro de futebol”; e aprendeu a deduzir, por estes contextos, que este time joga futebol, mas ele não diz, apesar de guardar textos, - “eu encontrei essa informação nessa ou naquela página, ou na lista dos times da série ‘A’, e lá se encontrava o nome do Flamengo”; ele guarda, ele mostra, mas ele faz muito mais o aprendizado no ‘conteúdo’ que encontra do que através do que chamamos de macro leitura da WEB, isto é, ele está lendo de maneira macro o que está lá, e pegando de maneira geral o que consegue aprender, o conceito de mundo, mais o senso comum, mais o que ele vir na WEB, mas sem entrar na interpretação literal de que aquele documento afirma isso ou aquilo e, então, confiar só nele, o suficiente para dizer se isso ou aquilo é verdadeiro ou não. E é claro, o objetivo é chegar nesse ponto, mas verifique que essa é a ideia do aprendizado cumulativo: primeiro, eu aprendo aquilo que todo mundo diz, e não tem erro, para depois passar a ler um documento específico e ver o quanto eu acredito naquela informação, com base no que todo mundo já me dizia, ou quanto eu vou acreditar agora neste documento, dado que eu nunca

ouvira falar nada sobre isso de modo geral, ou, pelo menos, não frequentemente, ou ainda, que as pessoas não dizem, normalmente, que isso é verdade.

Também o programa está trabalhando com a microleitura e este processo seria a leitura de um documento ou de uma sentença só, diferente da macroleitura, que é onde o sistema já se comporta muito bem, e além de estar muito bom nesse item, ele está aprendendo agora a usar a macroleitura, ou o resultado do que ele aprende na macroleitura, para conseguir um resultado bem melhor do que os sistemas tradicionais amplamente utilizados por aí, de microleitura, que tentam ler e entender um documento ou um texto etc. O nosso sistema precisa, ainda, melhorar a autorreflexão e o direcionamento autônomo da leitura, para autocorreção, quando ele perceber que está fazendo um trabalho muito ruim em determinado campo, e sentir – “olha, eu estou realizando um péssimo trabalho aqui, quando estou aprendendo sobre esportes, e preciso direcionar meu trabalho de maneira diferente”; hoje, ele já faz esse redirecionamento, mas de modo ainda muito incipiente, e é um ponto em que ele precisa evoluir.

Precisa evoluir também, no sentido de poder iniciar um processo de leitura com um objetivo específico, por exemplo, quando eu pedir: “veja, pra mim, se o Messi já se aposentou”. Nesse caso, ele faria uma leitura dirigida para essa questão, e hoje ele não faz, ainda, um trabalho direto e exatamente assim; ele possui já o ‘ask NELL’, que é uma ferramenta que você utiliza para perguntar e ele vai te responder, mas o resultado não é, até este momento, condizente com a qualidade que esperamos que o sistema pratique, com a qualidade que o sistema deve possuir. Está, pois, evoluindo neste quesito.

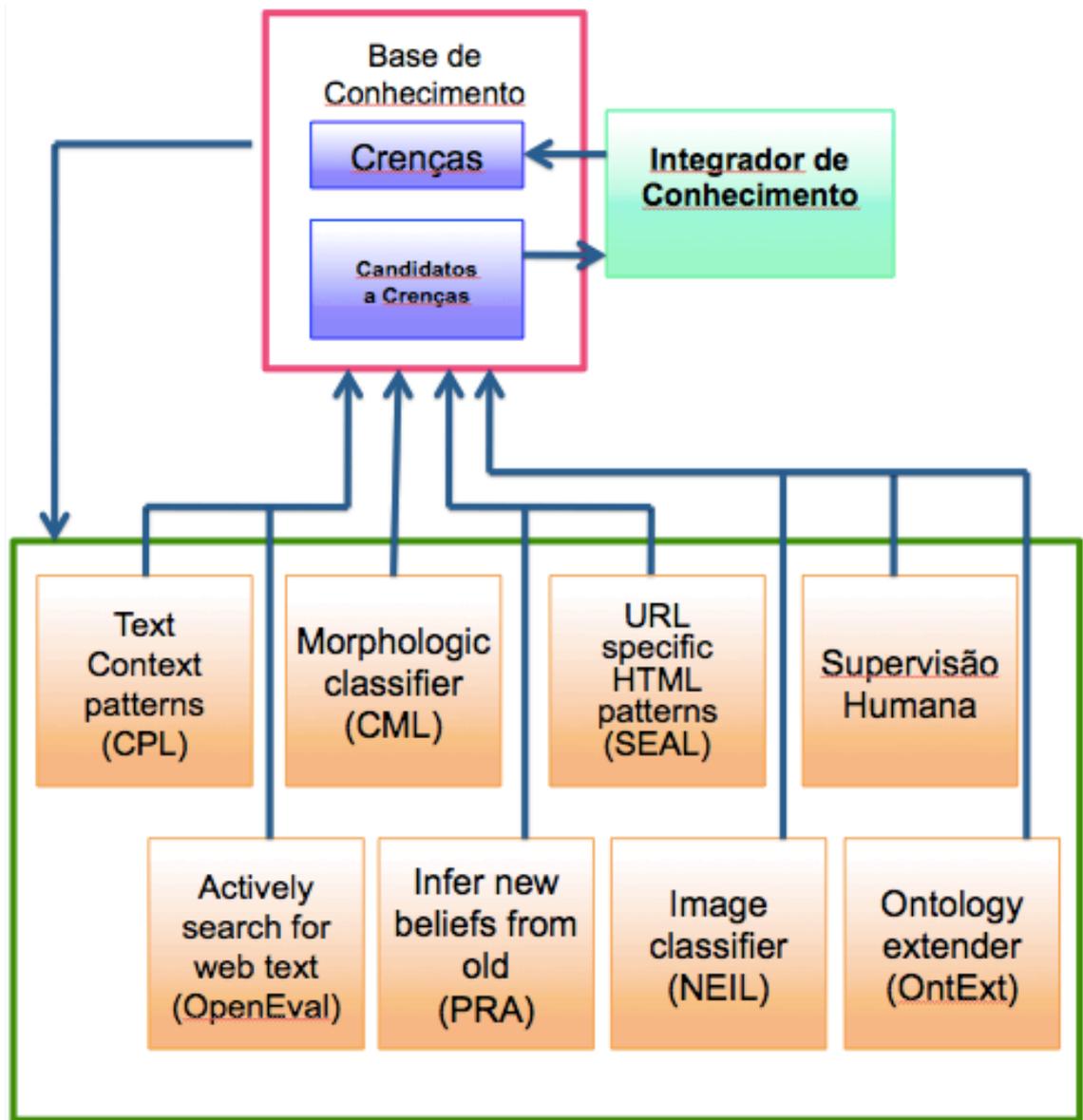
O sistema conversa com pessoas, hoje, por exemplo, no *Twitter*, no *Yahoo answers*, mas aqui, também, ele não é ainda um agente de conversação como queremos que seja, precisando, portanto, evoluir neste tópico.

Bem, desta linha demarcada, de número nove no quadro anterior (Ideia Chave 4) para baixo, a maioria das referências ele está apto a praticar, mas não o faz com absoluta eficiência, ou com a eficácia necessária, ainda. No *microread*, ele já está bastante evoluído, já é considerado bom, só não está ainda aplicado e mostrado na WEB, o que não deverá demorar para aparecer. Entretanto, nos demais itens ele está aquém do que pode, a autorreflexão está aquém do que pode, a leitura guiada está aquém do que pode, conversar com pessoas, faz, mas como falamos, está aquém do que pode, e nesse quesito ele tira dúvidas, ele vai no *Twitter* e diz o que aprendeu e as pessoas respondem e ele pondera se pode acreditar nas respostas ou não, mas se ele faz isso e nós consideramos que está aquém do que pode, é porque ele ainda faz isso com muita força na macroleitura, assim, se poucas pessoas

responderem-no no *Twitter*, ele fica um pouco perdido, não tem certeza se deve confiar ou não, ele não sabe identificar, por exemplo, se uma das pessoas que responderam é o autor do livro sobre o tema em questão e, por isso, não deveria ter dúvidas, não sendo necessário que mais ninguém diga mais alguma coisa. Isso ele ainda não faz. Ele domina bem o geral, no processo da macroleitura ele já se sente confortável, está confiante: “olha, se eu conversar com o povo, por aí, em geral, há uma tendência muito grande de as pessoas dizerem se isso é verdadeiro ou não, e nisso eu posso acreditar, ou melhor, já posso considerar como uma nova evidência”, e assim, ele vai acervando mais evidências para auxiliá-lo nas decisões a tomar, só que ele não faz isso ainda de uma forma apropriada, como pretendemos, seja daqui a alguns anos, por isso consideramos o desempenho insatisfatório, e colocamos também este item aqui na faixa do aquém do que poderá ser, e ainda vamos adicionar-lhe um ‘corpo’, ou seja, um robô. Já foram feitos alguns testes neste sentido, e também fazê-lo ficar conversando no celular, ou um rádio específico em que ele possa ficar interagindo com as pessoas.

Hoje, ela está no *WEBSITE*, tem um *site* na *WEB*, as pessoas podem olhar, navegar, perguntar, mas é só isso. Esse processo não está ainda completo, e essa é a ideia número quatro, e quando até o número treze (elencado no quadro da Ideia 4) ele estiver indo muito bem é que se poderá dizer – “olha, agora ele aprendeu e está pronto para ler qualquer coisa e resolver, melhor dizendo, ele aprendeu a ler mesmo, e, é claro, sempre estará aprendendo mais e melhor, não há dúvidas”, mas aí diríamos que é como se ele tivesse se formado, concluído um curso, mas ainda falta, na macroleitura, apesar de estar lendo e vendo bem, é como se estivesse adquirindo conhecimento de mundo, olhando o que acontece, vendo o que é normal e ou natural, uns dizem isso, outros falam aquilo, e, portanto, quando ele for ler um texto, ele vai buscar todas essas informações, sem dúvida, para melhorar sua compreensão, mas só estes conhecimentos não são suficientes, ela vai precisar evoluir mais do que isso para entender tudo sozinha, logo, a *NELL*, para ler um texto só e entender tudo dele faltam estes recursos, esses detalhes que foram mostrados ainda incompletos ou em desenvolvimento, e essa é a ideia número quatro, ela terá que saber todos os itens completamente, não dá para resolver aqui o item número doze direto, sem dominar todos os outros, pois não conseguirá ser eficaz.

Bem, como ele já tem cinco anos, já começaram estas outras questões: tem uma página que é o *Ask NELL*. Se clicarmos no *ask*, e perguntarmos o que é exatamente UFSCar, ela tentará responder, e se ainda não tiver na base de conhecimentos, ela tentará alguns outros métodos para tentar responder e dirá: “olha! Não tenho muita certeza, mas está parecendo que é isso, ou, que é aquilo”. Inconsistente, inseguro, nesta fase em que se encontra.



A arquitetura, hoje está definida como mostra a figura acima (Mitchell et al., 2015), composta de vários métodos e um pouco de supervisão humana, em que a NELL vai na *WEB* e conversa com seres humanos (usuários de redes sociais), pergunta no *Twitter* e usa estes resultados: ele utiliza o *Ask NELL* também, por exemplo, quando lhe perguntam algo, ela faz igual a nós, se não soubéssemos: ele busca na *WEB*, porque está permanentemente lendo a *WEB*. Agora, quando alguém pergunta o que é UFSCar, ele vai no *Google*, vai no *Yahoo*, como os seres humanos usam fazer, se ele não sabe, pega, então, os textos que vêm e tenta, com base naqueles textos curtos, ter uma noção do que é, ela não vai ter certeza, mas ele faz isso que a gente faz. O nome do componente que realiza esta tarefa é ‘*Open Eval*’ (Samadi et al., 2013), e, na verdade, o que faz é, ativamente, procurar por textos na *WEB*, esse é o ‘*Leitura Guiada por Metas*’, aquele item onze do esquema da ideia número quatro: quando

alguém pergunta algo, ele quer ler só sobre aquele assunto, não vai aprender no modo geral, é o que consideramos no *Open Eval*. Esta é, basicamente, a composição do sistema, do que já está pronto e implementado.

Na interação com o ser humano (esse mecanismo pode ser considerado bem próximo dos nossos estudos em Linguística), as informações que estão na base de conhecimentos são validadas pelos membros do Grupo – seres humanos que laboram nesse projeto de algumas maneiras diferentes. A primeira maneira é essa, pelos desenvolvedores do sistema: – vamos lá e vemos o que ele aprendeu e dizemos se está certo ou está errado. A segunda, é o *Conversing Learning* (Pedro et al., 2012), é o que já foi explicado, ele vai à WEB, ao *Twitter* ou a outro mecanismo do gênero, conversa com as pessoas, faz perguntas, e analisa o que as pessoas respondem. A terceira já foi também comentada, é a que ele vai e faz busca no *Google*, ou, para nós, faz ‘*Query*’, faz perguntas na *WEB*, joga no *Google* e vê se é ou não é, conforme os retornos e a quarta é contratando pessoas, nesse caso têm serviços que se pode utilizar, podem ser contratadas colaborações de pessoas, e enviar tarefas para os prestadores. A *Amazon* foi uma das pioneiras nesse procedimento (de contratação de pessoas para tarefas a serem realizadas na *WEB*), hoje, já está bem mais difundido, aí há uma remuneração (exemplo, dois *cents* de dólar por pergunta respondida), cujos valores são pagos para a *Amazon*, e ela repassa às pessoas que prestam os serviços, por exemplo – São Carlos é uma cidade?- e ele responde – sim – pronto, ganhou dois *cents*. Como na Índia ou na China há grande oferta de mão de obra, o valor é interessante e esse trabalho é comum, no caso da Índia, onde as pessoas falam Inglês é extremamente facilitado esse procedimento. Estas são as quatro maneiras que os seres humanos interagem com a NELL para ajudar a validar a base de conhecimentos.

Anteriormente, já foi abordado que a NELL está operando também em outras Línguas, e utiliza, para isso, a mesma estrutura maior aplicando nos textos das diferentes Línguas com as quais se propõe a operar, e depois anexa os resultados na base de conhecimentos central. Hoje, ela (NELL), efetivamente, está fazendo isso só com a Língua Inglesa e a Portuguesa e nessa união assim, um processo ainda não está ajudando o outro a corrigir, está começando-se esse trabalho agora, fazer com que o que aprender em Português, por exemplo, ajudará a corrigir, ou não, ou a corroborar o que foi aprendido em Inglês e vice-versa.

2.2-Elementos históricos da NELL

O programa computacional (NELL) se dá a partir da organização de diferentes vozes. Essas diferentes vozes são colocadas em diálogo, obedecendo ao princípio de uma *participação*, isto é, cita-se um discurso com base em outro discurso já legitimado pela sociedade ou pela comunidade científica.

Conceito teorizado por Dominique Maingueneau em suas reflexões sobre a noção de *hiperenunciador* que assim a caracteriza: “Na *participação*, diferentemente da citação tradicional na qual um enunciador mobiliza a fala do outro, quer seja para corroborar com a sua argumentação ou para localizar e manter as palavras desse outro a distância, o enunciador cita um discurso que não pertence a um autor específico, mas a uma espécie de *Thesaurus* de uma determinada comunidade, com o objetivo de buscar o seu pertencimento a essa comunidade. Assim, para validar seu discurso, o enunciador recorre a um hiperenunciador: uma instância enunciativa que tem por referente entidades transcendentais.” (Baronas, 2011, p.65)

Dito de outro modo, o funcionamento da autoria na NELL se dá a partir da *participação* de saberes produzidos pelos mais diversos estudiosos, especialistas e/ou também por todas as pessoas que participam, dando suas contribuições, sob qualquer forma, nas diferentes áreas do conhecimento. Investigar a pertinência científica da existência de alguns indícios de autoria é a hipótese que robustece o objetivo de nossa empreitada.

“Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala”, afirmou Beckett, de quem Michel Foucault emprestou o enunciado quando da sua palestra-aula sobre sua obra “O que é um autor?”, e que a reescrevemos para ilustrar o controverso ambiente em que se conviverá na elaboração da pesquisa sobre a questão do autor de uma obra/programa computacional, tema deste trabalho, que se encontra ainda em fase embrionária, dada a grandeza do objeto focado, do qual temos o alvo de pulsão apenas debuxado.

Embrenhando-se nessa seara de latência fértil em concepções, sem que haja ainda hoje uma definição precisa sobre o tema, pois, eis que algumas das principais obras que sustentam os princípios constituintes e dão “status” de ciência à Linguística Contemporânea trazem dúvidas quanto à autoria, como exemplo, o Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure. Isto ainda corroborado, sobretudo, com a inovação na área da comunicação hoje experimentada, pois este programa está inserido na mais recente e ainda desconhecida senda para a qual envereda vertiginosamente o processo comunicativo: o meio eletrônico.

O fato de ser um domínio que se encontra em franca evolução, e até mesmo em ebulição porque o avanço é desenfreado, já seria motivo suficiente para que pesquisadores acessem em massa para deslindar os caminhos futuros que esse fenômeno tomará, e mais então quando se tem em mãos algo que poderíamos comparar com o majestoso sonho que embalava os estudiosos da Antiguidade Clássica, no final do século IV a.C., que era construir uma Biblioteca Universal, na Alexandria, onde estaria armazenado todo o conhecimento, e catalogadas todas as obras existentes em qualquer campo. Só que o sonho frustrou-se, na época inviabilizou-se, primeiro pela falta de espaço físico e condições de manutenção daquele material e, depois, ninguém conseguiria tomar ciência de todo esse conteúdo, não haveria tempo hábil para isso. Talvez houvesse um bibliotecário com conhecimento dos títulos de todas as obras ali existentes, mas não o inteiro teor.

Já naquele projeto havia a preocupação de se buscar a verdadeira autoria das obras, não com o intuito de assegurar a propriedade intelectual, porque os processos de produção diferiam bastante dos atuais, mas para garantir a veracidade das atribuições catalogadas.

Hoje, podemos imaginar que essa biblioteca estará ao nosso dispor, em curto prazo. Por enquanto, ela está dispersa, localizada num espaço que denominamos Internet, no qual já possuímos uma espécie de bibliotecários que nos indicam os trabalhos ali existentes com os conteúdos que buscamos (mecanismos de busca como o *Google*, por exemplo).

A NELL será o que poderíamos comparar com um desses bibliotecários, só que ele deverá saber todo o conhecimento que houver sido armazenado nessa biblioteca, metaforicamente “espacial”, porque esse material ficará guardado nas chamadas “nuvens”, e esse leitor dará, com toda a completude e precisão exequíveis, as respostas às consultas que lhe serão endereçadas, será o interlocutor virtual que leu e armazenou na memória qualquer assunto que ali houver sido tratado.

O projeto da NELL está diretamente vinculado ao objetivo geral da inteligência artificial desde a sua criação (em 1956). Um dos principais objetivos da inteligência artificial (na época de sua criação como área de pesquisa) era a construção de um "computador" capaz de reproduzir a inteligência humana. Um dos primeiros testes projetados para se identificar se um computador era inteligente ou não, foi o teste de Turing. Este teste propunha que se tenha um observador O, um computador C e uma pessoa P. Sem que o observador O tivesse conhecimento, seria colocada a pessoa P em uma sala e o computador C em outra. A partir daí, seria permitido que o observador O se comunicasse com P e C através de perguntas e respostas. Neste teste, o computador C seria considerado inteligente caso o observador O, após algum tempo de interação com P e C, não conseguisse dizer com certeza em qual sala

estava o ser humano e em qual estaria a máquina. Tal teste acabou sendo um dos motivos para a grande decepção da sociedade em geral com a inteligência artificial (IA), pois não existe ainda uma máquina capaz de "passar" no teste de Turing com louvor.

2.3- Estado da Arte da NELL

Essa propositura de leitura da WEB é um projeto que utiliza o programa prático de "ler a web" e aprender através desta leitura, mostrando que, com o atual desenvolvimento das técnicas de aprendizado de máquina, recuperação de informação e processamento de língua natural, é possível construir um computador "inteligente" capaz de adquirir mais e mais conhecimentos, assim como nós, seres humanos, fazemos. Para tanto, está em construção um complexo sistema computacional (chamada de NELL-Never-Ending Language Learner) que tem como base um novo paradigma de aprendizado de máquina (considerado "aprendizado sem fim" - Never-Ending Learning). Assim, na "leitura da Web" realizada pela NELL (Enciclopédia) a ideia central é que o aprendizado deva ser contínuo (ou sem fim) e distribuído. Ou seja, este novo paradigma de aprendizado de máquina propõe que a experiência e conhecimentos gerais podem auxiliar o computador a aprender mais e melhor com o passar do tempo e consequente acúmulo de informações.

Desta forma, a NELL não busca aprender somente sobre um determinado tema ou um único foco determinado. Ela lê a Web, aprendendo sobre tudo o que esteja na rede exposto, e usa esse conhecimento adquirido para auxiliá-la em tarefas mais específicas, ou seja, concentrar todas as informações relativas a qualquer assunto que lhe for solicitado, oferecendo uma resposta com um embasamento incomensurável, em relação à rapidez ou prontidão no atendimento e na consideração do memorável, proporcionado por esse empoderamento cognitivo e, por conseguinte, da capacidade resolutiva da máquina por seu singular e amplo aproveitamento da 'memória metálica', (aqui considerada como memória total, como acentua Eni Orlandi (2007): *aquela que não falha e que se apresenta como ilimitada em sua extensão*, em todas as suas formas de existência) rememorando tudo. Portanto, sem ser imanente e sem sofrer o fenômeno do esquecimento ou apagamento factual, que sói acontecer com as habilidades enunciativas dos sujeitos enunciadores não eletrônicos, por isso, também isenta do que se costuma chamar de 'dissonância cognitiva' – só ouço o que eu quero, só entendo o meu ponto de vista, e a evidência contrária àquilo que eu penso serve de apoio ou prova daquilo que eu penso – passa ao largo dessa guerra cultural, não

impregnada por ideologias arraigadas, conforme Teoria de Mikhail Bakhtin (1995), na qual os sentidos são refletidos e refratados, entremeados por princípios ideológicos subjetivados.

O processo discernente, adstringente, sucinto e objetivo do aprendizado conclusivo da NELL aproxima-se bastante, mas pode-se considerar que difere, ligeiramente, daquele ontológico, do ser em suas particularidades. Todas as tomadas de decisões e/ou conclusões são proporcionadas com as informações encontradas na *Internet* e que ela julga estarem corretas. Mas não é completamente autônoma, sua crença é fundamentada nos princípios recebidos através de algoritmos orientadores construídos pelos criadores do sistema. Isto dá segurança aos construtores em relação ao controle incondicional do sistema, sempre havendo um domínio absoluto do homem sobre a máquina.

Assim, a NELL vai aprendendo sobre uma ampla gama de domínios até adquirir conhecimentos suficientes para sanar as dúvidas que possam surgir durante o processo deliberativo e, com presteza, firmar sua concepção. Lendo e relendo sempre, acumulando conhecimentos, aproveitando as informações já computadas, como um aluvião sedimentando nutrientes, e nessa prática de (re)leitura ela aperfeiçoa a cada momento o significado da matéria examinada, utilizando os conhecimentos de base anteriormente acervados.

Além desse aspecto importante no aprendizado sem fim (afora a aquisição de conhecimentos gerais e não somente específicos ou gramaticais), relevante também é o acúmulo de experiência. Como nós (seres humanos) vamos ganhando maior poder de aprendizagem dos conceitos mais complexos após termos adquirido conhecimentos mais básicos e simples (é mais fácil aprender álgebra depois de ter aprendido as operações aritméticas básicas), a NELL utiliza-se da experiência acumulada para auxiliá-la no processo de aprendizado futuro. Também, da mesma forma que um funcionário mais antigo em uma empresa consegue identificar situações que podem levar a equívocos e evitá-los previamente, com o passar do tempo a NELL consegue identificar estratégias que não trazem muito sucesso no aprendizado e pode alterá-las de maneira a otimizar o processo de aprendizado.

Ainda, analogamente ao aprendizado dos seres humanos em que recebem orientação de professores para internalizar os diversos saberes e daí, de maneira autônoma, concluir ou interpor as inferências cabíveis, a NELL é auxiliada por seus criadores, que a estruturam com algoritmos específicos e orientadores, funcionando como indutores nas tomadas de decisões próprias, isto é, induzem-na, de certa forma, interferem nas decisões tomadas. Ela não tem um poder de decisão autônomo, ou o chamado ‘livre arbítrio’, supostamente um atributo Divino e inato dos seres humanos, para optar por inferências necessárias para o bom desempenho do

trabalho, produzindo aspectos característicos e particularidades que identificam o autor de uma obra, como relata Foucault, (1969, p.27):

“Na verdade, se se fala com tanto prazer e sem maiores questionamentos sobre a ‘obra’ de um autor, é porque a supomos definida por uma certa função de expressão. Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os mais essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. Mas vê-se logo que tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa (já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo); que, finalmente, a operação que determina o ‘opus’ em sua unidade e, por conseguinte, a própria obra, não será a mesma no caso do autor do ‘Théâtre et son double’ ou no caso do autor do ‘Tractatus’, e que, assim, não é no mesmo sentido que se falará uma “obra”. A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea”.

Partindo da análise de pequenas frases, com informações simples e diretas, a NELL vai aprendendo e, paulatinamente, consegue identificar os significados de sentenças mais complexas, ou de sentidos ambíguos (a ambiguidade, queremos aqui asseverar, não é relacionada diretamente ao sentido, mas ela o é em relação ao referente, o que produz, naturalmente, diferentes efeitos de sentidos) como o exemplo usado pelos forjadores do programa, ilustrando o desempenho do programa, ao mostrar que ele identifica a diferença das frases: “O cientista viu a borboleta com um círculo azul” e “O cientista viu a borboleta com um binóculo azul”. Aproveitando seus conhecimentos de base sobre “binóculo”, “borboleta”, enfim, conhecendo todos os componentes, ou os significados estabilizados das palavras das frases, separadamente, não limitados a estes, definirá, com competência e sem choque de interesses, o ato do cientista: No primeiro caso, simplesmente olhou uma borboleta e percebeu que ela possuía, em suas asas, um círculo azul; no segundo, utilizou-se de um instrumento para praticar o mesmo ato de olhar uma borboleta, buscando, é claro, perceber mais acuradamente detalhes das cores ou na estrutura daquele inseto.

Com base em inúmeros princípios, recursos e estratégias, a NELL busca ler a WEB e montar a maior base de conhecimentos do mundo. Tal base de conhecimentos deve, no futuro, conter todas as informações ou saberes disponíveis na WEB e será atualizada constantemente de forma automática, pois que, aos moldes das pessoas que criam o “hábito da leitura”, a NELL acentua esse atributo e “habita na leitura”. Então, ao invés de se fazer uma busca e receber um repertório resumindo em quais páginas da WEB será encontrada a informação

desejada; a ela (NELL) poderá ser perguntado e obter-se-á a resposta para a pergunta de forma direta, sem necessidade de ler algumas páginas WEB para isto, pois que, hoje não encontramos uma resposta objetiva para nossas questões, apenas orientações ou indicações sobre textos que tratam do assunto.

Para dar conta de sua empreitada, a NELL organiza-se a partir de diferentes vozes produzidas pelos mais diferentes sujeitos – empíricos e/ou virtuais. Compreender como essas diferentes vozes se organizam, e as possíveis interferências nas interpretações que nos diferentes suportes utilizados possam se manifestar, neste caso, focalizando, concentrando-se mais exclusivamente nas vias relativas ao suporte virtual, e como consequência natural, vá-se perceber que essas relações são constituintes ou oferecem indícios do princípio de autoria, então, incluir este que também deve ser um dos quesitos contemplados por esta pesquisa, como tributário contributivo de relevância nesse processo.

2.4- Diferenças e/ou similaridades com outros sistemas computacionais disponíveis na Internet.

Digno de nota é o funcionamento da rede de micro-blog *Twitter*, em que os próprios participantes estabeleceram, como uma forma de ética convencionalizada naquele território, o costume de repassar o *tweet* do outro, sempre dando o crédito àquele que o originou, e esse processo alastrou-se tanto que até a própria plataforma incorporou o ‘*retweeter*’ à sua interface.

Habitualmente, as participações em *blogs* são acompanhadas de identificação, por se tratar de uma forma de conversação realizada na chamada *blogosfera*, que também poderia ser encaixada no encadeamento coerente da reputação e respeito entre os usuários e ou participantes, nesse mesmo conjunto de ideias logicamente solidárias funciona o *Klout*, um dos sites que têm, da mesma forma, como medida de avaliação a reputação que é utilizada como marco mensural das relações na rede, medindo o nível de importância de pessoas nas redes sociais, e esta classificação é usada como referência na escolha de pessoas para participação em eventos, congressos e também para contratação por empresas.

Alguns dos *sites* de maior importância e que possuam uma significativa relação com o objeto desta pesquisa, terão suas estruturas e modos de funcionamento mais detalhados, em itens específicos, neste trabalho. São citados, como exemplos, *Wikipédia*, *Creative Commons*, *Slashdot*, *Twitter* e *Google*, observando que a existência deles na Rede não está limitada a estes citados. Mas suas estruturas, normas, composição e funcionamento,

por similaridades ou diferenças, deverão oferecer parâmetros referenciais para a análise do sistema que compõe a NELL.

E um dos projetos que interage com o leitor/usuário, recebendo informações, aliás, ele é construído basicamente com a contribuição dos usuários-participantes (e nessa particularidade se não entra num campo quase comum, pois os créditos das participações nominadas ficam registrados, nas participações anônimas, pelo menos, ombreia-se à NELL, na questão da autoria na rede) que se encontra em andamento hoje, é a enciclopédia livre denominada *Wikipédia*, que traz nas páginas de capa do seu *site* as seguintes informações sobre sua constituição:

2.4.1 - WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre.

De acordo com instruções coligidas na página principal do seu site, essa enciclopédia inicia suas atividades em 15 de janeiro de 2001, em Língua inglesa.

Hoje já foram criados mais de quatorze milhões de artigos em centenas de línguas e dialetos, (só em português são mais ou menos 881 mil). Acervo que é acrescido diariamente por colaboradores, em todo o mundo, que editam milhares de artigos e criam verbetes inteiramente novos.

O conteúdo desse site é protegido por uma licença de documentação livre G.N.U. (GNH – Free Documentation License) ou pela Creative Commons Attribution ShareAlike. Os contributos são devidamente creditados a seus autores, enquanto que os direitos de cópias, inclusos na licença garantem que o conteúdo da enciclopédia poderá sempre ser reproduzido e distribuído livremente, desde que se obedeçam as regras das Licenças.

O projeto em Português não é uma simples tradução dos escritos em outras Línguas. O objetivo é criar uma enciclopédia própria, porém, podem constar alguns artigos adaptados e traduzidos de outras línguas. Também iniciado em 2001, com uma fase de recrutamento de pessoas interessadas, quando se iniciou também a política de implementação das regras de organização que foram trazidas da estrutura já montada em Língua Inglesa.

Como não se trata de um fórum de debates, mas de uma enciclopédia, prima-se pelo conteúdo de opiniões o mais imparcial possível e procurando sempre um consenso geral de ideias.

Tem como fundamento da política de utilização cinco grandezas que constituem a base de formação da Wikipédia, que devem ser obedecidos por todos que participarem de edições em quaisquer circunstâncias:

As políticas sociais são políticas primárias da Wikipédia lusófona. Recomendações são políticas desenvolvidas pelas experiências da própria comunidade e devem ser respeitados.

Artigos informativos trazem informações adicionais sobre o funcionamento interno.

Ensaio são textos escritos por alguns editores ou grupo de editores. São usados em discussões internas para evitar as repetições dos argumentos expostos neles. Muitas políticas começaram como ensaios e ganharam a aprovação comunitária, até tornarem-se políticas. Algumas políticas da Wikipédia lusófona foram inspiradas em Wikipédias de outras línguas, são experiências compartilhadas internacionalmente. (Wikipédia.org).

Uma fórmula significativa encontrada para explicá-la, por sua grande abrangência, é dizendo o que ela NÃO É:

A *Wikipédia* NÃO É: Uma enciclopédia impressa; uma fonte primária de dados; um dicionário; um jornal; um fórum de discussões; uma plataforma de divulgação; um repositório de citações nem de arquivos prontos; um *blog*; um *flog*; uma rede social ou similar; um guia manual; uma bola de cristal; um repositório desordenado de informações; um consultório médico; uma revista científica, nem introduz novos conceitos, não é censurada e não tem conteúdo reservado.

O que a comunidade da *Wikipédia* NÃO É: um campo de batalha; uma anarquia; constituída por um sistema político; uma sociedade secreta.(id.ibid.)

O projeto da *Wikipédia* encerra o objetivo de que ela seja uma enciclopédia universal, multilíngue e coletiva, situada na Internet, sob o princípio *wiki*.

Tem como princípio fornecer um conteúdo reutilizável livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar. Todos podem publicar conteúdo on-line, desde que sigam as regras básicas estabelecidas pela comunidade, como, por exemplo, a verificabilidade do conteúdo ou a notoriedade do tema.

As páginas de discussão servem para centralizar reflexões e avaliações para melhorar o conteúdo da Wikipédia.

Os termos ‘wiki’ (traduzindo-se como “rápido, ligeiro, veloz”) e wikiwiki (“extremamente veloz”) no idioma havaiano são usados para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto, ou o software colaborativo usado para criá-lo.

O que faz o wiki tão diferente das outras páginas da Internet é certamente o fato de poder ser editado pelos usuários que por ele navegam.

Por exemplo, esta parte do artigo foi adicionada anos após a criação do próprio, e, com certeza, não será a última edição; ela será modificada por usuários e visitantes ao longo do tempo. É possível corrigir erros, completar ideias e inserir novas informações. Porém, os artigos são feitos por pessoas que nem sempre são especialistas no assunto, ou até vandalismo substituindo o conteúdo do artigo. Mas o intuito é que as páginas sejam editadas por alguém com mais conhecimento, pelo menos dois níveis de controle são considerados necessários: gerenciamento e utilização. (id.ibid.).

Nesta última citação são encontradas propriedades comuns às duas enciclopédias; não é uma prerrogativa só do *wiki*, essa da constante atualização, na constituição das bases de conhecimentos, a NELL, independente de uma visita ou orientação, atualiza, corrige, complementa seus enunciados incansavelmente, com mais presteza, a cada nova informação percebida ou assentada na fonte em que ela abebera-se.

Outro dispositivo concernente que exerce um trabalho auxiliar no funcionamento das práticas interativas na WEB, como um órgão legalizador, é a Creative Commons, regulamentando e/ou controlando os usos, pelo público, das publicações e seus devidos direitos autorais:

Outra página com divulgação de notícias e espaço aberto para participação de leitores que tem pertinência, é o Slashdot:

2.4.2- SLASHDOT

Também recolhidos os dados deste site em sua página principal, constata-se que o *Slashdot* é um website de notícias. Grande parte dos artigos nele encontrados são publicações colhidas em outros sites e ali assentados para comentário dos seus leitores, que, dependendo da popularidade do tema, chega a receber mais de mil comentários. Por suas características este site assemelha-se bastante a um *blog*, mas à época da sua criação (setembro de 1997) ainda não se utilizava este termo. Normalmente são os próprios leitores do sítio que enviam os sumários das notícias, ficando a cargo dos editores a aceitação ou não do material. O site tem como *slogan* “*News for nerds, stuff that matters*” (Notícias para *nerds*, coisas que importam). Apesar de servir de referência para a comunidade do *software livre* e do *Linux* em particular, este site é criticado por divulgar notícias, às vezes, sem base ou de conteúdos polêmicos. Este sítio criou também o termo *Efeito Slashdot*, para o fato que ocorre quando há uma incidência excessiva de visitas, ao mesmo tempo, ao site indicado por um dos sumários, tirando-o do ar. (*Slashdot.org*).

Há outros processos comunicativos na *Internet* que funcionam como meios interativos entre os participantes, conhecidos como redes sociais, por exemplo, o *Twitter* ou o *Facebook*, etc., são aqueles programas que possuem ou utilizam princípios similares de funcionamento, apesar de que não existe nenhuma proximidade com os objetivos e fundamentos do funcionamento da NELL, mas como a existência destes dispositivos materializam esta forma de comunicação na REDE, detalharemos um pouco das características do primeiro citado (*Twitter*), o que confirmará que em nada se assimila e não possui recursos subsidiários de comparação com o objeto de análise deste trabalho, demonstrando, assim, a relevância da consideração por este sistema Tecnológico que hoje nos aproxima do amanhã.

2.4.3- - TWITTER

São estas as informações sobre essa rede social constantes na página inicial do Twitter na Rede: O Twitter é uma *rede social e um servidor para microblogging*, proporcionando aos usuários condições para enviar e receber mensagens pessoais de outros usuários do mesmo sistema, em textos com até 140 caracteres, conhecidos como *tweets*.

As atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las. As atualizações de um perfil ocorrem por meio do site do Twitter, por RSS, por SMS ou programa especializado para gerenciamento. O serviço é gratuito pela internet, entretanto, usando o recurso de SMS pode ocorrer a cobrança pela operadora telefônica.(twitter.com).

O twitter foi instituído em março de 2006 e quatro meses depois foi lançado nos EUA, no princípio foi concebido como um “SMS da Internet”, com a limitação de caracteres de uma mensagem de celular. O nome dessa rede social em Inglês significa “gorjear”. É possuidor de grande notoriedade no mundo todo, é considerado, por vezes, com o SMS da Internet. No lançamento inicial de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York, em 2013, todas as setenta milhões de ações colocadas no mercado foram vendidas, seu valor conseguiu uma alta de 90% do seu valor inicial de lançamento, e foi avaliada em US\$24,57 bilhões.

Em 2015 foram inseridas duas novidades, o “Enquanto você estava fora” que é uma resenha de notícias e/ou tweets de quem você segue, e o “Digits”, que é feito para desenvolvedores e auxiliará no acesso a sites pelo celular.

Tal como esta rede social citada, as demais, que pululam à uma velocidade desconcertante, trilham por sendas similares. Apesar de se constituírem como veículos de comunicação interativos importantes, largamente utilizados pela população, atendem a

interesses diferentes. Não se comportam como fontes de consultas semelhantes a uma “enciclopédia”, como é o caso da NELL.

Existe hoje uma Empresa que supre à quase todas as necessidades de pesquisas dos usuários da rede, essa gigante da comunicação, a Google, mas sua prestimosidade, na área em que atuará a NELL, tem um procedimento diverso, como se observa nas explicações da forma manifesta de sua competência:

2.4.4- - GOOGLE

Apesar de ser uma das maiores instituições existentes em atividade hoje, na rede, que funcionam como fontes de informações, a *Google* possui um sistema de funcionamento bem diverso daquele a que se propõe a NELL. A *Google* opera simplesmente como um motor de busca, apresentando diretamente o resultado de suas buscas sobre as inquirições formuladas, com todos os componentes constantes sobre o assunto, encontrado nas páginas da rede. Não há nenhuma interação ou outro processo com sua interferência na oferta das respostas apresentadas. Esse sistema faz apenas uma coleta de dados, portanto, não há como sugerir uma relação entre a atuação desse processo e o da NELL. Oferece ainda alguns outros serviços relativos à comunicações interpessoais, como e-mails, etc, mas em qualquer deles inexistem vínculos no sistema operacional, com a “obra”, que é objeto de sondagem, neste trabalho. É inócua, portanto, mesmo sendo uma gigantesca fonte e consultas, uma análise mais detalhada sobre seu funcionamento.

Para normatizar os usos das publicações dispostas nesse suporte eletrônico (WEB) por intermédio da Internet, naturalmente já foram criados alguns dispositivos que orientam os usuários da rede, mas, certamente, haverá criações de outros mecanismos que regulamentem de uma maneira mais detalhada, alguns específicos para cada País, outros mais universais para contemplar a abrangência que encerra o próprio sistema comunicativo, até serem dirimidas todas as possíveis dificuldades pertinentes. Uma dessas instituições, que citada-se como exemplo ilustrativo, é a *Creative Commons*, cujos objetivos básicos são aqui informados:

2.4.5- - CREATIVE COMMONS

Conforme informações contidas em sua página de rosto, trata-se de uma ONG sem fins lucrativos, sediada em *Mountain View*, na Califórnia, EUA, organização fundada em 2001, que visa proporcionar a expansão de obras criativas, que passam a ficar disponíveis, através de suas Licenças, permitindo cópias e compartilhamento com menos restrições do que

aquelas com as habituais ressalvas “todos os direitos reservados”. Para essa legitimação a ONG criou diversos padrões de liceidades, que são denominadas licenças “*Creative Commons*”:

“As licenças criadas pela organização permitem que detentores de copyright (isto é, autores de conteúdos ou detentores de direitos sobre estes) possam abdicar em favor do público de alguns dos seus direitos inerentes às suas criações, ainda que retenham outros desses direitos. Isso pode ser operacionalizado por meio de um sortimento de módulos-padrão de licenças, que resultam em licenças prontas para serem agregadas aos conteúdos que se deseje licenciar”.

Os módulos oferecidos podem resultar em licenças que vão desde uma abdicação quase total, pelo licenciante, dos seus direitos patrimoniais, até opções mais restritivas, que vedam a possibilidade de criação de obras derivadas ou o uso comercial dos materiais licenciados”.

2.5 - A NELL enquanto Discurso

A materialidade da interpretação é um construto que se realiza linguisticamente na ordem do Discurso, ela é da ordem do discurso. É nessa concepção, abarcando todos os dispositivos tributários do Discurso, que a NELL integra-se e realiza o seu trabalho analítico, para, paradoxalmente, oferecer um produto sintético. Embasando-se teoricamente para este item específico, o presente estudo encontra suporte na visão de J. J. Courtine (1999), nas ponderações sobre o memorável, ou o apagamento político-intencional da história, sobre o que este autor disserta em seu artigo “O chapéu de Clémentis”.

“(…). Ali, onde estava Clémentis, há somente o muro vazio do palácio. De Clémentis, restou apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald.” (...): esse processo de anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca do seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é antes de tudo na ordem do discurso que ele se é produzido. Ordem do discurso das “línguas de estado”, que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda. (COURTINE, 1999, p. 15 – 16).

Ao se analisar essa memória que ele considera saturada e lacunar, com eclipses, trazida principalmente pelos ventos do Leste, em que as condições políticas abafam os ecos

sonoros do que se dá o nome de “línguas de madeira”, “línguas de ferro”, de “mármore”, rígidas e congeladas pelo frio; ou de “pano”, ásperas, rudes e desiguais, que vêm nos alcançar aqui no Ocidente, onde se perpetuam outras características comunicativas consideradas como “línguas de vento”, abrigadas pelas democracias ocidentais, mais fluidas e instáveis, mais livres dos controles e isentas daqueles percalços drasticamente orientais, mais especificamente do leste europeu, verifica-se que não é uma memória que deriva da língua,

não é da língua que está se tratando, mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida. Como essa naturalidade específica do discurso histórico, ligada à existência de aparelhos ideológicos constitui uma modalidade de existência específica da memória histórica? (id. *ibid.* p. 16).

Como é, para um enunciador, envolvido pelas contradições históricas do campo político, *enunciar, manter o fio de um discurso, enfim, repetir, lembrar, esquecer?* Situação paradoxal para um linguista, após a dicotomia colocada pelo corte saussuriano entre o sistema da língua e o sujeito falante, separando, assim, a ordem da língua da ordem do discurso. O enunciador, então, vai em busca de apoio no desenvolvimento de estudos sobre a *enunciação* elaborados por Benveniste, (2006) que afirma esta ser “*a apropriação subjetiva da língua, por um ato individual de fala*”. Assim se considera a compreensão linguística da enunciação, que por tradição da “*linguística da fala*”, define a presença do sujeito falante no discurso, através de algumas marcas linguísticas, como *dêiticos, pressupostos, marcas de pessoas, performativos, “embrayeurs”* que afirmam a existência de um *sujeito da enunciação como ponto de origem, causa primeira e operador psicológico do seu discurso; a passagem linear e contínua da ordem da língua para a ordem do discurso*. Marcas que obstruem a especificidade do discurso e a questão do assujeitamento, transformando-as em simples instrumental da língua em uso.

Como afirma Courtine (1999, p.18), para se trabalhar com a categoria Discurso é necessário ser um linguista e ao mesmo tempo deixar de sê-lo; para aqueles linguistas que concebem o “*sujeito falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre a existência histórica e material das ideologias lembravam a eles que ‘há sempre um já discurso’, ou seja, que o enunciável é exterior ao sujeito enunciador.* (p.18). De acordo com

as conclusões desse autor, ao se pensar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso, decompõe-se e vincula-se dois níveis de descrição:

1) O nível da enunciação por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação dada (o “eu”, o “aqui”, e o “agora” dos discursos); 2) o nível do enunciado no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desvinculado dos discursos, que eu chamaria interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo que se poderia denominar, (...), domínio da memória, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados “preconstruídos”, de que sua enunciação apropria-se. (id. ibid. p.18).

Mister se faz, porém, ressaltar que, nesse interdiscurso, o sujeito não possui nenhum lugar que lhe seja destinado, retumbando no domínio da memória, apenas uma *voz sem nome*.

Segundo ainda Courtine, citando Foucault, em *A Arqueologia do saber*, numa análise da categoria do *enunciado (que não está sendo usado aqui no sentido linguístico do termo); distinta da categoria da enunciação*: no caso da neutralização da enunciação, seu tempo e seu lugar, a maneira como o sujeito a provoca e os recursos que este sujeito utiliza, “*o que se destaca é uma forma que é indefinidamente repetível e pode dar lugar a enunciações muito diversas*”.

O interesse pelas formas linguísticas pelas quais a repetição inscreve-se na ordem do discurso, leva a estudar, enfim, a formação do preconstruído no desnivelamento interdiscursivo enquanto ela fornece uma base de constituição das séries de formulações; (...).

Citação, recitação, formação do preconstruído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações. (id. ibid. p.20).

Considerando sua posição de que não há sujeito no interdiscurso, *a não ser para designar um lugar propriamente inominável*, o que se percebe funcionando, em contrapartida, são *posições de sujeito* que norteiam o próprio ato de enunciação. Como dito antes, o interdiscurso proporciona, *sob a forma de citação, recitação ou preconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta “ao mesmo tempo” que organiza a identificação enunciativa*, por meio de um preceituário de marcas pessoais multimodais, constitutiva da produção da expressão promovida pelo “sujeito enunciador”. *E que acaba, assim, por*

desaparecer aos olhos de quem enuncia, garantindo, na aparição de um “eu”, “aqui”, e “agora”, a eficácia do assujeitamento. (ibidem, p.20).

Fica consignado, assim, que o *discurso* está compreendido na *ordem do enunciável*, como afirma Courtine, que adensa sua propositura com fundamentos multifários, demonstrando que é nessa ordem que o sujeito falante constitui-se em sujeito do seu discurso e ao qual ele se assujeita naturalmente. Não afirma, contudo, que esse assujeitamento é um assujeitamento ideológico, indutivo e que se pereniza.

Apesar de citar como exemplo alguns discursos dos comunistas, cujos pensamentos norteiam a conduta daqueles que seguem esta doutrina ou apregoam-na, observa-se também que o autor não se restringe a estas “línguas de ferro”. As “línguas de vento” dos sistemas políticos democráticos ocidentais são mais voláteis.

Considerando estas proposituras de Courtine e ao deslocarmos-las para uma análise do “*modus operandis*” do programa computacional que tem por objetivo a elaboração da enciclopédia NELL e que se alimenta de fontes informativas encontradas na *Internet*, deve-se olhar a competência relativa a seus *enunciados* como decorrentes naturais do *interdiscurso*, e as informações pelo programa captadas, sem fontes registradas, singularizadas por suas marcas próprias, lhe asseguram a “legitimidade da enunciação”, *por intermédio de um sujeito da enunciação pensado como ponto de origem, causa primeira e operador psicológico de seu discurso; a passagem linear e contínua da ordem da língua para a ordem do discurso.*

Um indício de autoria, nesse caso, pode ser considerado o *estilo*, o que se caracterizará pelos níveis de conhecimento de todos os aspectos sobre o assunto que se quer tratar. Não se identifica a autoria, mas conforme Humberto Eco julga que não há obra sem leitor, e Bakhtin (1995) também considera que a materialidade da palavra ocorre no momento da constituição ou da percepção do sentido, demonstrada pela reação responsiva do interlocutor, há, então, a possibilidade de uma qualificação da *obra*, relacionando-a a um determinado enunciador. Foucault (1969), também assevera que a obra de um autor é definida pela suposta percepção de uma certa função de expressão, uma certa singularidade. A obra traz consigo, em algum nível, de incerta profundidade, alguns fragmentos, dos mais simples aos mais essenciais, ligados ao pensamento, à experiência, ou ao inconsciente do autor e até mesmo a determinações históricas a que se achava preso (Memória histórica), à qual a NELL está virtualmente vinculada, pelo mais simples princípio utilizado na sua constituição, ou na construção dos seus aprendizados. *A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea.*

Para Maingueneau (2008), há que se levar em conta ainda outros parâmetros que contribuem para a moldagem dos discursos e que se relacionam mais diretamente com a enunciação quando se trata de discurso constituinte, ou mais precisamente dos textos “primeiros” de discursos constituintes, os que são fontes da mais alta autoridade:

o locutor deve dizer, construindo o quadro desse dizer, elaborar dispositivos pelos quais o discurso encena seu próprio processo de comunicação, uma encenação inseparável do universo de sentido que o texto procura impor. A situação de enunciação não é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como *cenografia* por meio da enunciação. Aqui – *grafia* – é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência. Por esse ponto de vista, a cenografia está ao mesmo tempo na nascente e no desaguadouro da obra. (id. *ibid.* p.51).

A noção de cenografia nem sempre é plenamente compreendida, por vezes é interpretada como uma simples *cena*, ou seja, um quadro invariável no qual se desenvolveria a enunciação. Por isso, é necessário considerá-la concomitantemente como quadro e como processo. “A - grafia - é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica certa situação de enunciação, um *ethos* e um *código linguageiro*(...) através dos quais se configura um mundo que, em retorno, valida sua própria emergência”. A cenografia é inerente ao “conteúdo” e lhe serve como sustentáculo.

A cenografia, para Maingueneau (2008), possui um conteúdo preciso, no interior do que ele chama de *cena de enunciação* de um texto, e essa “cena de enunciação” associa três cenas de fala: A cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A *cena englobante* é a que se relaciona ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Ao depararmos-nos com algo como um panfleto de rua, devemos ter o entendimento para qualificá-lo, pelos seus conteúdo e contexto representativos, como discurso religioso, político, publicitário, etc., e definir em que cena englobante devemos nos integrar para analisar de que modo ele interpela o seu leitor. Enquadramento simples, contudo, nada tem de invariável, de intemporal, esse posicionamento determina o estatuto dos parceiros e define, de algum modo, um quadro espaciotemporal. Não é a propósito falar de uma cena administrativa, publicitária, religiosa, etc., para qualquer comunidade, e nem em toda ou qualquer época, pois, as relações entre essas cenas variam conforme as conjunturas. Porém, para especificar as atividades discursivas, nas quais estão engajados os sujeitos, só a cena englobante não é suficiente. Constata-se que *gêneros de discurso* particulares, que possuem rituais sociolinguageiros definem inúmeras *cenagens genéricas*. O *gênero de discurso* implica um

contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade, etc. Todo e qualquer gênero ou subgênero de discurso especifica a representatividade dos participantes: Em se tratando de um curso, teremos um professor dirigindo-se a alunos, no caso de um panfleto de campanha político-eleitoral, será um “candidato” expondo sua mensagem a “eleitores”.

Em caso de *cena genérica* epistolar, aparecerão propriedades em dois níveis: no nível do gênero e no do subgênero, caracterizados em função da cena englobante (*a correspondência administrativa não pertence à mesma cena genérica que a correspondência privada ou publicitária*). Contudo, na correspondência privada, se uma conclusão justificar, pode-se estabelecer subdivisões segundo a visada pragmática e segundo o suporte (papel, eletrônico, etc.).

Estas duas “cenas”, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso. Em muitos casos a cena de enunciação reduz-se a estas duas cenas; porém outra cena pode intervir, a cenografia, a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso. (id. *ibid.* p. 116).

A cenografia, porém, para desempenhar plenamente seu papel, não deve constituir-se simplesmente num quadro, num elemento decorativo, *como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala*. Ela acarreta, assim, um processo de *enlaçamento paradoxal*. E também, a palavra, desde sua emergência, implica uma determinada condição de enunciação, que é validada gradativamente através dessa mesma enunciação. Então, a cenografia constitui-se, ao mesmo tempo, como *origem e produto do discurso*; ela está legitimando um enunciado, que pelo princípio da retroatividade deve legitimá-la e definir que a cenografia de onde nasce a palavra é exatamente a cenografia própria, específica, para contar uma história, para denunciar uma injustiça, etc., e na medida em que o co-enunciador mais progredir no texto, mais ele estará convencido, de que é aquela cenografia, *e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso*.

Capítulo 3 –

Referencial Teórico

Este estudo terá como alicerce teórico-metodológico os fundamentos da Análise do Discurso da linha francófona, mais espessa e especificamente enquadrada aos olhares inovadores que Dominique Maingueneau lança sobre esta área de estudos, nos seus trabalhos intitulados “Discurso Literário”, “Cenas da Enunciação” e “Doze Conceitos em Análise do Discurso”; a imprescindível contribuição teórica do estudioso da linguagem: Michel Foucault, com o tratado próprio sobre autoria, em sua obra “O que é um Autor?”; as tratativas analíticas do historiador Roger Chartier na obra de sua feitura “O que é um Autor? Revisão de uma genealogia”, ainda, ponderações de Sírio Possenti, coligidas no texto em que ele disserta sobre “Indícios de Autoria”; e também as ponderações essencialmente pertinentes de Eni P. Orlandi, em seu trabalho sobre “Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”. Cujos preceitos contidos nesse conjunto de obras revisitadas e colocadas como fonte de estudos, ao que se nos antolha, têm uma abrangência e uma objetividade capazes de abarcar e desembaraçar as diversas proposições e as discrepâncias que, como sói acontecer, aparecem no desenvolvimento de qualquer tarefa.

Também, longe de imiscuir-se na elaboração de algoritmos, na linha que Michel Pêcheux imaginou para a construção da “Máquina Discursiva”, que reuniria um conjunto de instrumentos ou dispositivos metodológicos para uma Análise Automática do Discurso (AAD-69), equipamento esse que deveria realizar um trabalho similar ao que é a propositura da NELL, esta pesquisa restringe-se a uma sondagem averiguativa do funcionamento da autoria nessa enciclopédia.

Para Maingueneau, apesar de a questão do autor ser, desde há muito no estruturalismo, e do célebre artigo de Barthes sobre “A morte do autor” (1968), objeto de reflexão em Teoria Literária, o debate jamais cessou na Análise do Discurso, voltando-se, regularmente, a falar do “retorno do autor”, e muitos analistas do discurso, da área francófona, procuram retornar à questão posta por Michel Foucault no final dos anos 1960: “O que é um autor?”. Maingueneau, (2010, p. 25-26) afirma que a “[...] *noção de autor é indissociável da noção de texto*”, considerando-se o texto como uma unidade à qual, normalmente, é ligada uma posição de autor, mesmo que esta última não seja um indivíduo em carne e osso. Ainda segundo Maingueneau: “*Para a análise do discurso, que, para além da oposição texto/contexto se esforça em pensar a imbricação recíproca de textos e de lugares sociais, a autoralidade*

deveria ser uma questão central” (p.26). Com efeito, e, como ilação, embora pareça privilegiada a busca de respaldo nas proposições de Maingueneau sobre a autoria, válidas para este estudo, pelas citações preliminares, acentua-se que, com relativa igualdade, são contempladas as posições dos demais autores cujas teorias estão, aqui, consideradas.

Falar sobre autoria é tarefa árdua até para os grandes prógonos e eminências das pesquisas em linguística. O autor é um insigne personagem linguageiro que acamaleoa-se na história, ajustado pelos teóricos da linguagem nas diferentes fases avançadas pelas tendências, nesse undoso oceano do conhecimento, que é, segundo Thomas Kuhn, perpassado por longos períodos de calma, de estabilidade, que por vezes são entrecortados por vagas, Revoluções Científicas, só que, como pensa Imre Lakatos, esse movimento não é considerado especificamente um avanço, uma superposição de novas concepções, mas uma expansão da extensão do conceito, e quando os novos ajustamentos teóricos ultrapassam os limites do cinto protetor das concepções básicas anteriores, observamos uma mudança de paradigma, e que, agora, o que ele considera como “Núcleo Duro”, alicerçado, adaptado e expandido com novos componentes solventes, será capaz de esclarecer ou dar conta de explicar a inextricabilidade surgida, pois que a teoria anterior não estava suficientemente municiada de recursos teórico-metodológicos para produzir uma solução. E será essa nova composição que norteará, a partir daí, os conceitos defendidos. O que é importante notar é que não há um progresso linear ou consequente dos fundamentos teóricos e sim um novo componente integrado ao processo que vai-se somando às teorias anteriores, sem descartá-las por obsoletas, já que sempre serão fontes contributivas de pesquisas científicas.

Este trabalho está entrevisto por um foco de pesquisa ainda em processo de estabilização de fontes teóricas que o delineiem, porque a questão de autoria na rede mundial de informação ainda é incipiente. Sendo um fenômeno relativamente recente, nada está sedimentado, é obscuro o entendimento sobre o funcionamento da autoria neste domínio, as origens das contribuições não são precisas, há que se obedecer a normas que identifiquem quem de direito, quais os fundamentos que tornam possível a elaboração de uma obra também neste território, para se ter referentes e deslindar metodológica e cientificamente, embasado em fundamentação teórica, quais pressupostos preceituam, nesse campo, os estágios de emergência de um autor. Mas, apesar de se estar transitando atualmente por essa “espuma da história”, esse período em que o processo comunicativo passa por uma transição, muito pouco existindo de palpável, sem conceitos estabilizados, sofrendo uma alteração na unilateralidade da fase do impresso tradicional para uma nova era de publicações que emerge nessa evolução tecnológica sem precedentes, trabalhar dentro dessa revolução e acompanhar esse progresso

inexorável é ofício do estudioso da Linguística, pois a Análise de Discurso deve estar na vanguarda desses fenômenos, liderando as pesquisas em todos os segmentos, para entender e exercer a função que lhe cabe.

Os avançados recursos tecnológicos mostram a inexorabilidade de uma nova tendência. As publicações já não obedecem à mesma ritualística da fase gutenberguiana.

Navegando nesse suporte eletrônico, na busca da compreensão desse movimento da circulação de informações na WEB, este trabalho focaliza o funcionamento da autoria nesses domínios, analisando, como objeto específico, o sistema computacional denominado NELL.

Como o mundo encontra-se, hoje, em fase de transição entre o regime tradicional de dominação do impresso e um “regime digital” em permanente evolução que está alterando a figura do editor clássico para o desenvolvimento fulgurante da autoedição, e até a comercialização está sendo realizada por livrarias virtuais, toda essa atividade não seria possível sem a Internet, que proporciona condições excepcionais para a fabricação ou publicação e a difusão do livro ou da obra. A substituição do elemento “edição” para o termo “autoedição” não corresponde mais à edição tradicional elaborada por uma mescla: editor&autor. Seria isso passageiro ou estabilizar-se-á um novo regime de autoralidade?

O programa computacional NELL se dá a partir da organização de diferentes vozes. Essas diferentes vozes são interpostas em diálogo, entre outros, por meio de um processo de *participação*, isto é, cita-se um discurso com base em outro discurso já legitimado pela comunidade. Dito de outro modo, o funcionamento da autoria na NELL também se dá a partir da *participação*, que são saberes estabilizados pelas mais diversas comunidades nas diferentes áreas do conhecimento, isto é, eles são considerados enunciados autônomos porque, conforme Maingueneau, já o são, ou porque foram previamente autonomizados mediante sua extração de um texto, considerados, por ele, uma espécie de *Thesaurus* de uma determinada comunidade. Estas contribuições serão internalizadas como referências na constituição do acervo de informações e, naturalmente, contabilizadas quando da elaboração das respostas.

Entendendo o ‘Discurso’ como sendo, analogamente, o eco de uma sensibilidade, refletida e refratada noutras sensibilidades, aos moldes inversos do que ocorre com os reflexos de uma imagem colocada diante de um jogo de espelhos de dimensões infinitas; isto é, construído a partir, ou desde os excertos das imagináveis últimas imagens, retroagindo até a formação de um único, inteiro. Assim, esse programa concatenará as informações que julgar pertinentes e formará um todo coerente, arquitetado como resposta, com a participação de inúmeros contribuintes anônimos e por várias razões, sem os créditos dos autores contribuintes, porque exarará seu parecer por concepção própria, conclusiva.

Tal como Michel Foucault (1992), comenta no início da sua palestra em que fala de sua obra “O que é um Autor?”, em que seus ouvintes interlocutores reclamam que ele não reconstitui na integralidade as teorias ou as obras de autores que cita, ou aborda-as sob outro ângulo, ele contra-argumenta que, na realidade, era o seu intento buscar regras que se podem encontrar nessas obras, para pensar os mecanismos e condições de funcionamento de práticas discursivas, nesse caso, o conteúdo não importava, por isso, era também possível aproximar autores de princípios completamente antagônicos. Tal qual Foucault, este estudo não apresenta daguerreótipos teóricos, tratando de adequá-los a objetos específicos, arrastado pela sombria obstinação de axiomas incontroversos.

3.1 O que é um Autor?

Peço emprestada a Beckett a formulação para o tema que gostaria de partir: “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala”. Creio que se deve reconhecer nesta indiferença a um dos princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea. Digo “ético”, porque tal indiferença não é inteiramente um traço que caracteriza o modo como se fala ou como se escreve; é, sobretudo, uma espécie de regra imanente, constantemente retomada, nunca completamente aplicada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática. Não é necessário analisar com pormenor esta regra, dado que é por demais conhecida; basta especificá-la aqui através de dois dos seus grandes temas. Primeiro, pode dizer-se que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: só se refere a si própria, mas não se deixa porém aprisionar na forma da interioridade; identifica-se com sua própria exterioridade manifesta. O que quer dizer que a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida; a escrita desdobra-se como um jogo que vai infalivelmente para além das suas regras, desse modo as extravasando. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem: é uma questão da abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer. (FOUCAULT, 1992. p.34-35).

Quem constitui o saber de um autor? Das mais simples palavras, quem foram os responsáveis pelas estabilizações e até cristalizações dos seus significados? Os sentidos das frases como: “São Carlos é uma cidade”, por certo se perderam na névoa do tempo, apagaram-se dos inscritos memoráveis, por mais que se busque não se encontrará nenhuma referência aos primeiros locutores dos conhecimentos gerais, e levando-se em conta a história,

contamos com informações só recentemente de alguns estudos e ou trabalhos com créditos autorais.

Em cada domínio a interpretação tem natureza diversa, o sentido de uma sequência só é materialmente entendido quando se entende que esta sequência pertence a esta ou àquela Formação Discursiva, que se caracteriza por um recorte numa determinada região do Interdiscurso, formação esta que também é atravessada por outros interdiscursos e margeada pelo que lhe é exterior, logo, por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina.

Para Foucault (1992), em todo discurso existe um subjacente ‘já-dito’, e este já-dito não seria assim concretamente algo escrito anteriormente ou frases pronunciadas, mas um ‘jamais-dito’, “*um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio do seu próprio rastro.*” Subentende-se, então, que a totalidade das coisas que o discurso exprime já se encontra articulado nessa quietude que lhe é preliminar, que continua a movimentar-se implacavelmente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. Mas quando ele refere-se a uma outra questão, a do autor, explica sua concepção como segue:

“A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos, em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra.” (id. *ibid.* p.33).

Para se compreender melhor o “autor”, esquivando-se das noções que pretensamente tentam bloqueá-lo, ou relegá-lo ao apagamento, é mister que se sonde as evidências da sua realidade presente nos resultados de suas lucubrações, que é denominada “obra”. O que compreende uma obra? Foucault se indaga, que elementos a compõem? Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor? Qualquer indivíduo, não fora ele já um autor reconhecido, receberia o reconhecimento como uma “obra”, dos seus escritos, ditos, enfim os papéis que deixasse como legado? E de um autor, o que se considera como “obra”? “*É um problema simultaneamente teórico e técnico*”. O quê pode ser computado como parte integrante de sua obra? Tudo o que foi escrito, publicado, inclusive rascunhos, aforismos, notas de rodapé, emendas, etc., mas até uma anotação de endereço, ou uma nota de uma loja, encontrada no seu caderno de escritos? Obra ou não? Mas por que não? E assim indefinidamente, pois a teoria da obra não existe, aqueles que decidem realizar a edição de

obras completas se ressentem da falta dessa teoria e logo o seu trabalho empírico fica parado. Portanto, não é conclusivo estudar a obra em si mesma, porque a palavra obra e a unidade que ela refere são tão problemáticas como a individualidade do autor.

Há a possibilidade de existir outra noção que impede a verificação do desaparecimento do autor e procura reter o pensamento no limiar dessa extinção; com sutileza, ela preserva ainda a noção de autor. É a noção de escrita.

“De acordo com o estatuto que se dá actualmente à noção da escrita, está fora de questão, com efeito, quer o gesto de escrever, que qualquer marca (sintoma ou signo) do que alguém terá querido dizer; esforçamo-nos por pensar com notória profundidade a condição de qualquer texto, simultaneamente a condição do espaço onde se dispersa e do tempo em que se desenrola” (id. *ibid.* p.39).

Encontra-se aí uma proposição condicional de tempo e espaço, não há fechamento, o sentido do texto está sempre em aberto. Cada locutor (escritor) e por correspondência cada alocutário (leitor), não estão ligados por interdependência de interpretação, de entendimentos mútuos, as mensagens são polissêmicas e ou multívocas, e por consequência, se não forem considerados detalhes de estilo ou escrita pode ser fator de propagação do efeito de desaparecimento do autor, mas não chega ecoar a afirmação oca de que o autor desapareceu. Não é suficiente repetir que Deus e o homem morreram de uma morte conjunta. “*Trata-se, sim, de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e as fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que este desaparecimento deixa a descoberto*”. (*ibidem*, p.41).

Há também os problemas oriundos do uso do nome de autor. *O que é um nome de autor? E como funciona?* Indaga o Teórico. Seguramente é um nome próprio, e como todos estes evoca os mesmos problemas dos outros nomes próprios, e uma alusão pura e simples a um nome próprio não é representativo, ele tem outras funções, além das indicadoras, de certa forma equivale a uma descrição. Ao enunciarmos o nome “Aristóteles”, utilizamos uma palavra que tem o mesmo peso distribuído numa só ou numa série de descrições definidas, do gênero: “o autor dos *Analíticos*”, ou “o fundador da ontologia”, etc.

“Mas (...) quando se descobre que Rimbaud não escreveu ‘La Chasse Spirituelle’, não se pode pretender que esse nome próprio ou esse nome de autor tenha mudado de sentido. O nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação”. (id. *ibid.* p.42).

Têm, é claro, uma ligação com o que nomeiam, mas não integralmente com a descrição, nem com a designação: há uma ligação específica. Entretanto, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado, e a do nome de autor com aquilo que nomeia, não são isomórficas, e funcionam de maneiras diversas. Por exemplo:

Ao notar que Pierre Dupont não tem olhos azuis, ou não nasceu em Paris, etc., continuará sempre a referir-se à mesma pessoa; a ligação de designação não será por isso afetada. Já de modo diverso, os problemas que ocorrem com o nome de autor são bem mais complexos. Se se descobre que Shakespeare não nasceu no endereço que hoje se define como tal, esse fato não modificará o funcionamento do nome de autor; mas se se comprovasse que esse escritor não escreveu os *Sonetos* que se passam por seus, isto alteraria o funcionamento do nome de autor. E se ficasse assegurado que Shakespeare escreveu o *Organon* de Bacon, simplesmente porque ele que teria escrito as obras de Bacon e de Shakespeare, teríamos, então, uma terceira forma de alteração total do funcionamento do nome de autor. O nome de autor não é, pois, um nome próprio igual aos outros.

“Estas diferenças talvez se devam ao seguinte facto: um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. Além disso o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si; Hermes Trimegisto não existia, Hipócrates também não – no sentido em que poderíamos dizer que Balzac existe-. (id. ibid. p.44-45).

Não importa o nome próprio do autor, mas o sentido, o modo de ser de um determinado discurso, pelo fato de vários textos terem sido agrupados sob o mesmo *nome mostra que existe entre eles uma relação, que pode ser de homogeneidade, de filiação, de mútua autenticação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante.*

O fato de ser plausível que um discurso tenha um nome de autor, de ser possível dizer ‘isto foi escrito por fulano’, ou ‘tal indivíduo é o autor’ determina um status de um discurso que foge das características do discurso cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mostra um discurso que, em determinada cultura, deve receber um certo estatuto. “*O nome de autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular*”.

Estaríamos em condições de afirmar que, numa civilização como esta em que vivemos, um grande número de discursos são providos da função ‘autor’, enquanto outra porção são dela desprovidos. Uma carta particular, por exemplo, pode ter um subscritor, mas que não é um autor, um texto anônimo entregue numa rua aleatória, terá em redator, e não um autor. *“A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade”*.

Ao analisar a função-autor, Foucault se pergunta: Como é que se caracteriza, na nossa cultura, um discurso portador da função autor? Em que é que se opõe aos outros discursos? Ao que ele próprio assevera: *Creio que podemos, se considerarmos apenas o autor de um livro ou de um texto, reconhecer-lhe quatro características diferentes.*

Em primeiro plano, vamos considerar o dispositivo de controle, ou objetos de apropriação, apesar de esta forma de propriedade estar codificada há anos, ela foi, historicamente, segunda, em relação à chamada apropriação penal. Pois os textos, os livros, os discursos passaram a ter autores (outros que não personagens míticas, ou figuras sacralizadas e sacralizantes como prevalecia à época que a interpretação, a hermenêutica ou a exegese, enfim a leitura e a escrita oficiais eram prerrogativas de alguns grupos que se consideravam os únicos capazes de legitimar as verdades, dando direções unívocas aos seus interesses particulares ou aos objetivos de poder reinantes) quando os discursos tornaram-se transgressores, ao procurar interpretar o sentido, o significado, nesse caso, analisando as diferentes opiniões e por isso o autor tornou-se passível de punição. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da sua instância. Na nossa cultura, e também em muitas outras, *o discurso não era, na sua origem, um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um acto – um acto colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. (ibidem, p.47).*

Foi no momento em que se instaurou ‘normas’ de propriedade para os textos, regulando e normatizando as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução, lá pelo final do século XVIII e início do século XIX, que esse ato de escrever foi adquirindo uma aura de imperativo típico da literatura. Foi como se o autor, depois de integrado num processo de propriedade marcante da nossa sociedade, restaurasse o equilíbrio de um estatuto que conseguiu obter com a retomada do antigo campo bipolar do discurso, apropriando-se do direito de transgressão, com isso, restabelecendo o risco de uma escrita, mas à qual fossem garantidos os direitos de propriedade.

Entretanto a função-autor não possui uma universalidade perene sobre todos os discursos, nem sempre foram os mesmos textos a pedir uma atribuição. Tempos houve em

que mesmo os textos que hoje chamaríamos ‘literários’ (narrativas, contos, epopéias, tragédias, comédias) eram postos em circulação, valorizados, sem considerar questões de autoria, esse fator não era motivo para dificuldades, a sua antiguidade, mesmo sem ser comprovada era sim uma garantia relevante. Já os textos que hoje considerariamos científicos, que versassem sobre cosmologia e o céu, a medicina e as doenças, etc., só eram portadores do valor de verdade na Idade Média, se trouxessem registrados o nome do autor: “Hipócrates disse”; “Plínio conta”, eram indícios suficientes para serem recebidos como provados. No século XVII ou no XVIII, produziu-se um quiasma, os discursos científicos começaram a ser reconhecidos por si mesmos, é a sua pertença a um conjunto sistemático de uma verdade demonstrável que lhes confere garantia e não a alusão ao indivíduo que os produziu. “Apagase a função autor”. Mas, ao contrário, os discursos ‘literários’ já não são acolhidos sem a referência da função autor, e sobre qualquer texto poético ou de ficção logo será perguntado quem o escreveu, de onde veio, em que condições e época foi produzido, e o estatuto a ser a ele conferido estará diretamente relacionado às repostas dadas a estas perguntas. O anonimato literário não é mais suportável, para qualquer texto anônimo que surja, o jogo da investigação sobre sua autoria começa imediatamente, a função autor desempenha atualmente um papel de suma importância nas obras literárias, porém deve-se levar em consideração, que há um certo tempo que são levadas em conta matizes, conforme as próprias variações decorrentes de uma invariável, relativizando a criação individual, talvez bem influenciadas pelos recursos tecnológicos que hoje nos colocam tão próximos do amanhã.

“Terceira característica desta função autor. Ela não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos o autor. Provavelmente, tenta-se dar a este ser racional um estatuto realista; seria no indivíduo uma instância ‘profunda’, um poder ‘criador’, um ‘projecto’, o lugar originário da escrita. Mas, de facto, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projecção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos.”(id. ibid. p.50-51)

Naturalmente que estas operações variam de acordo com as épocas e os tipos de discursos, todavia podemos observar que através dos tempos existe uma certa invariável nas regras de construção de um autor.

Ao que se percebe, a maneira como a crítica literária construiu a forma autor ao longo da história, vincula-se ao modo como a tradição cristã reconheceu como verdadeiros, ou então

demonstrou repúdio aos textos de que dispunha; ou melhor, para ‘reencontrar’ o autor na obra, a crítica moderna utiliza recursos ou métodos semelhantes à exegese cristã, quando esta pretendia comprovar o valor de um texto através da santidade do autor. Respeitando as afirmações de São Jerônimo, que cita quatro traços característicos como fundamentos que compreendem a função autor, Foucault admite que a análise poderia reconhecer ainda outros traços característicos dessa função, mas atendo-se apenas a esses quatro, que considera os mais notórios e mais significativos, resume-os assim:

“a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’, em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.” (id. *ibid.* p.56-57).

Apesar de o objetivo desta teoria priorizar a abordagem da função autor em um texto, um livro, ou de qualquer outra obra restrita ao mundo do discurso, a que se pode legitimamente atribuir a produção, ainda assim foi considerada muito resumidamente, pois, percebe-se com facilidade que, na ordem do discurso, se consegue, sem alvoroço, ser autor de mais do que um livro – *de uma teoria, de uma tradição, de uma disciplina, no interior das quais outros livros e outros autores vão poder, por sua vez, tomar lugar. Diria, numa palavra, que tais autores se encontram numa posição “trandiscursiva”*.

Este é um acontecimento frequente, que tem acompanhado a nossa civilização. Homero ou Aristóteles, os autores da Patrística, exerceram este papel; *mas também os primeiros matemáticos, e os que estiveram na origem da tradição hipocrática*.

Durante o século XIX europeu, surgiram autores com características bastante específicas, que não devem ser misturados indistintamente com os “grandes” autores literários, tampouco com aqueles especializados em textos religiosos canônicos, e que Foucault decidiu denominá-los de “fundadores de discursividade”. Estes têm algo de especial; *não são apenas os autores das suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos*. Com isto eles se destacam de outros, por exemplo, dos autores de romances, que sempre serão apenas os autores dos seus próprios textos. Como foram Freud e Marx, não autores de suas obras capitais, *eles estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos*. Não que os romancistas não possam exceder sua capacidade de expressão, como abrir novos campos de analogias e semelhanças que

possibilitem a produção de outras obras, tendo as deles como modelo, é que Marx e Freud são considerados simultaneamente os primeiros e mais importantes a produzirem algo completamente diferente daquilo que um autor de romance proporciona. Eles não só tornaram possível um certo número de analogias como também (e de que maneira) em certo número de diferenças.

Eles abriram espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer (não que simplesmente dizer) que encontramos o conceito da libido ou a técnica de análise dos sonhos em Abraham ou Melanie Klein, quer dizer que Freud tornou possível um certo número de diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam do próprio discurso psicanalítico. (id. *ibid.* p.60).

Há mais casos de fundadores de ciências que produziram uma transformação fecunda: Galileu facultou que além dos que vieram depois dele repetissem o que ele enunciou, mas também possibilitou a construção de enunciados bem diversos daqueles que ele havia produzido. Cuvier é fundador da biologia e Saussure o da linguística não apenas por terem sido imitados, nem porque o conceito de organismo ou de signo possam ter sido retomados, e sim porque Cuvier tornou, de certa forma possível, uma teoria da evolução, uma propositura oposta à sua fixidez, e Saussure possibilitou a criação de uma gramática generativa, que é também diferente das suas concepções estruturais. Assim, à primeira vista, o estabelecimento de discursividade assimila-se à constituição de uma cientificidade, mas há uma evidente dessemelhança. No caso da cientificidade, o ato fundador pertence ao mesmo nível, ou plano de suas transformações vindouras, integra o conjunto de modificações que ele torna possíveis, nas suas mais diversas faculdades, em resumo,

o acto de fundação de uma cientificidade pode sempre ser reintroduzido no interior da maquinaria das transformações que dele derivam. Ora, creio que a instauração de uma discursividade é heterogênea em relação às suas transformações ulteriores. (id. *ibid.* p.61 - 62).

Dar sequência a uma determinada discursividade como a psicanálise nos moldes que foi instituída por Freud, não é dar-lhe uma complementação com aquilo que ela não teria recebido no início, mas buscar caminhos para que se viabilize sua aplicação, e limitá-la é procurar afastar, separar no momento da instituição uma quantidade restrita de proposições ou enunciados, apenas aqueles em que se reconhece valor fundador e em relação aos quais os que o conceito ou a teoria de Freud possa considerá-los como derivados, secundários,

acessórios. Consequentemente, na obra desses instauradores não concebemos a existência de certa proposições como falsas, somente consideramos, no ato da instauração, a necessidade de apartar os enunciados não pertinentes, quer por não serem essenciais, quer por serem considerados como “pré-históricos”, e relevando de outro tipo de discursividade. Resumindo, *diferentemente da fundação de uma ciência, a instauração da discursividade não faz parte das transformações ulteriores e permanece necessariamente retraída ou em excesso*. O resultado é que determinamos a validade teórica de uma proposição em função da obra dos seus instauradores. Citando o caso de Galileu e de Newton,

é em relação àquilo que é, na sua estrutura e normatividade intrínsecas, a física ou a cosmologia, que se pode afirmar a validade de tal proposição avençada por eles. Para falar de forma mais esquemática: A obra destes instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela desenha; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona com a obra deles e a toma como uma primeira coordenação. (id. *ibid.* p.63).

Entende-se, portanto, que exista, como premente necessidade, em tais discursividades a exigência de um “retorno às origens”, e aqui ainda faz-se necessário separar esses “retornos a...” dos fenômenos de “redescoberta” e de “reactualização” que se manifestam com certa regularidade nas ciências. Considerando *“redescobertas” os efeitos de analogia ou isomorfismo que, a partir das formas actuais do saber, tornam perceptível uma figura que foi esboçada ou que simplesmente desapareceu*. Por exemplo, Chomsky, escrevendo a sua obra sobre a gramática cartesiana redescobriu uma figura do saber que vai de Cordemoy a Humboldt; Certamente ela só tem sua origem na gramática generativa, por ser ela que possui a lei da sua construção. *“Reactualização” é a reinserção de um discurso num domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é para ele novo*.

Por “retorno a...” o que é que se entende? Creio que se pode assim designar um movimento que tem a sua própria especificidade e que caracteriza justamente as instaurações de discursividade. Para que haja retorno, necessário, primeiro, que tenha havido esquecimento, não esquecimento acidental, não uma recuperação devida a alguma incompreensão, mas esquecimento essencial e constitutivo. De facto, o acto de instauração é de tal ordem, na sua própria essência, que não pode ser esquecido. O que o manifesta, o que dele deriva, é ao mesmo tempo o que estabelece o afastamento e o que o inverte. É necessário que este esquecimento não acidental seja investido em operações precisas, que se possam situar, analisar e reduzir pelo próprio retorno ao acto instaurador. A fechadura do esquecimento não foi acrescentada do exterior, ela faz parte da discursividade em questão, é esta que lhe dá a sua lei; a instauração discursiva assim esquecida é simultaneamente a razão de ser da fechadura e

a chave que permite abri-la, de tal modo que o esquecimento e o obstáculo do retorno só podem ser levantados pelo retorno. Além disso, esse retorno dirige-se ao que está presente no texto, mais precisamente, regressa-se ao próprio texto, ao texto na sua nudez e, ao mesmo tempo, contudo, regressa-se ao que está marcado em vazio, em ausência, em lacuna no texto. (id. ibid. p.64-65).

Esse regresso ao que está marcado em vazio, que o esquecimento dissimulou ou tornou arredio, recobrando com uma incompletude enganadora e o retorno deve redescobrir esse vazio essa ausência; *daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva*. É um embate que se fundamenta em considerar, de um lado que

isto estava cá, era só preciso ler, está lá tudo, foi preciso os olhos estarem muito fechados e os ouvidos muito tapados para que não se visse ou ouvisse; e inversamente: não, não está nada nesta palavra, nem naquela, nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz alguma coisa, sobre o que está em questão, trata-se antes do que é dito, através das palavras, no seu espaçamento, na distância que as separa.(id. ibid. p.65)

Chega-se a conclusão que este retorno, parte integrante do próprio discurso, sempre o modificando, não é algo registrado na história que se venha apensar ou somar-se à discursividade, redobrando-a com esse apenso acessório, não, ele é um trabalho efetivo e necessário de transformação da própria discursividade. Uma revisão do texto de Galileu poderá modificar as informações que temos da história da mecânica, mas não poderá nunca modificar a própria mecânica. Por outro lado, o reexame dos textos de Freud produz uma mudança na psicanálise, bem como ocorrerá com o reexame dos textos de Marx no que diz respeito ao marxismo, porém, para demonstrar o caráter destes tais retornos é preciso a complementação com mais um atributo: *eles fazem-se na direção de uma espécie de costura enigmática da obra e do autor. De facto, é enquanto texto de um autor particular que um texto tem valor instaurador*, e é, portanto, por se tratar de um texto de um 'autor', que se faz necessário o retorno novamente a ele.

Não existe a mínima possibilidade de a redescoberta de um texto inédito de Newton ou de Cantor alterar, hoje, a cosmologia clássica ou a teoria dos conjuntos tal como foram concebidas (em nada essa exumação é suscetível de modificar o conhecimento histórico que temos de sua gênese). Já, voltar a debruçar-se sobre um texto como os *Três Ensaio*s de Freud, e por se tratar de um texto de Freud, viabiliza-se sempre alguma modificação, também não modificará o conhecimento histórico da psicanálise, mas há a possibilidade de se modificar o ponto fulcral da teoria, deslocando-lhe o realce marcante ou o centro de gravidade. Por meio

de tais retornos, os campos discursivos possuem, em relação ao seu autor ‘fundamental’ e ‘mediato’ uma interligação diferente da relação que algum outro texto possui com seu autor ‘imediato’.

Enfim, essas asserções abordando as “instaurações discursivas”, diz Foucault, é um tratado, compreensivamente, esquemático, em especial a oposição entre essa ‘instauração’ e a fundação científica. Dificilmente poderemos afirmar, de chofre, quando estamos diante de uma ou de outra; e nada define que são dois procedimentos incompatíveis. A vertente axial desta distinção tem por fim: mostrar que a função autor, que já é complexa quando delimitada *ao nível de um livro ou de uma série de textos que trazem uma assinatura definida, comporta ainda novas determinações quando se procura analisá-la em conjuntos mais vastos, como grupos de obras ou disciplinas inteiras.*

Michel Foucault ao comentar essa sua proposição lamenta por não ter apresentado um trabalho mais conclusivo, mas assevera que se melhor desenvolvida poderá servir de introdução a uma tipologia dos discursos, e que não limitada a esta, mas das relações discursivas que devem compor este estudo, *a relação (ou não relação) com o autor e as diferentes formas dessa relação constituem – e de maneira assaz visível- uma dessas propriedades discursivas.*

Além disso, poder-se-ia encontrar também aí uma introdução à análise histórica dos discursos. Pensa que talvez seja o momento de analisar os discursos não apenas pelo seu valor expressivo, mas nas modalidades da sua existência: *os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos* alteram-se nas diferentes culturas; *a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam.*

E os privilégios do sujeito, não poderiam ser reexaminados a partir de análises desse tipo? Em vários estudos sobre uma obra, (quer se trate de texto literário, de um sistema filosófico ou de uma obra científica) já foi colocada em questão o caráter absoluto e o papel fundador do sujeito. Deveríamos voltar ao tema não para restaurar o tópico de um sujeito originário, mas talvez como questões com estas:

Segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções pode exercer e obedecendo a que regras? Em suma trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.

O autor – ou o que tentei descrever como a função autor – é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Especificação possível ou necessária? Olhando para as modificações históricas ocorridas, não parece indispensável, longe disso, que a função autor permaneça constante na sua forma, na sua complexidade e mesmo na sua existência. (id. *ibid.* p.69-70).

E, numa cultura hipotética, ao perguntarmos, por exemplo, *quais são os modos de existência deste discurso? Quais os lugares que estão reservados a sujeitos possíveis? E do outro lado, pouco mais se ouviria do que o rumor de uma indiferença: “Que importa quem fala”*.

3.2 O que é um autor? Revisão de uma genealogia

Neste texto, Chartier, que é um historiador e vem estabelecendo um diálogo constante e profícuo com Foucault, revê de forma minuciosa os dispositivos históricos e culturais que concorrem para a identificação da figura do autor, suas mutações e reconstruções, desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, analisando os indícios apontados por Michel Foucault no seu famoso questionamento “O que é um autor?”, considerando até as modificações físicas sofridas pelo texto, as mutações dos suportes e ainda outros fatores e olhares que interferem na produção e na constituição dos seus significados. As filigranas das tessituras históricas, das reflexões filosóficas, que olhos perspicazes, acostumados ao amanho da ordem cronológica são capazes de reorganizar, alinhar ou concatenar sem observações críticas ou pretensamente corretivas, é a forma como Chartier retorna ao texto. Não um retorno aos moldes daquele citado por Foucault, facultando a percepção da instauração de discursividades, buscando as falhas intrínsecas dos esquecimentos naturais, as memórias evanescentes, as ausências nos discursos; mas cuidando atentamente dos detalhes do que mudou no encontro possível entre as disciplinas da interpretação e a história dos objetos ou das práticas. A atenção especial dedicada à função-autor é o fator que mais atende e justifica a inserção dessa obra neste trabalho.

Pode-se considerar, resumidamente, uma mudança como segue: a aliança entre Crítica textual e História cultural foi redefinida a partir de um duplo movimento. Ao se olhar as disciplinas cujo objeto é a crítica, a edição e a interpretação de textos, vê-se que ocupa um lugar de maior importância atualmente a historicidade das operações, dos atores, dos lugares vinculados aos processos de composição das obras e de seus modos de transmissão e de

recepção. De outro lado, mirando-se a parte da História cultural, considerada com uma história dos objetos e história das práticas, ocorre um movimento de retorno aos textos, até mesmo às obras mais canônicas, àquelas que intimidavam os historiadores. Isso proporciona uma reação comum voltada para a história das interpretações e das leituras, para os modos de inscrição e de transmissão do textos, para as pressões coercitivas de qualquer origem (políticas, estéticas, sociais, intelectuais), que controlam as condições de composição e de circulação das obras. Num ambiente favorável ao desenvolvimento desse campo de pesquisa confluíram os interesses de filósofos, historiadores da literatura, das ciências, das artes, e de historiadores, que conforme afirma Chartier, pertencem à sua própria tradição, a saber, uma forma de história sociocultural herdeira dos *Annales*. Estes questionamentos mais específicos tratam da identificação de dois conjuntos de variações em relação aos textos:

Por um lado, as variações conceituais, que designam a mobilidade, a descontinuidade das categorias de atribuição, de designação e de classificação das obras, categorias estas que permitem produzir ou compreender a cultura escrita e, obviamente, entre elas, a presença do nome próprio, do nome do autor; e por outro lado, uma segunda historicidade, que não é aquela das categorias de atribuição, ou de designação das obras, mas sim aquela de sua própria materialidade, a qual pode conduzir a todo um conjunto de questionamentos em comum sobre os efeitos produzidos na construção da significação dos textos pelas técnicas de sua reprodução ou transmissão, sobre os efeitos produzidos por suas diferentes modalidades de publicação (o manuscrito, o impresso, a leitura em voz alta, as outras formas de oralidade), ou ainda, sobre os efeitos produzidos pela composição e pela recepção dos textos, por sua organização no interior do livro, ou sobre a página, seja ela manuscrita ou impressa. (CHARTIER, 2012, p.25-26).

Estes exemplos ampla e extensamente conhecidos mostram, com grande clareza, que ao retornarmos, literalmente, mesmo sem alterar uma única palavra à conferência de Foucault proferida em 1969, redita hoje, trará, com absoluta certeza, significações diferentes daquelas entendidas quando da sua primeira apresentação há mais de trinta anos, apesar de que não será para analisar nestes termos que Chartier revisitará este texto, mas fará uma pesquisa histórica retrospectiva, do século XVIII ao XIV, revisando alguns questionamentos que o próprio Foucault havia formulado, e uma das quais nos legou: “O que é um autor?”

Em sua apresentação, Foucault fazia duas afirmações fundamentais: De maneira peremptória, introduz uma distinção absoluta, entre o que considerou uma *análise histórico-sociológica da figura do autor*, e a *construção da “função-autor.”*

No primeiro, o modo de análise histórico-sociológico, que trata do conjunto de regras de posicionamento dos autores advindo do sistema de valorização na qual essa posição é

tomada, proporcionou um grande armazenamento de saberes sobre as trajetórias biográficas, sobre as origens sociais, profissionais, culturais dos autores, independentemente das áreas de suas práticas, que não será o foco deste estudo. Pois o objeto básico de interesse de análise sobre o qual se debruçará este autor é aquele da *construção da função-autor*. Uma sondagem da “*maneira como o texto aponta para esta figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente.*” Tematiza-se, portanto, o autor como uma função variável e complexa do discurso e não como fruto palpável da sua existência individual ou social, provocando, assim, a constatação fundamental: “a *função-autor* é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”. Então, a palavra-chave é “certos”, pois a “função-autor” é vista distante da evidência empírica, pela qual, todo texto foi escrito por alguém ou por várias pessoas. Estamos, pois, diante do fato de que aquele que assina uma carta privada ou um documento legal e aquele que inventa uma publicidade não são autores, mesmo que tenham sido eles os produtores dos textos.

A “função-autor” resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito. Do que deriva o duplo processo, de seleção e de exclusão. Que estava no coração da reflexão de Foucault. Um processo que se ocupa primeiro dos enunciados, fazendo a triagem daqueles que são atribuíveis a essa função e daqueles que não o são. Em sua conferência ele escreveu: “entre os milhões de traços deixados por alguém, após sua morte, como podemos definir uma obra?” A variação dessa atribuição depende da própria categoria de obra, e todo editor de obras completas encontra-se confrontado com o problema dessa delimitação. O segundo campo dos processos de exclusão e de seleção é aquele que constrói essa figura do autor como correspondente à função do discurso e que, portanto, faz a triagem, dentre todos os traços de todos os fatos que podem constituir uma existência individual, daqueles que são considerados pertinentes, de modo variável segundo os tempos e os lugares, para definir, para caracterizar o autor. (id. *ibid.* p. 28 – 29).

Por conseguinte, a “função-autor” marcada pelo nome próprio, é um elemento de classificação dos discursos que possibilita as inclusões ou as exclusões em um *corpus*, atribuível a uma identidade única. Funcionando assim ela é fundadora da noção de obra, e determina a existência comum de alguns discursos que são expressos de um único lugar, tornando-se, então, a responsável pela noção de escrita. Como o mesmo Foucault já definiu em outras retomadas desse questionamento, afirmando que a “função-autor” “é um princípio de economia frente à proliferação de sentido”. *Enfim, essa função é produzida por operações complexas que se estabelecem no afastamento radical entre o nome do autor e o indivíduo real, entre uma categoria do discurso e o eu subjetivo.*

Chartier considera a função-autor não apenas uma função, mas também uma ficção, dessas que controlam o direito, quando ele se propõe a construir sujeitos jurídicos que se distanciam das existências individuais dos sujeitos empíricos. Isso promove a noção de um exercício que conduz, de uma pluralidade de posições de autores, de uma diversidade de vozes nos discursos, a uma individualidade autoral única, ou ao contrário, de uma característica que identifica a personalização de um discurso e que possivelmente pode ser atribuída a diferentes indivíduos, concorrentes ou colaboradores.

Aqui ele também relembra um texto publicado por Borges, em 1960, na coleção *El hacedor*, que traz por título *Borges e Eu*, por ser uma ilustração fulgurante da distinção entre o empírico e a função discursiva, porque formula na trama *esse jogo que marca a absorção, a dissolução, a vampirização, poderia dizer, do Eu singular por uma identidade construída do autor: Borges, o outro, o nome próprio*. Cita alguma passagem daquele texto:

“É com o outro, com o Borges, que as coisas acontecem. Eu, eu ando em Buenos Aires, eu demoro-me, talvez já mecanicamente, a olhar a arcada de um hall de entrada ou a grade de um jardim. Tenho notícias do Borges e vejo seu nome indicado para uma cadeira ou em um dicionário biográfico.” (id. *ibid.* p.30-31)

Existe nesta proposição uma perceptível tensão entre a liberdade, os costumes, as atitudes de Eu, de um lado, e do outro, os conjuntos de elementos sociais e institucionais que estruturam o autor, a identidade do autor, como a percepção pública através dos Correios, a instituição, através da Universidade, e a Literatura, tal com é estabilizada e canonizada, através do dicionário. Essa tensão-distanciamento Borges amplia, acentua, destacando a diferença existente entre os gostos de um e de outro, do Eu e do Borges, do indivíduo particular e do autor construído. Existe, então, um forte jogo, consciente ou inconsciente, de Borges nessa assimilação entre autor e ator, em que constata uma referência histórica implícita, uma inversão da trajetória que proporcionou a muitos atores, se tornarem autores, como cita em outro ensaio, na mesma coleção, em que foca Shakespeare, no texto *Everything and nothing, que é também uma referência à construção pública de uma figura de autor, que se torna, de algum modo ator dele mesmo*.

Considera ainda, a existência, nesse jogo, de uma referência etimológica, de fácil averiguação no século XIV, entre o ator e o escritor investido de ‘*auctoritas*’, o primeiro no sentido daquele que comenta em linguagem comum os textos dos segundos que, como membros da tradição Cristã ou escritores da Antiguidade são investidos de *auctoritas*. Esta é

uma forma, em Borges, de indicar essa dupla tensão, histórica e etimológica, também encontrada na perspectiva de uma releitura das conclusões de Foucault.

O texto de Borges sempre continuando mostra algo de essencial na literatura, a condição de extrapolar nossas possibilidades de ir além da distinção fundadora, encontrada tanto em Borges quanto em Foucault, entre o Eu e o Autor, expondo esse jogo complexo de relações entre um e o outro, mostrando que o Eu, na realidade, é a própria condição de existência do autor. *“Seria exagerado afirmar que nossas relações são hostis. Eu vivo e deixo-me viver, para que Borges possa urdir sua literatura, e essa literatura justifica-me”*. *“A realidade existencial, fenomenológica do sujeito é, então, a condição da própria possibilidade da literatura, da obra, do autor”*.

Mas, apesar dessa translucidez de realidade evidente instaura-se uma dúvida que

“Recai sobre a legitimidade a atribuir uma criação, uma produção estética ou filosófica, a uma intenção ou a uma subjetividade singular. Borges acrescenta ‘Confesso naturalmente que ele (Borges) conseguiu algumas páginas de valor, mas essas páginas não adiantam de nada para mim, sem dúvida porque o que é bom não pertence a ninguém, nem mesmo a ele, o outro, mas à linguagem ou à tradição’. Encontra-se aqui essa dupla desindividualização do autor com a remissão, de um lado, às formas herdadas dos gêneros, das convenções, das tradições e, de outro, à própria linguagem, ao que Foucault em um outro texto também famoso chamou de ‘o pensamento de fora’, ou seja, esse transbordamento, essa instabilidade, essa pluralidade de significação que é remetida direta, e exclusivamente, ao funcionamento automático e impessoal da linguagem, na obra”. (id. *ibid.* p. 33-34).

Reafirmando esse funcionamento impessoal da linguagem na obra, Borges em sua linguagem poética clareia essa figura de linguagem construtora do sentido, quando em seu texto, *O espelho e a máscara*, fará tomar formas fundamentais ao seguir um percurso *que vai da obra construída à obra inspirada, como se o poeta se encontrasse habitado pelo espírito que o invade e do qual é apenas o veículo*. Somado a esse primeiro embaraço, vem ainda uma segunda perplexidade que se manifesta sob a forma de uma inversão de perspectiva, em que o autor, em sua *construção a partir da instituição, é a condição de sobrevivência do escritor como sujeito, ao preço obviamente do seu falseamento*. Citando um excerto: *“Quanto ao resto, fui condenado a desaparecer, definitivamente, e somente algum instante de mim terá a*

sorte de sobreviver no outro. Pouco a pouco, vou lhe cedendo tudo, ainda que me dê conta de sua perversa mania de tudo falsear e exagerar”.

Verifica-se, nessa citação, uma abordagem foucaultiana em que ele prescreve a impossibilidade para aquele que escreve de escapar ao domínio da “função autor”, vez que ela rege o gênero no qual se escreve. Esses jogos que Foucault e Borges jogarão mediante a custosa tarefa de se livrar da “função autor” são amplamente conhecidos.

Como segundo tópico de análise sobre o mesmo tratado de Foucault, Chartier, com sua sólida experiência de historiador, aborda a cronologia, o que implica em não legitimar obrigatoriamente algumas prováveis e ou efetivas imprecisões existentes nos relatos analisados. Uma das formas analítico-metodológicas de obtermos uma informação concisa e informal dos acontecimentos é observando que se constata a marca indelével da passagem do tempo através da história e a passagem da história através do tempo.

Apesar de não ter sido este o seu propósito básico, *ao longo sua reflexão se esboçou uma cronologia em três tempos dessa função que alia, a um nome próprio, certos discursos em certos momentos ou lugares históricos*. Considerando como

“O primeiro momento dessa cronologia, o mais evidente, é aquele da inscrição dessa função no sistema de propriedade que caracteriza as sociedades contemporâneas ‘(...) quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autor-editor, sobre os direitos de reprodução, ou seja (dizia ele), no fim do século XVIII e no início do século XIX’. Ter-se-ia aí, portanto, um primeiro momento e um primeiro mecanismo que ligam a ‘função autor’ ao que, para ele, era uma definição de uma concepção burguesa do indivíduo e da propriedade. No entanto, anteriormente, e por vezes isso foi esquecido nos tantos comentário feitos a seu texto, essa ‘função autor’ ligava-se a um outro dispositivo, aquele da censura. ‘(...) os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos e das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores”. (id. *ibid.* p.36-37).

Considerando as assertivas acima, verifica-se que existe uma ligação que não é entre um sistema de propriedade e a ‘função autor’, e sim entre o que Foucault qualificou como uma apropriação penal e a ‘função autor’, melhor dizendo, realmente há uma ligação instaurada entre ‘função autor’ e o direito de vigiar, censurar, julgar e punir, praticado por uma autoridade ou poder.

Ainda que não se encontre uma proposta de datação no texto de Foucault, é fácil observar que esse mecanismo censor referido tem seu início de vigência antes da definição

jurídica de uma propriedade, *o que levava o leitor ou auditor da conferência de Foucault ao momento em que os Estados ou as Igrejas dotaram-se desse poder de vigiar e punir os autores e os textos transgressores, a saber, ao século XVI ou XVII.*

Na continuidade do texto de Foucault encontramos uma terceira proposição que se mostrou, durante todo o estudo, ligada sempre ao cerne da sua reflexão cronológica, que é esse quiasma por ele percebido, entre as regras de identificação dos enunciados científicos e as regras de identificação dos discursos literários, no espaço de tempo que ele situou entre o século XVII ou XVIII, na sua vaga cronologia.

Antes dessas conjecturas que proporcionaram uma mudança de visualização, a situação das assinaturas dos discursos, para Foucault, era a seguinte:

(...) esses textos que hoje chamaríamos de “literários” (narrativas, contos, epopeias, tragédias, comédias) eram aceitos, postos em circulação, valorizados, sem que lhes fosse questionado qual era o seu autor. Esse anonimato não encontrava resistência, sua antiguidade, verdadeira ou suposta, era para eles uma garantia suficiente. Em compensação, os textos que chamaríamos atualmente de científicos, referentes à cosmologia e ao céu, à medicina e às doenças, às ciências naturais e à geografia, eram recebidos na Idade Média, e somente tinham um valor de verdade, desde que fossem assinalados com o nome do seu autor. As expressões “Hipócrates disse” e “Plínio narra” não eram precisamente as fórmulas empregadas como um argumento de autoridade, eram antes os índices que marcavam os discursos destinados a serem aceitos como aprovados”. (id. *ibid.* p.38).

Durante o período que vigeu o regime de anonimato para os textos considerados ‘literários’, a presença do nome próprio certificava como fidedignos os enunciados concebidos como ‘científicos’. *Para Foucault, se houve o quiasma, foi porque essa distribuição encontra-se, a partir do século XVII ou XVIII, invertida.* E, nesse sentido, podemos ver sua opinião quanto aos discursos científicos exarada no excerto:

(...) começou-se a aceitá-los por eles mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou sempre possível de uma nova demonstração. É sua vinculação a um conjunto sistemático que lhes dá garantia e, de forma alguma, a referência ao indivíduo que os produziu. A ‘função autor’ se apaga, o nome do inventor não serve mais senão para batizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade, um corpo, um conjunto de elementos, uma síndrome patológica. (id. *ibid.*39).

Quanto aos discursos ‘literários’ como se poderia esperar, invertem-se as posições de distribuição e eles se encontram dominados pela assinatura dos nomes próprios, já não podem mais ser recebidos, a não ser que estejam dotados da ‘função autor’. “(...) *a qualquer texto de*

poesia ou de ficção, perguntar-se-á de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece, dependem da maneira com se responde a essas questões". Já não é mais suportável o anonimato literário, a 'função autor' é exercida vigorosamente no século XX, nas obras literárias. Esse cruzamento ou essa inversão somente interessa porque facilita o reconhecimento, na visão do Foucault, da presença de uma 'função autor' associada não apenas à propriedade literária, aos dispositivos da censura, como também à certificação, à atribuição de verdade a alguns discursos e não a outros, incluindo o período medieval e, assim, ele remove e recoloca também no passado a reflexão sobre a trajetória dessa 'função autor'.

Um fato importante e que merece registro é que parece não ser tanto em função de uma aplicação particular da propriedade burguesa que se determina a propriedade literária, mas, ao contrário, se a propriedade literária é considerada uma forma básica de sustentação da construção de uma 'função autor', é muito mais com o intuito de defender o direito do livreiro editor e não do autor que ela se afirma.

Pode-se observar, nos últimos anos, que a história do *copyright* (direito sobre a obra) concentrou suas atenções e mostrou que a parte fundamental dessa história ocorreu na Inglaterra no início do século XVIII, quando o *Estatuto* da Rainha Ana, que o Parlamento vota em 1709, modifica radicalmente as práticas de publicações dos textos. Antes disso, desde a metade do século XVI, em que a comunidade dos livreiros e impressores de Londres, a Stationers' Company se estrutura, havia nos seus estatutos uma dupla regulamentação. De um lado, a exclusividade dada aos membros da comunidade de poderem registrar os *copyrights*, impedindo que autores e seus confrades não londrinos pudessem se tornar editores, e de outro pleiteavam a perpetuidade do seu monopólio sobre os *copyrights* que adquiriam, considerando-os um bem patrimonial, podendo vendê-lo, deixar como herança, etc. O direito vigente até 1701, não era o do *copyright* (direito sobre a obra), e sim o do *right in copies* (direito de reprodução), ou seja, o direito perpétuo sobre o manuscrito que fosse registrado junto à Comunidade.

A decisão parlamentar de 1709 quebra esse duplo monopólio. Porque autorizava aos autores registrarem, eles mesmos, suas obras, tornando-se, portando, detentores dos *copyrights* e também a serem seus próprios editores, determinando ainda o prazo de duração do *copyright* a 14 anos, com mais 14 anos suplementares se o autor ainda vivo fosse. Esse prazo de 14 anos foi um deslocamento realizado pelo Parlamento, que se apoia no tempo já definido para os direitos de uso exclusivo de uma invenção técnica, de um procedimento, de

uma máquina, que se tinha garantido, graças ao regime de *patent* (patente), seu direito de exploração exclusivo por um período de 14 anos, fazendo, com isso, uma analogia, ou uma equivalência dessa invenção com uma criação literária, a uma patente ou a um *brevet*, como de diz em francês. Mas em concomitância, os livreiros londrinos e seus advogados procuravam demonstrar que uma obra literária não era absolutamente semelhante a uma invenção técnica, pois ela se caracterizava como uma criação genuinamente singular e original, desligada de qualquer materialidade.

Nota-se, então, que a primeira cronologia de Foucault deve ser amplamente revisada. *Não é no final do século XVIII, mas no seu início, que emerge o conceito de autor-proprietário e de propriedade literária.* Outrossim, esta emergência não define o aparecimento de um novo direito burguês, é mais um empenho prestando-se à defesa de um perpétuo sistema de privilégios. Contudo, esta invenção estabelece uma distinção que será de fundamental importância nos debates paralelos, na França e na Alemanha, dos quais participarão Fichte, Herder, Goethe entre muitos outros.

Distinção entre, de um lado, a obra em sua identidade fundamental, referida à irreduzibilidade singular de um ato criador, de uma genialidade sem igual e, de outro, todas as formas particulares que podem ser dadas a esta obra, o que Blackstone chamava de os “meros acidentes” que podem ser os veículos dessa obra. Este é o ponto fundamental da própria definição da noção moderna de ‘copyright’, que se aplica a uma obra que está presente em todos os lugares, mas que não existe em parte alguma, sendo seus critérios de identificação de ordem puramente estética ou intelectual. Talvez a passagem do ‘right in copies’ (a ‘copy’ sendo o manuscrito depositado na Stationers’ Company) ao ‘copyright’ tenha sido uma maneira, no uso vocabular, de desmaterializar o que é o próprio objeto da propriedade literária. Tem-se, então, uma primeira e fundamental revisão. (id. *ibid.* p.46)

Na sua qualificação de historiador, Chartier discorre sobre fatos que envolvem o direito de propriedade sobre as obras argumentados, discutidos e consolidados já em datas anteriores ao século XVIII, como exemplos cita, um do teatro, com Ben Jonson, que publica em 1616 seus ‘Works’, que continham suas peças de teatro, com sua assinatura e em um formato em fôlio, e se apoia nessa forma de publicação que o autoriza a vender, ele mesmo, essas peças às companhias de teatro que as representam e depois ainda vendê-las sob esta categoria legitimadora de ‘Works’ aos livreiros-impressores. Isso assegura a possibilidade de interpretar que seu direito de propriedade sobre os textos permanecia, apesar de já ter efetuado a venda às trupes teatrais. Outro seria o caso de Milton com a obra *Paraíso Perdido*, que firmou um contrato cedendo os direitos desse seu trabalho por uma quantia irrisória de 5

libras, o que mostrava a debilidade do estatuto do autor diante da potência dos livreiros-editores, mas foi uma transação realizada em dinheiro, o que não era comum naquela época, e o mesmo valor de 5 libras lhe era devido a cada nova edição do livro, o que registra um desenho da proporcionalidade dos direitos que se vai constatando, primeiro para os autores dramáticos e as representações de teatro, depois para o mundo da edição. Ponto de suma importância que ocorre é o da desmaterialização das obras, passa-se a pensar a obra unicamente em relação em relação às categorias estéticas e intelectuais, sem levar em conta as formas materiais que porventura tomaram, como consequência dessas considerações, aparecem situações outras entre os envolvidos nestes negócios, pois o proprietário do objeto escrito já não é mais o proprietário do texto e o proprietário do texto é aquele que se desfez da propriedade do objeto. *Temos então uma clara ilustração desta distinção fundamental entre o objeto, a forma material e o texto abstrato.*

Tratando ainda do período da divisão cronológica debuxada por Foucault, Chartier discorda da datação por aquele declarada, que no período do século XVII-XVIII, os enunciados científicos começam a circular num regime de anonimato. Os estudos mais recentes têm mostrado o contrário, no estágio de reviravolta que é o da revolução científica, independente da nomenclatura utilizada para defini-lo - *a validade de uma experiência, a credibilidade de uma proposição, a garantia de uma descoberta, a autenticação de uma narrativa de descoberta ou de experiência reclamam o emprego do nome próprio*, que não necessita ser do responsável direto, mas de um enunciador que possua autoridade o bastante para afirmar o que é verdadeiro numa sociedade em que a hierarquia das ordens e do poder é também uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade da palavra. A partir desse momento de ruptura, observa-se que para os textos científicos posteriores, *tal como designou Foucault, um traço que ele reservou injustamente somente às autoridades medievais está, com certeza, presente: a ligação estabelecida entre o reconhecimento de sua força de verdade e a presença de um nome próprio que lhe dê autoridade.*

Esta forma de validação, que é um modelo de validação aristocrático - pois os que têm o poder de dizer a verdade são os príncipes, os ministros, os poderosos - vai construir e validar a posição do autor nos discursos do saber, mesmo quando o erudito não se tratar de um aristocrata. A demonstração de que é um autor desinteressado, sem uma relação de propriedade com seus enunciados – o que era condição para que a palavra do príncipe ou de outro grande fosse tomada como verdadeira - *será aquela no interior da qual se molda a autoria, no duplo sentido da palavra, tanto como autor quanto como autoridade do erudito,*

do sábio, distante das práticas mercenárias do comércio dos textos. Esse desapego será a garantia de verdade do enunciado de saber.

Outra consideração sobre a mutação é a que corresponde à mutação do próprio objeto, do livro enquanto livro, porque, depois da Alta Idade Média, do século VIII até o século XIV, a composição natural do livro, claro, fora aqueles das autoridades religiosas, jurídicas ou antigas, é a em forma de miscelânea, que os italianos denominavam *zibaldone*, naqueles em que se encontram no interior de uma mesma unidade, num mesmo códice, textos de datas, gêneros, línguas e “autores” muito diferentes, neles não há nenhuma materialidade que se perceba a função autor. Francisco Rico desenvolve uma visão sobre estas obras que ele chama de politextuais, construídas a partir de fragmentos separados, gêneros disparatados, mesmo integrando uma única obra que se origina da estrutura descontínua, como dissociada e heteróclita do livro, naquele período.

Mas, mesmo no século XIV e na primeira metade do século XV, até mesmo antes do aparecimento da prensa, para alguns autores em língua vulgar, fica bem caracterizado o vínculo *entre um objeto (o livro) uma obra (compreendida num sentido singular ora como conjunto de textos produzidos por uma mesma mão, ora como um mesmo ‘espírito’) e o nome do autor.* Existe uma ligação significativa entre a figura do autor e a concepção da prática de produção do livro nos dois últimos séculos do manuscrito, que identifica algo como suporte, tornando perceptível, manuseável, mobilizável, a ‘função autor’ funcionando como princípio de percepção, de identificação e de atribuição das obras.

Vemos, pois, que a genealogia da ‘função autor’ em textos literários estende-se desde épocas muito anteriores às que Foucault nos sugere, e nesta genealogia de longa duração não se deve colocar em jogo unicamente a ordem do discurso, mas também a ordem dos livros, esta simbólica criação que possibilita que um mesmo objeto faculte a leitura, a percepção de uma coerência ou da incoerência de uma obra atribuída a uma mesma identidade. Pode ser dito ainda, que a genealogia da ‘função autor’ para os textos que chamaríamos de “científicos” – *falamos de textos de saber sobre o mundo natural* - é mais complexa do que pensou Foucault. Porque, desde a Idade Média ou o Renascimento, grande número de textos de saber sobre o mundo que possuíam força de verdade circulava anonimamente e sem referências a Plínio ou Hipócrates, por exemplo. Porém, após o advento da revolução científica, ou outra definição que lhe seja dada, não mais se percebe a desnecessidade de um nome próprio como garantia dada para a descoberta ou para autenticação da experiência.

Diz, finalmente, Chartier:

Acredito que a melhor maneira para avançarmos uma resposta é introduzir, no quadro de uma reflexão propriamente filosófica, intelectual ou estética sobre autoria, a dimensão da própria materialidade dos textos, esta dimensão que se encontra no coração disso que um autor fundamental, infelizmente recentemente morto, Donald McKenzie, qualificou como uma sociologia dos textos, entendendo com isso o estudo do texto tal como ele é, inscrito em suas materialidades. Ele escreveu que novos leitores tornam novos os textos, e que o novo sentido que lhes é dado é devido à sua forma. Para terminar, eu o parafrasearei dizendo que, talvez, uma nova forma do livro produz novos autores, ou seja, que a construção do autor é uma função não apenas do discurso, mas também de uma materialidade, materialidade e discurso que na minha perspectiva de análise são indissociáveis. É sob essa nova forma que se enraíza, no Ocidente, muito antes de Gutenberg, a relação sempre necessária, instável, conflituosa, entre o escritor e o indivíduo, entre o autor como ficção e o sujeito como ego, esta tensão, pela qual comecei, entre Borges e Eu, mas tendo em mente sua observação, a de que se admita que o Eu seja alguém. (id. *ibid.* p.62-63).

3.3- Indícios de autoria

Sírio Possenti diz, em seu artigo sobre Indícios de Autoria, numa analogia à pergunta formulada à Louis Armstrong: o que é o jazz? E a resposta foi: o jazz não é um “o quê”, mas um “como”, que também um texto, acima de tudo, seja bom ou, seja ruim, tem mais a ver com o “como” do que com o “quê”. Citando o caso de se operar efetivamente com estes objetos, os textos. Na escola, enfoca-se, basicamente, o “quê” do texto, o seu conteúdo, mas ler um texto, para analisá-lo, deveria ser: desmontá-lo para perceber o modo “como” foi construído e os efeitos de sentido que produz. Essa é a principal preocupação de quem está empenhado em conferir alguma substância a essa noção, pois, desde os primeiros ensaios para conceituar o autor, sempre é levado em conta a relação deste com a sua obra, do locutor enquanto responsável pelo que diz.

AUTORIA:O QUE É? Tem-se falado cada vez mais em autoria¹. De alguma forma, pode-se dizer que os conceitos levados em conta para conferir alguma substância a essa noção – para objetivá-la de alguma forma – têm a ver com os conceitos de locutor (expressão que designa o “falante”, enquanto responsável pelo que diz), e com o de singularidade (na medida em que, de algum modo, chama a atenção para uma forma um tanto peculiar de o autor estar presente no texto; talvez uma noção revitalizada de estilo fosse aqui necessária). Embora o conceito de autoria não seja uniformemente empregado, embora, talvez, nem tenha sido objetivamente definido, se trata de uma noção de interesse.

¹ Não tenho ideia clara do que devo a quem. Li variados textos sobre a questão e ouvi outras tantas pessoas falando sobre isso em mesas e comunicações. Sou devedor a todos, mas, mesmo assim, espero estar

organizando este ensaio de modo suficientemente pessoal. Caso contrário, não haveria razão para publicá-lo. (POSSENTI, 2009, p. 104).

Para comentar sobre autoria, Sírio Possenti assevera que não se pode fazê-lo sem considerar, em primeiro lugar, “o clássico de Foucault (1969)”, e também sem levar em conta as observações desenvolvidas por Chartier (1994), sobre o ponto de vista do autor antes citado, fazendo reparos aos dados históricos encontrados naquela obra. Foucault trabalha com duas noções de autor que, naturalmente, são relevantes para que se compreenda como determinados textos são colocados a circular e fazem sentido numa sociedade. É primordial, para Foucault a correlação do autor com a obra, para se constituir a noção de autor, e, na verdade, essa noção de autor considera um conjunto mais complexo de traços, mas essa correspondência é nuclear. Só há autor onde houver uma obra que possa ser, palpavelmente, a ele relacionada. O que permitiria demonstrar uma noção de autoria seria a existência, numa certa regularidade, de uma similaridade consistente que as obras teriam por possuírem determinadas propriedades que caracterizariam uma relativa unidade. Mas, para Foucault, a noção de autor é discursiva, pois, o autor é construído a partir de um conjunto de textos ligados a seu nome, levando em conta alguns critérios como a responsabilidade do que põe a circular, o projeto que se vê na obra e que é atinente ao autor, e outros mais, em cima disso é que ele distingue tão claramente a noção de autor da de escritor. A noção de escritor indica o indivíduo que escreve, e a de autor se reveste de marcas históricas, relacionadas com os modos como são percebidos os discursos, em diferentes épocas pelas diversas sociedades.

Mas, Possenti aborda, nesta sua lavouração literária, um estudo mais concentrado na investigação do funcionamento do assunto relacionado à autoria na escola, olhando-a sob o prisma das considerações foucaultianas sobre esse tema. “*Como condição mínima, diria que é impossível pensar a condição de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade, que, por sua vez, não poderia escapar de uma aproximação- bem feita- com a questão do estilo*”, diz ele, lembrando também, que houve tempos em que, na escola, escrevia bem quem escrevesse corretamente, único parâmetro era a gramática, quem suplantasse essa dimensão entrava na pura subjetividade, na categoria do gosto. Houve pesquisador explicando que os professores que liam textos de alunos restringiam-se a fazer correções gramaticais, e caso encontrassem problemas de outra ordem, apenas faziam uma ligeira observação com um ponto de interrogação, no máximo inseriam um misterioso ‘obscuro’ no problema percebido. Não dispunham de categorias explícitas para avaliar problemas de coerência ou de coesão textual.

Hoje já se deve ir além daquelas simples considerações relatadas e demonstrar que um texto tido como bom não pode ser avaliado apenas com base nas categorias da textualidade, muito menos só na da gramática, *‘um texto só pode ser avaliado em termos discursivos’*, pois a questão da qualidade do texto passa, necessariamente, pela questão da subjetividade e de sua consequente inserção num quadro histórico - ou seja, num discurso - que lhe dê sentido.

Hodiernamente pode-se distinguir com muita objetividade o que seja um texto mais ou menos elegante, apesar de a história atual da crítica de textos quase obrigar a posições relativistas, mas uma teoria do discurso possibilita ao analista posicionar-se, a cavaleiro da noção de subjetividade, e excluir duas interpretações maléficas, pois:

“a) pode ao mesmo tempo mostrar que subjetividade nada tem a ver com o modo como esta noção é compreendida na estética romântica (ou mais geralmente, com várias pragmáticas recentes);

b) pode mostrar, ao mesmo tempo como, assumindo uma posição que é histórica e que representa uma ideologia, um sujeito pode ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição – sendo que o que os distingue é exatamente da ordem do ‘como’. Ou seja, um certo estilo não é incompatível com a assunção – necessária – de que o sujeito sempre enuncia a partir de posições historicamente dadas num aparelho discursivo institucionalizado e prévio”. (id. *ibid.* p. 107).

Comparando com o que acontece nos esportes, mais particularmente nos coletivos, em que nada impede a relativa improvisação (uma ação pessoal) de um jogador, no basquete ou no futebol, por exemplo, autorizando-o a ser ele mesmo, a ousar, mesmo cumprindo um esquema de jogo pré-determinado.

Pretende-se dar à noção de autor um caráter dessemelhante de sujeito, mas como encontrar autoria num texto? textos *sem* e textos *com* autoria, de que maneira identifica-se a presença do autor?, *de alguma forma*, é necessário ter em mente o chamado *paradigma indiciário* (cf. Guinzburg 1986), *par evitar que certas marcas sejam consideradas automaticamente definidoras da presença ou da ausência de autoria.*) Pois marcas são apenas indícios de autoria. Devemos, pois, *avaliar* os indícios e não *ler* as marcas. Uma mancha de sangue na roupa do mordomo não significa a autoria de um crime, pode bem ser de um frango recém-abatido, mesmo que não seja esta sua incumbência.

Não basta que um texto satisfaça exigências de ordem gramatical. Não é por apenas cumprir as regras gramaticais que faz de um texto um texto. Como exemplo olhemos o “caso” retirado de um desses “livros” utilizados nas escolas:

Carlito partiu no barco verde.
 O barco era longo e forte.
 Carlito parou perto da árvore.
 Era tarde e Carlito dormia.
 Acordou e comeu carne de carneiro.
 Que calor! Vamos nadar! (No reino da alegria)

Trata-se de um “texto” sem problema algum de ortografia, de morfologia, de sintaxe e, segundo este modelo, de paragrafação e de pontuação. (id. *ibid.* p.108).

Um bom aluno seria contemplado com uma excelente nota com um modelo como este. Se for considerado que um bom texto é um texto correto, o exemplo citado é um modelo perfeito, entretanto, verifica-se facilmente que este exemplo não possui sentido, e assim não pode ser um texto, não um texto com autoria.

Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem textual. Então, mesmo que a um texto não falte conectores de coesão e obedeça as regras de coerência, este texto não é, necessariamente, um texto de qualidade, porque nele pode não ter a marca da posição autoral, desassimilando-se completamente de textos consagrados como bons textos.

O exemplo ‘de cartilha’ dado acima, mostrado como perfeitamente obediente às regras gramaticais, possui laços de coesão e também pode-se considerar que não lhe faltam liames que possam, ao menos precariamente, formar um todo. Como perceber então o que falta para ser um texto de verdade, isto é, com sentido? Falta-lhe um mínimo de densidade, “*falta história à personagem, falta a seus atos um mínimo de motivação, de relação com elementos de cultura e com outros discursos, com crenças correntes*”. Falta consistência às relações entre as frases, fragilizando a existência de uma subjetividade para denotar uma autoria, uma sequência tão simples que pode ter vindo de qualquer parte ou de parte alguma, são frases muito ‘soltas’, mostram que o escritor carece de um vocabulário mínimo e outros conhecimentos de mundo que auxiliem na construção de uma fala menos incongruente.

As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática. O suposto texto poderia ter sido escrito contemplando uma série de ponderações que interligassem a atitude do menino com entidades ou ações que trouxessem uma historicidade em uma aventura com diversas ocorrências circunstanciais e ensinamentos de fatos próprios de um evento dessa natureza, mostrar um acontecimento que fale de coisas que têm sentido, que realmente façam parte da vida.

É possível tornar-se autor tomando algumas atitudes como: *dar voz a outros enunciadores, manter distância em relação ao próprio texto, evitar a mesmice*. Podemos observar alguns aspectos da primeira atitude em trechos do texto de L. F. Veríssimo, “Na barreira da língua, o Brasil é insuperável”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 1990, durante a Copa do Mundo

a- Dando voz aos outros:

Alguns dizem que é o envelhecimento, outros que é a morte, ainda outros que é o egoísmo ou o chulé, mas eu acho que a maior danação que Deus legou ao homem foi a danação de Babel.

(...) Mas a diferença de línguas e a necessidade de entendimento propiciam momentos raros de solidariedade internacional, nesta Copa. Alguns brasileiros tiveram um choque, ao chegar aqui. Descobriram que o italiano não é o espanhol com gestos, como pensavam. Tentaram recuperar-se da surpresa recorrendo à antiga certeza de que a maneira de se fazer entender por estrangeiros é falar português, mas alto e bem explicado. (...).

Mas a barreira da língua funciona, um pouco, como a barreira no futebol. A sua existência exigiu que os jogadores desenvolvessem a arte de chutar faltas. Uma arte em que, como a de falar a própria língua e ser entendido em qualquer lugar, os brasileiros são melhores do que ninguém.(id. ibid. p. 111).

No primeiro parágrafo o autor faz a inclusão de cinco pontos de vista, fora o dele, conferindo-os a outros enunciadores. Podemos perceber que esses pontos de vista reassumem pareceres correntes, fazendo sentido. E a opinião que o autor assume como sua também é algo largamente conhecido: a humanidade tem problemas de comunicação. Para falar disso ele menciona Babel, o que significa que ele seleciona o seu leitor, que deve ter um conhecimento mínimo para regatar essa memória, engajado na cultura comum, fazendo dele um coenunciador com traços específicos. Encontrados aí dois indícios de autoria, dar voz a outros e incorporar ao texto discursos correntes. Existem outros recursos para citar outros discursos, um deles é o discurso citado, que pode ser uma avaliação mais explícita do autor, ou ser efetuada com aparência de neutralidade. “*Veríssimo adota esta segunda estratégia ao mencionar opiniões de brasileiros através de ‘descobriram’ e ‘recorrendo à antiga certeza’, formas praticamente neutras.*” Verificamos, nesses mesmos trechos transitórios, a retomada de antigos discursos, lugares-comuns (os italianos gesticulam muito, falar alto e devagar facilita a compreensão). O autor dá voz a outros enunciadores claramente nos dois primeiros parágrafos. Mas ao continuar, ele no último parágrafo, toma, como se fosse seu, sem nenhuma marca evidente, um lugar-comum bem familiar: *que os brasileiros são mais espertos que os*

outros (chutam faltas melhor, dão um jeito de fazer-se entender no exterior etc.). Por mais simples que um texto se nos apresente, podemos verificar que o discurso do autor não lhe pertence, faz parte ou é do domínio de toda uma comunidade cultural. Para usar um lugar comum, seu discurso é atravessado por outros discursos. No entanto, há algo do autor: seu jeito, 'o como'.

b) Mantendo distância:

*Locutores/enunciadores constituem-se como autores em boa medida por marcarem sua posição em relação ao que dizem e em relação a seus interlocutores. Quando, numa interlocução, alguém suspende o que está falando, para dar uma explicação de suas palavras, ao notar uma reação do outro, visível ou imaginável, é exatamente de distância que se trata (ao dizer, por exemplo, 'não pense que estou exagerando', 'e olhe que não sou bairrista', etc.). Ainda, os locutores retomam, com muita freqüência, para explicarem o sentido que querem dar a suas palavras, ou para resumir, (Jacqueline Authier-Revuz é certamente quem melhor caracterizou essa atividade, que chamou de metaenunciativa. Os textos publicados em *Palavras incertas* dão uma boa ideia desse tipo de ocorrência e de sua análise). Como preceituam os princípios discursivos, que o sujeito sempre enuncia de uma determinada posição, essa é uma exigência do próprio discurso, porém a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente. Observe-se o exemplo:*

Não há mais praticamente nenhuma interação do cotidiano em que se possa encarar o interlocutor sob uma presunção de honestidade. Presume-se que o outro, se deixado livre, usará todos os meios para 'maximizar sua própria utilidade', para usar o curioso linguajar dos economistas; em linguagem comum, para levar vantagem (Claudio Weber Abramo "Por que a surpresa?" Folha de S. Paulo, 02.11.98.)

Veja-se como o articulista define certas expressões, seja traduzindo-as (levar vantagem), seja analisando-as e avaliando-as (linguajar típico do economistas), Ou seja, não produz outra "mensagem", não fala de outras "coisas", fala da própria língua.(id. ibid. p. 113).

c) Evitando a mesmice:

“É de Bakhtin (1975) a afirmação de que pelo menos metade* do que dizemos diariamente são palavras de outrem:

‘Se prestarmos atenção nos trechos de um diálogo tomado ao vivo, na rua, na multidão, nas filas, no hall, etc., ouviremos com que frequência se repetem as palavras “diz”, “dizem”, “disse”, e, frequentemente, escutando-se uma conversa rápida de pessoas na multidão, ouve-se como que tudo se juntar num único “ele disse”, você diz”, “eu digo”... E como é importante o “todos dizem” e o “ele disse” para a opinião pública, a fofoca, o mexerico, a calúnia, etc. (p.139).

*Naturalmente, nem todas as palavras transmissíveis dos outros poderiam – uma vez fixadas na escrita – ser colocadas entre aspas. Este grau de projeção de pureza da palavra de outrem que se exige das aspas no discurso escrito (segundo o desígnio do próprio falante, ou de sua apreciação deste grau) não é muito freqüente no discurso cotidiano, (...) entre todas as palavras pronunciadas no cotidiano não menos que a metade provém de outrem. (p. 140). (id. *ibid.* p. 114).

Assim afirma Possenti: um dos indícios de autoria é dar voz aos outros, outro indício para um texto ser considerado bom é uma questão de *como*. E naturalmente juntando-os ficaria: uma questão de como dar voz aos outros.

Em se tratando de introduzir outros discursos, sugere-se, ‘nada de mesmice’, não devemos empregar simplesmente o verbo “colocar” ou o menos marcado “dizer”. A singularidade, o jeito específico de cada escritor é uma característica de autoria, mas a variação simples apenas para não ser repetitivo, a utilização de verbos *dicendi*, e o compromisso de não repeti-los, não usá-los mais de uma vez em cada texto, só é interessante para seguir tomadas de posição, ou se fizer sentido de alguma outra forma.

“Nelson Rodrigues é, no caso, um excelente exemplo, até pelo exagero, como se pode ver nos exemplos abaixo, extraídos de ‘A pátria em chuteiras’:

‘Ninguém aceitaria o motivo e alguém havia de rosar – “Freud explicaria isso” (p.24).

Furiosos com a reação brasileira, começaram a ‘uivar’ que a Itália era um futebol do tempo de D. João Charuto (p.182)’

*Não é necessário explicitar que, escolhendo “uivar” e “rosnar”, o cronista qualifica bastante diretamente seus adversários.” (id. *ibid.* p.115).*

As asserções aqui elencadas são apresentadas como indícios de autoria, se encontradas em textos escolares, por certo representam sintomas positivos, e isto deveria ser motivação para se debuxar estratégias para que escrever seja algo mais que acertar.

3.4- A autoria em Dominique Maingueneau

Maingueneau (2008) em sua teoria, fala que apesar de a noção de autor, como é utilizada normalmente nos estudos de textos, ser construída sobre uma “restrição fundamental” que faz conservar o uso da palavra “autor” apenas àqueles que têm relação com a produção verbal. A “noção de autor” não é, com efeito, de forma alguma reservada somente a enunciados. Seu uso grassa pelos mais diferentes domínios e é largamente utilizada na esfera judiciária. Mas, a “noção de autor” que interessa ao linguista é, em primeiro plano, verificar em que condições um enunciado é suscetível de ter um autor.

Como a fonte alimentadora desse processo de aprendizado contínuo (NELL) é a Internet e as contribuições têm origens distintas e muito diversificadas, muitas anônimas até, a “[...] ideia de uma responsabilidade compartilhada e dinâmica, como é o caso de uma conversação, repugna ao uso que comumente se faz do nome ‘autor’” (MAINGUENEAU, 2010, p. 38)

Para determinar a fronteira entre o funcionamento “relacional” do termo “autor” e o funcionamento “referencial” a partir de quando um autor de “X” torna-se apenas “um autor”, apoia-se na consideração de um critério de qualidade, como o sociólogo Leclerc (1998 apud MAINGUENEAU, 2010, p. 34)

Para ser considerado um autor, o sujeito enunciativo deve ter dado a suas palavras, a seu texto, uma marca própria que os distingue dos enunciados correntes, das afirmativas da vida cotidiana. A obra textual é um enunciado “original”, inovador, que, à diferença das reproduções banais, dos clichês, dos estereótipos, dos preconceitos, encerra uma “ideia nova”, inédita, jamais dita na cultura.

Michel Foucault tem também vasto legado abordando a questão da autoria e serve de respaldo e dá origens a citações para a grande maioria dos trabalhos sobre o tema. Em seu texto *A Ordem do Discurso*, que Orlandi (2004) toma emprestado, diz que o “[...] autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. O que o coloca como responsável pelo texto que criou. Passamos, assim, da noção de sujeito para a noção de autor”.

Se a noção de sujeito encerra um lugar e não uma subjetividade, um mirante discursivo marcado pela sua descontinuidade nas diversas dissensões do texto, o efeito de continuidade do sujeito produzido pela organização do sentido do texto cuja responsabilidade é da função da noção de sujeito é uma noção de autor.

Após essas considerações, Orlandi (2004), diferentemente de Foucault (1975), que relaciona a noção de autor a situações enunciativas especiais, traz para o uso corrente a noção de autoria, desligando a função enunciativa do sujeito da de enunciador e de locutor, considerando a função autor presente sempre que o produtor da linguagem se representa na origem, pois ao produzir um texto

[...] produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Portanto traz ao corriqueiro do dizer comum afetado pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz e escreve, pois é suposto estar em sua origem. Assim, estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade, etc.). (ORLANDI, 2004, p. 33).

No mesmo caminho, Maingueneau (2010) afirma que uma das três dimensões da noção de autor é a do autor enquanto correlato de uma obra, se qualquer texto possui, por natureza, um “responsável”, apenas um número restrito de indivíduos atinge o estatuto de “autor”. Sendo bastante para isso que ele seja associado a uma “obra”, mas a um *Opus* e não a qualquer *rol* de textos dispersos, o *Opus* pode ser constituído de apenas um texto, ou que apenas um texto, por ele produzido, tenha chamado a atenção. Subdividindo essas dimensões existem etapas que podem mostrar a emergência de um autor:

Considerando como primeiro estágio é perceptível uma autoralidade que se poderia considerar “dispersa” em que um “produtor” se situa como “responsável”. É o caso, por exemplo, de um jornalista que assina notícias de variedades; um padre que faz um sermão todo domingo, entre outros.

O produtor pode publicar coletâneas de textos para constituir um *Opus* ou texto de gêneros que o qualificam como autor (um romance, um ensaio). Nos casos de agrupamento pode ser elaborado por um terceiro, com ou sem a colaboração do produtor que pode até já estar morto.

Ainda, já num estágio mais avançado, o autor precisa ter uma “imagem de autor”, para ter o reconhecimento como “o autor”, esta imagem varia com a natureza de terceiros implicados. Este autor pode ter integrado ao seu *Opus* um conjunto de textos, independente de exprimir ou não seu ponto de vista pessoal, o preponderante, nesse caso, é a opinião de quem seleciona aqueles textos e não o fato de que os textos sejam ou não dele.

Outra questão a ser estudada é a natureza das entidades que podem ser consideradas como “os autores”, e uma série de parâmetros devem ser considerados. Analisando um determinado número de casos vamos refletir sobre os fatores que favorecem a ascensão a este estatuto. No caso de uma agência de publicidade, ao delegar a terceiros parte da elaboração de textos não será, por causa disso, a autora do trabalho, apesar de ser a responsável pelos textos. Já nos discursos políticos em que há um redator desses discursos, que não o próprio político e que independente de o texto dizer o que ele realmente pensa, é considerado sua opinião, e o responsável pela elaboração não é designado como autor e sim por outros qualificativos como: o “redator do”, “o homem que redige”, “fulano que escreve”.

Pode-se também perguntar se a problemática da polifonia lingüística, e de tudo o mais que gira em torno da heterogeneidade ou da modalização, não foi obstáculo para uma reflexão sobre a autoralidade. Estes trabalhos colocam, efetivamente, a questão da pluralidade das fontes enunciativas, mas permanecem em um espaço lingüístico. Eles se situam assim no prolongamento de alguns pressupostos fundadores da lingüística moderna, que desafiam o escrito. De fato, é aos enunciados escritos que se atribui de maneira privilegiada um “autor”. Para os linguistas, como a autoralidade ultrapassa a estrita comunicação lingüística e se abrem para considerações que associam intimamente o jurídico e o textual no interior de configurações históricas singular, ela tende a aparecer como uma categoria confusa que vem embaraçar a transparência da linguagem. (MAINGUENEAU, 2010, p.27)

Mangueneau (2008) exemplifica a dificuldade em definir-se um autor na Internet com a desenfreada proliferação de “blogs”. O produtor de um blog pode pretender o estatuto de autor? Esse suporte oferece ao usuário, ou ao blogueiro, colocar “on-line” uma infinidade de textos, no ritmo que ele queira, e com extensão considerável, sem passar por restrições, como as que ocorriam nas edições normais de livros que lhe davam uma certa certificação de qualidade; o crivo dos editores eram motivos de limitações, em função das tecnologias utilizadas e dos custos, e o filtro dos profissionais da escrita, funcionando como reguladores aos postulantes à notoriedade. Isso tudo exige uma sondagem aprofundada, cuidadosa e consciente de que esse novo sistema digital eletrônico fará parte do nosso cotidiano doravante, com uma influência ainda não mensurável.

A instabilidade natural da fonte prejudicará a identidade da obra, já que poderá alterar-se com frequência sem manter a versão anterior, diferente das outras obras com edições definidas.

Quer se trate da literatura galante, da literatura oral tradicional ou da literatura de blogs, em todos esses casos, por razões completamente diferentes as condições para constituir um autor não estão dadas: porque não há escrita, porque a produção é dominada pelas restrições da vida mundana, porque o suporte, a internet, opera contra a raridade e a estabilidade dos textos. (MAINGUENEAU, 2010, p.45).

Mas pensar assim, seria aceitar como norma as figuras de autor associadas à escrita e ao impresso.

Situação diferente encontramos em que são os *corpora conversacionais* os utilizados para análise, e nesse aspecto os analistas têm a impressão de que a questão da autorialidade fica sem interesse: os locutores existem em carne e osso, as falas que saem de suas bocas são suas falas. A instância do autor parece ser absorvida pela do locutor.

Na Análise de Discurso a preferência pelos corpora escritos pode ter sido motivada pela maneira de os analistas do Discurso mostrarem sua diferença, legitimarem um novo território, diz ainda Maingueneau.

O primado ou a hierarquia nos textos encontrados na Rede não são palpáveis, pois os processos e os métodos utilizados pelos buscadores, conforme afirma Abreu (2013), ao se produzir um site ou um blog, promove-se um ato de mudança no processo de autoria pelo seu funcionamento no espaço digital, porque enquanto parece haver um direito do sujeito/autor de autorizar a publicar, no caso dos blogs, há uma dispersão dessa autoria nas páginas visíveis ou ocultas na Rede, onde nem sempre se tem certeza de quem é o responsável pelos sentidos.

E se entendemos que a possibilidade de produção de textos em uma nova materialidade é uma questão que passa pela técnica, mas que é essencialmente histórica/política, podemos pensar que os resultados dos buscadores, como o Google, por exemplo, ao nos darem, muitas vezes, páginas soltas, nas quais nem sempre há elos para a página inicial do site encontrado, marcam uma visão chapada do texto, trazendo uma porosidade na autoria. (ABREU, 2013, p.32).

Nesse campo ou domínio “virtual”, nos certificamos dessa incompletude da linguagem, pois que não há um texto original, todos os textos têm alguma relação com outros textos existentes ou possíveis, já ditos ou imaginados e que o esquecimento é inerente à linguagem, mas conforme a asserção de Foucault, entendemos que todos têm uma relação necessária com a exterioridade, produzindo, assim, suas relações de sentidos e pela dispersão do sujeito, que aparece em sua descontinuidade, o autor não completa o fechamento do texto,

mas o autor desse sistema produzirá sentidos em seu texto dentro da sua singularidade, como afirmou POSSENTI, pois, ao contrário, não valeria a pena a publicação.

Um analista do discurso consequente é obrigado a tomar conhecimento das transformações da autoralidade que isso não deixará de provocar. (...) Um dos problemas maiores que a noção de autor suscita é, com efeito, seu caráter radicalmente histórico. Quando, em 1969, Michel Foucault refletia sobre a “função autor” ele não podia desconfiar que certo número de propriedades do texto que ele pressupunha evidentes seriam minadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias, a ponto de colocar em crise o universo no interior do qual sua fala se inscrevia.(...) todo texto implica certa autoralidade, e o mundo de onde emerge o texto implica ele próprio essa forma de autoralidade. (MAINGUENEAU, 2010, p.46).

3.5 - Interpretação: Autoria e Efeitos do Trabalho Simbólico em Orlandi

Utilizando os estudos e considerações de grande profundidade sobre o tema: Autoria, encontrados nas reflexões publicadas por Eni P. Orlandi e porque relevantes contribuições podem oferecer a este trabalho as assertivas que aludem especificamente à “Memória Metálica” e às diferentes formas de Interpretações observadas nas diversas materialidades em que o texto se apresenta, explicita-se, aqui, mais detalhadamente, a obra referida.

De acordo com Orlandi (2004) “*É porque a história se inscreve na língua que esta significa*”. Ela considera que a linguagem é estrutura e acontecimento e por isso tem de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco). Apesar da propriedade que possui de apresentar unidades discretas de diferentes ordens (fonemas, palavras, sintagmas, frases, etc.), de ter uma tendência à unicidade, ao pleno, não consegue realizar o completo, o cabal, porque é implausível não conviver com a falta, não pode não trabalhar com o silêncio, porque ele é fundante, não há sentido sem o silêncio.

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar as relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação. (ORLANDI, 2007, p. 12).

Considerando que o “texto é um bólido de sentidos” pois há muitos modos de significar, já que a matéria significante tem plasticidade, é plural, não há uma delimitação exata, precisa, é uma questão aberta, não há uma indicação única, verdadeira e categórica sobre o sentido; é uma questão filosófica, segundo P. Henry (1993), que não se pode decidir categoricamente. Como não existe um só sistema de signos, mas muitos, e os “*sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc.*” Os signos, ou a percepção deles interfere no processo de interpretação, dá-lhe forma.

Seguindo esses passos, que são os das convicções desta autora, vê-se a proposição afirmativa de que não há linguagem em si, engloba-se o que temos no ideário como a abertura do simbólico, que também pode ser visto de outra maneira, como uma dispersão necessária das

ciências sociais e humanas e na tentativa equivocada de se tentar transpor essa incompletude pela interdisciplinaridade como tentativa de se construir o “objeto total” e a metodologia de eficácia onipotente. Essa dispersão, ao contrário, é constitutiva, dado as necessidades das ciências humanas e sociais se assentarem sobre uma noção discursiva de sujeito e de linguagem, tal como os estamos caracterizando.

Em meu trabalho, essa abertura do simbólico tem sido tratada nos limites indecisos, e muitas vezes tensos e indefiníveis, entre polissemia e paráfrase, dois eixos que constituem o movimento da significação entre a repetição e a diferença. (p. 12-13).

Porém, não é porque o processo de significação é amplo, livre, sem limites, que não deve obedecer a uma regra, que não é administrado. É exatamente nesta liberdade de abertura que existe uma determinação. “*O lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa*”.

O texto é um bólido de sentidos quando considerado na perspectiva discursiva, ele pode “partir” para diversos rumos diferentes, dividir-se num sem número de planos significantes, constituindo, em cada diferente versão, novos outros resultados significativos. Então, questionando: O que muda nessas diferentes versões? *Cada vez, é só uma explicitação do que lá já estava? São os seus possíveis? O que é uma outra formulação? O que é colocar-se um final outro? Ou outra direção?*

Segundo a autora, uma modificação na materialidade do texto,

“corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória).

É só no imaginário que todas estas versões, digressões, formulações, partiriam de um texto “original”. Nesse sentido, o texto “original” é uma ficção, ou melhor, é uma função da historicidade, num processo retroativo. São sempre vários, desde sua origem, os textos possíveis num “mesmo” texto. Por isso temos proposto que se considere o texto, em sua materialidade, como uma “peça” com suas articulações, todas elas relevantes para a construção do ou dos sentidos. É isto que estamos dizendo, quando falamos que um texto é um bólido de sentidos, sintoma de um “sítio significante”. (p. 14).

Nestas variadas direções significativas passíveis de serem postas a caminho por um texto, ocorre, contudo, uma norma de conduta a que ele obedece, a de que um texto não pode desenvolver-se em qualquer direção: Existe uma imperiosidade vinda da relação com a exterioridade que administra, dirige um texto.

Para uma melhor compreensão do exposto, não se pode pensar o texto em sua “organização” e sim na sua ordem “significante”, como fica melhor aclarado quando se considera que:

O espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do “sítio significante” com a exterioridade. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes (M. Pêcheux, 1983). (p. 15).

Com o intuito de colocar melhor essa questão da multidirecionalidade do texto e de sua materialidade, busca-se estabelecer uma distinção entre a memória histórica (interdiscurso) e a memória metálica (a informatização dos arquivos).

Quando se elabora um texto em um computador, este mostra-se colocado em uma ordem diferente daquele produzido a mão, porque as memórias formadoras, que os constituem, são diferentes em suas materialidades: uma é formal e a outra é histórica. “*A memória metálica (formal) “lineariza”, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber*

discursivo a um pacote de informações equivalentes, sem distinguir posições”. A memória metálica, a infinidade de informações, é o que provoca um estado de superioridade do autor pela sensação de recursos infintos.

Percebe-se, portanto, que tanto a informatização quanto a mídia promovem uma ampliação, uma diversificação dos meios, mas concomitantemente, homogeneizam os efeitos. Está aí a impressão de elevada criatividade sugerida pela enorme produção, (que é apenas uma grande variação do mesmo). Deve-se considerar sempre que a mídia é um lugar de interpretação alimentada e alienada (na concepção Marxista) pelo “ibope”.

Nessa maneira interpretativa da mídia, o político já não tem um lugar próprio. *“Há, atualmente um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.)”*. Então, se se pode afirmar que a mídia é um espaço de interpretação, ela conduz a interpretação para imobilizá-la.

Mas, para a Orlandi, na informatização, a exterioridade está descolada de qualquer memória histórica ou cultural, a informática simplesmente adéqua-se uma espécie de língua universal lógico-matemática, que também nada possui de memória. A língua com falha, a que possui memória histórica, apesar de não ser rica em seus meios, o é no seu funcionamento, pois, produz o possível. E a metálica, possuidora de recursos infalíveis e infindáveis, mesmo sem falhar, apenas produz o mesmo, com as variações de diferentes combinatórias. *“Ora, as formas linguísticas não são estruturas segundo a ordem do lógico-matemático. Elas são capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. Por isso são capazes de política!?”*.

Qualquer gesto de interpretação que não considere a história, *não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo)*. Apesar de que não é isso que anula a constituição de uma autoria, só que, neste caso, ela será de outra natureza. Porque a condição original da materialidade da memória é outra, e essas diferentes materialidades, em discurso, sempre causam anomalias nos processos de significação. E, como vimos, a textualidade tem a ver com essas diferentes categorias de memória, o que, por certo, também influirá nas formas de autoria.

Há, na história, diferentes formas da Função-autor. Não, especificamente, porque a cronologia possa provocá-las, *“mas porque as relações do sujeito com a linguagem pode se transformar. Nessas condições que acabamos de descrever – a da memória histórica (interdiscursiva) e a memória metálica (informatizada) – isso se dá”*. O ato de escrever textos

no computador, a informatização, modifica a relação do autor com sua escrita pela *mudança da materialidade discursiva – algoritmizada, nesse caso*.

Voltemos à questão da informatização. Com ela, a exterioridade se afigura como “exterioridade absoluta de um conhecimento mítico, descolada de qualquer memória histórica ou cultural e encontrando uma formulação adequada em uma língua universal lógico-matemática, ela também sem memória” (Michel Pêcheux e F. Gadet, 1981). A língua com falha, a da memória histórica, embora limitada em seus meios, não o é em seu funcionamento, produzindo o possível. A metálica, a que não falha e que se apresenta como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo, em suas combinações, em suas combinatórias. Ora, as formas linguísticas não são estruturas segundo a ordem do lógico-matemático. Elas são capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. (ORLANDI, 2007, p. 16-17)

Michel Foucault tem também vasto legado abordando a questão da autoria e serve de respaldo e dá origens a citações para a grande maioria dos trabalhos sobre o tema. Em seu texto *A Ordem do Discurso*, que Orlandi (2004) toma emprestado, diz que o “[...] *autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. O que o coloca como responsável pelo texto que criou. Passamos, assim, da noção de sujeito para a noção de autor*”.

Se a noção de sujeito encerra um lugar e não uma subjetividade, um mirante discursivo marcado pela sua descontinuidade nas diversas dissensões do texto, o efeito de continuidade do sujeito produzido pela organização do sentido do texto cuja responsabilidade é da função da noção de sujeito é uma noção de autor.

Após essas considerações, Orlandi (2004), diferentemente de Foucault (1975), que relaciona a noção de autor a situações enunciativas especiais, traz para o uso corrente a noção de autoria, desligando a função enunciativa do sujeito da de enunciador e de locutor, considerando a função autor presente sempre que o produtor da linguagem se representa na origem,

não contradição e fim. Portanto traz ao corriqueiro do dizer comum afetado pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz e escreve, pois é suposto estar em sua origem. Assim, estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade, etc.). (ORLANDI, 2004, p. 33) [...] produzindo um texto com unidade, coerência, progressão.

Capítulo 4

Das Análises

Para acompanhar o atual estágio de evolução da NELL, foi acessado o seu componente “pergunte para a NELL” e escolheu-se três temas: Racismo, homofobia e machismo. Para além da atualidade dos temas em questão, todos são bastante polêmicos e poderiam trazer importantes dados para a nossa reflexão, sobretudo por conta da identificação das diferentes vozes que contemplam a NELL. Eis os pareceres sobre os três temas consultados que a NELL disponibiliza:

Racismo: é um movimento sobre artes visuais, ou também pode ser (só que isso ela não tem muita certeza) uma religião, uma empresa, uma pessoa africana ou um tema de conferência.

Homofobia: é um tema político de forma geral.

Machismo (Chauvinismo): é um movimento sobre artes visuais.

Como pode ser observado, as respostas não contemplam uma análise dos temas consultados, são apenas pareceres vagos sobre algumas leituras que a NELL realizou, nas quais essas palavras aparecem, mas que não foram ainda categorizadas, conforme explicação constante na configuração e funcionamento do programa referido em que os temas (palavras) são englobados por categorias comparativas.

Diante da carência informacional, por conta mesmo do atual estágio da NELL, e para não desertarmos de nossos objetivos precípuos, optamos por realizar uma análise das cenas enunciativas que constituem o NELL. Sobre a importância de tratar das cenas enunciativas da WEB, nos diz Maingueneau (2013, p. 74):

A categoria do gênero do discurso é o coração da Análise do Discurso, que por natureza se detém sobre os dispositivos de enunciação, a articulação entre os lugares sociais e os modos de organização textual. Mas não se pode refletir sobre a questão dos gêneros de maneira a-histórica, sem levar em conta os mundos dos quais participam as práticas verbais. É evidente, em

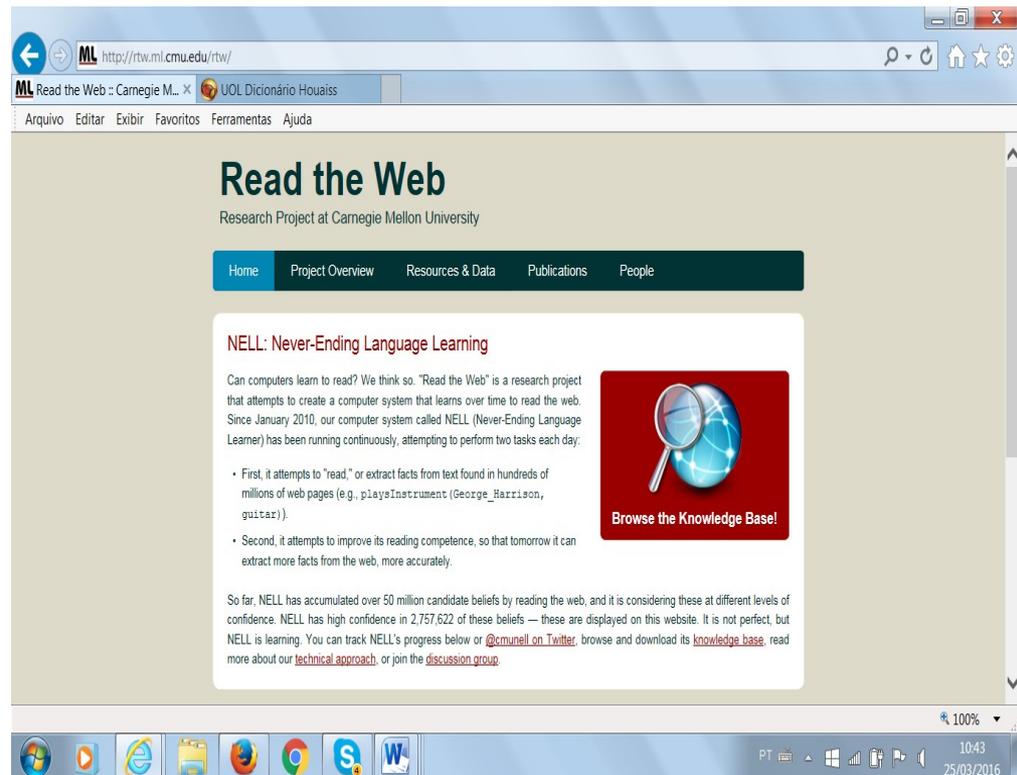
particular, que a aparição da Internet², como foi no passado a escrita, em seguida o impresso, teve um impacto profundo não somente sobre as práticas (de novos gêneros que surgem, de outros que desaparecem), mas sobre a maneira mesma na qual se pode conceber a questão dos gêneros.

Atualmente, com o desenvolvimento de novas tecnologias, noções como as de “texto” ou de “leitura” perdem sua evidência, e com elas toda a configuração com as quais são solidárias. Entre os “cybergêneros”, faz-se habitualmente uma distinção (ver, por exemplo, Sheperd e Watters, 1998) entre aqueles que retomam os gêneros que já existem nas outras mídias (manuscrito, impresso ou vídeo) e aqueles que emergiram na web (como os fóruns ou os blogs). Mas esta diferença não deve mascarar uma descontinuidade profunda: mesmo quando parece que se retoma um gênero já existente, pode-se duvidar de que se trata do “mesmo” gênero sobre o papel e sobre a web.

O teórico francês nos chama a atenção para o fato de que a WEB muda profundamente o regime de genericidade das cenas enunciativas. Isso em função não só da mudança de suporte, mas por conta mesmo da colocação em diálogo de diversas cenas genéricas e cenografias. Assim, no entendimento de Maingueneau:

A concepção clássica de gênero é estruturada pela hierarquia de constituintes (componentes) da cena de enunciação (Cena Englobante > Cena Genérica > Cenografia); a cena genérica serve de pivô e o hipergênero interpreta um papel marginal. Sobre a web, ao contrário, as coerções da cena genérica são fracas. Os sites, qual seja seu conteúdo, são submissos a um conjunto de coações técnicas, e esta homogeneização é reforçada pela necessidade de poder circular por hiperligações de um site a outro. Em razão dessa “ligação” de diferenças genéricas, é doravante a cenografia que interpreta um papel chave: a principal fonte é a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais.

² A Internet designa a interconexão mundial de redes de informática, “rede de redes” e, por extensão, os serviços e as práticas numéricas que se desenvolvem. A web é uma parte desses serviços. (nota do autor)



A imagem precedente nos mostra que a página inicial do NELL é muito similar a de outros sites de informação científica: Título no alto da página e links logo abaixo pelos quais o internauta pode navegar: *Home*; *Project Overview*; *Resources & Data*; *Publications e People*. A cena englobante é a do discurso científico e, nesse caso, as cenas genéricas predominantes seriam às relacionadas a esse tipo de discurso: artigos, ensaios... No entanto, o que observamos, como bem nos alerta Maingueneau (2008), é a predominância de cenografias que encenam uma comunicação interativa entre o *site* e os seus internautas. A imagem da lupa sobre o globo terrestre, conectado pela rede, em um fundo vermelho, que pode ser deslocada com o uso do mouse do computador, reforça a imagem de um site interativo que se dedica a disponibilizar informação científica.



Esse discurso interativo é reforçado pela imagem que contém a fotografia de todos os participantes da elaboração do NELL. Juntos estão os professores pesquisadores, os pais da NELL e os pós-doutorandos; doutorandos; mestrandos; alunos de graduação e demais colaboradores do programa. Além disso, os links com as fotografias individuais dos protagonistas da NELL, logo abaixo da fotografia coletiva, reforça o efeito de interatividade. Efeito esse que não é possível observar tão íconotextualmente em outro site de informação científica como o Wikipédia, por exemplo.

Maingueneau também nos chama a atenção para o fato de que sobre a web pode-se distinguir dois níveis de cenografia: a verbal e a numérica.

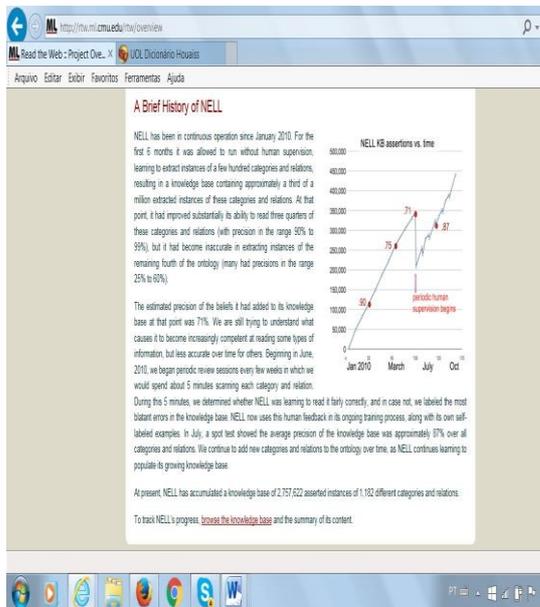
A cenografia “verbal” é aquela que implica a enunciação propriamente linguística. Nos enunciados escritos tradicionais, a cenografia verbal acompanha elementos visuais: a diagramação, a disposição das letras e as imagens na página, etc. No caso da “Carta a todos os franceses” de F. Mitterrand³, por exemplo, a relação epistolar se dá a ver no dispositivo tipográfico: o termo endereço é destacado, a apresentação em preto e branco dá ao leitor a impressão de ter em suas mãos uma folha de papel impressa. Mas se se coloca essa letra em um site de Internet, ela se torna por sua vez uma imagem em uma tela, um suporte de operações (por exemplo, se podemos clicar sobre tal ou tal palavras ou grupo de palavras), um módulo na arquitetura de um site (elapode se situar em lugares bem diversos: o site oficial de um partido, uma base de dados linguísticos, um site de informação jornalística etc.). Tanto quanto os elementos que interagem fortemente com a

³ Maingueneau refere-se à análise da Carta de François Mitterrand aos franceses, publicada inicialmente no livro *Análise de textos de comunicação*, em 2003.

cenografia propriamente verbal. A cenografia numérica comporta assim três dimensões: a) Uma dimensão iconotextual (o site mostra as imagens e constitui ele mesmo um conjunto de imagens em uma tela); b) Uma dimensão arquitetural (o site é uma rede de páginas dispostas de uma certa maneira) e, c) Uma dimensão procedimental (cada site é uma rede de instruções).

Essas três dimensões podem convergir ou divergir: por exemplo, uma cenografia procedimental muito didática pode entrar em tensão com uma cenografia iconotextual muito “poética” (cores pastel, tipografia elegante...).

Ao clicarmos em um dos links, o Project Overview, por exemplo, o site apresenta a seguinte imagem:



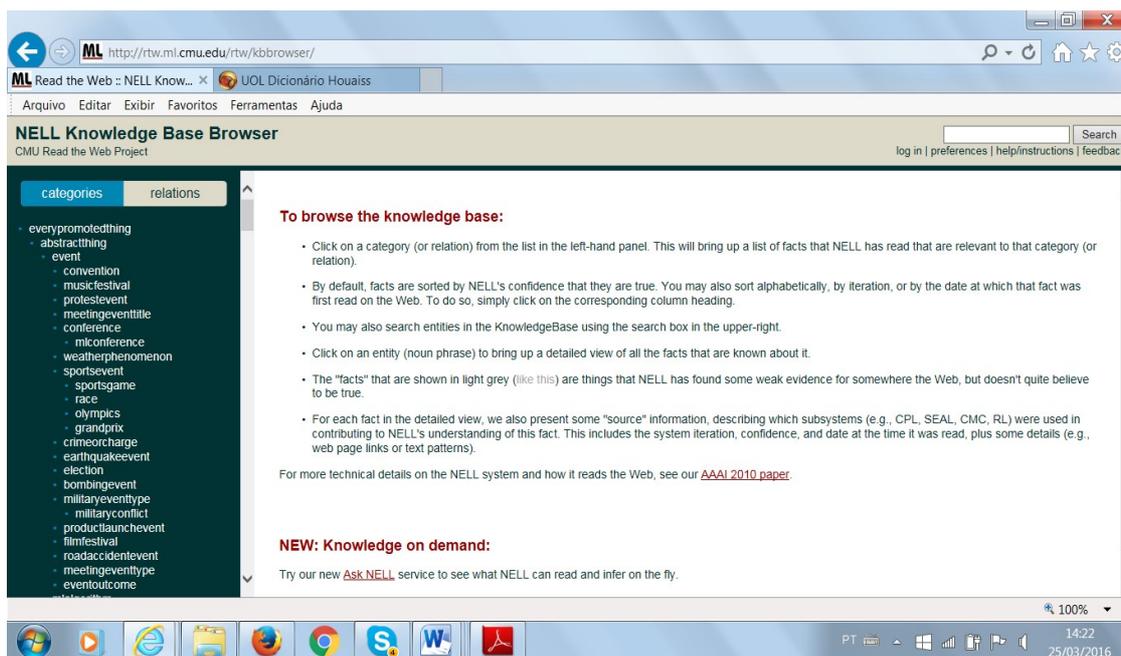
Nesta imagem é possível verificar entre outras questões informações acerca da história da NELL. Todas essas informações são disponibilizadas numa linguagem bem simples e também com o auxílio de gráficos e tabelas, produzindo um efeito de objetividade científica. Essa interação entre linguagem verbal e gráficos exemplifica bem o que Maingueneau compreende como cenografia verbal e cenografia numérica.

Ao lado da questão dos gêneros de discurso, segundo Maingueneau, é a textualidade ela mesma que está em jogo na web.

É, aliás, o que implica o conceito de hipertexto, que foi introduzido em 1965 por Tad Nelson precisamente para contestar a textualidade tradicional. Os três regimes metodológicos de base (oral, impresso, numérico) implicam formas de textualidade distintas, em função da relação que eles mantêm com a generacidade. 1) Na oralidade conversacional comum, os parceiros não podem apreender como texto, globalmente e do exterior, a atividade de fala na qual estão engajados. No entanto, uma vez

transcritas, as conversações se tornam textos para aqueles que as analisam; 2) Existe uma segunda forma de textualidade, “planejada”, que pode ser oral ou escrita. A oralidade planejada, por sua vez, pode ser dividida em dois sub-tipos: a) A oralidade dialogal, na qual os enunciadores são mais ou menos instados a avançar e gerenciar durante a atividade de fala por um moderador que procura se conformar em certos esquemas. Mas esta opção de oralidade “planejada” é igualmente pertinente quando não há moderador, quer dizer, quando os participantes se submetem espontaneamente às normas tácitas do gênero de discurso ao qual estão implicados; b) A oralidade monológica, na qual o orador planeja sozinho o desenvolvimento de sua enunciação. É a situação, por exemplo, de um pregador ou de um conferencista, que segue reajustando seu propósito em função de reações de seu auditório. Além disso, a textualidade planejada escrita pode se manifestar de duas maneiras: linear e tabular. Qualquer tipo de texto escrito é também, de certa maneira, “tabular”, uma vez que se apresenta como uma imagem, submissa às normas de publicação. Mas, em regra geral, as normas apenas supostamente clarificam a articulação do texto, que é fundamentalmente linear. Na textualidade propriamente tabular, ao contrário, o texto é concebido como o componente de uma imagem. A proliferação, na imprensa escrita, das hiperestruturas é uma manifestação particularmente forte desse tipo de textualidade. 3) O terceiro tipo de textualidade é aquele que implica a Internet. Trata-se de uma textualidade navegante, solidária aos novos modos de “leitura”. As propriedades do hipertexto suscitaram uma série de reflexões (ver, por exemplo, Levy, 1990; Nielsen, 1990; Slatin, 1991; Landow, 1994 e 2006; Rouet e outros 1996). Não se trata propriamente de falar de um texto de uma ordem superior, mas de um sistema contingente construído pelo internauta: “O hipertexto (ou hiperdocumento) é um conjunto de textos, imagens e sons – nódulos – conectados por links eletrônicos de modo a formar um sistema cuja existência é contingente além do computador”⁴ (Slatin, 1991: 56). É o internauta que fabrica o texto que ele “lê” [lit]. Essa possibilidade põe em efeito e em causa um pressuposto que é o coração do humanismo tradicional: a relação entre um Sujeito e um texto orgânico é estável, seja esse sujeito um autor ou leitor.

⁴ Citado, no original, em inglês.



A imagem precedente confirma o anteriormente exposto por Dominique Maingueneau, ou seja, é o internauta que fabrica o texto que ele lê. É claro que essa liberdade de fabricação do texto não é total. Ela é condicionada a partir de algumas autorizações pré-formatadas no próprio sistema. É por esses caminhos autorizados que o leitor poderá construir o seu texto e se configurar também como mais um de seus autores. Nesse sentido, é possível asseverar que a web muda não somente o regime de textualização dos gêneros, mas também o regime autoral. Se no texto impresso, tínhamos um sujeito leitor relativamente passivo, numa disputa em que os sentidos do texto e/ou da história se impunham muito mais do que o desejo do leitor, na web temos um sujeito mais participativo. A esse respeito nos diz Dominique Maingueneau:

A generacidade que implica a web vai no sentido de uma diversificação dos domínios da fala. A generacidade “clássica” se apoia sobre a cartografia das atividades verbais: há tipos de discurso e no interior dessas instituições falas bem distintas. A web, ao contrário, tem tendência a misturar essas fronteiras, por uma exacerbação ao mesmo tempo da cenografia e do hipergênero. Uma evolução como essa se faz em detrimento das coações ligadas à legitimidade dos parceiros e às circunstâncias de atividade verbal que prescrevem um gênero de discurso “clássico”, mas também em detrimento da unidade de um texto. Na tela, aparecem imagens transitórias em recomposição perpétua, mosaicos de modos tipográficos, quadros de borda, nós em redes, não textos que se poderiam reportar a lugares circunscritos em territórios. À relação imaginária que liga um texto isolado aos seus “produtores” se substitui a postulação em relação

generalizada, em um espaço virtualmente infinito, de sites que são organizações coletivas. À lógica do lugar se substitui aquela da ligação (laço / vínculo).

Com base nas asserções de Dominique Maingueneau, embora não tenha sido este o objeto de estudo do teórico francês, é possível dizer que a NELL, enquanto suportada na web, também substitui a lógica do lugar, do território, pela ordem da ligação. E essa mudança de ordem do enunciável, para retomar uma expressão feliz de Courtine (1981), implica um tipo particular de função autor, o autor coletivo, aquele que polifonicamente reforça o coro de vozes do objeto que está co-construído. É claro que todas essas vozes que formam este autor polifônico não tem o mesmo estatuto: alguns são mais iguais do que outros, para parafrasear uma frase luminosa do bom Pêcheux. O ponto de vista do sistema [capitalista?] sempre será determinante para o leitor.

Nesse sentido, cabe uma discussão sobre as fontes de financiamento da NELL. As principais Instituições que colaboram também financeiramente com o programa de pesquisa levado a efeito pelo laboratório de pesquisas sobre Aprendizado de Máquinas da Universidade de Carnegie Mellon, localizada na Cidade de Pittsburgh, estado da PA. nos EUA. São: DARPA – Agência de Defesa para Projetos Avançados de Pesquisas, dos EUA; Google – Empresa de Comunicação que possui diversificado sistema de informações via eletrônica, amplamente conhecida em quase todo o mundo; Microsoft, empresa que opera no ramo de computadores, dominando grande parcela do mercado mundial, nesse segmento; NSF – Fundação Nacional de Ciências; YAHOO!: CNPq; e FAPESP.

Peculiar poderia ser considerada a característica desses investimentos por diferirem significativamente daqueles que costumam ocorrer na maioria dos casos que se tem notícia. O que usualmente acontece é o investidor, com uma mentalidade imediatista, aplicar alguma verba em projetos fechados, na perspectiva, ou na certeza quase absoluta de que haverá retorno através de um produto final no qual ele terá uma participação, ou será proprietário de uma percentagem.

Diferentemente do que foi exposto, o que se verifica, no caso da NELL, que é um programa de pesquisa totalmente aberto, em que os resultados, à medida que vão surgindo, são apresentados a todos os interessados por meio de publicações de artigos e/ou outras formas de comunicação; e também num sem número de outras iniciativas desse gênero, desenvolvidas em Países onde a pesquisa significa evolução, progresso, possibilidade de colocar-se na vanguarda do desenvolvimento científico, e os Governos oferecem incentivos

fiscais para o desenvolvimento da ciência, a grande maioria desses colaboradores auxiliam financeiramente os projetos de pesquisa que demonstram um relativo potencial de obtenção de resultados positivos nas áreas de pesquisas em que eles têm interesse que se desenvolvam.

O que se considera não são o imediatismo e o domínio das conquistas, e sim que apareçam contribuições importantes para os projetos que essas Empresas desenvolvem, e a parceria facilita o contato direto com os pesquisadores, proporcionando condições de terem informações mais detalhadas sobre qualquer particularidade que mais lhes convenha e, além disso, acompanhar o desempenho de cada estudante, componente do grupo de pesquisa, e ao final dos cursos ou dos trabalhos, contrataram aqueles que se destacarem, ou demonstraram que se constituem peças de real valor na composição do grupo de trabalho que desenvolverá o produto que a empresa pretende.

Capítulo 5

Breves conclusões em forma de questionamentos

As teorias e concepções de interdiscurso inserem-se, nessa pesquisa, considerando que toda fala tem apoio num “já dito”, e a palavra é sempre renovada, toma-se para si a palavra de outrem, trazendo e refratando novos sentidos, como concebe Bakhtin (1995) e, aqui, o projeto de dizer do autor será perscrutado numa só vertente-axial, dirigida por uma orientação pré-concebida, relacionando-se com todos os princípios plurívocos e ou multiformes, mas regida por uma objetivação unívoca.

O “já dito”, como componente do interdiscurso, pela análise do exposto neste trabalho, assistido pelas afirmações de Foucault (1996), que assegura:

“Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu a encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto do seu desaparecimento possível. (p. 5-6).

E mais especificamente no que apregoa Courtine, o interdiscurso pode ser considerado como fator preponderante, ou até mesmo como um tributário, de forma geral, no assujeitamento do sujeito, entretanto, diferente do generalizante, a figura do Autor, pelas perspectivas das teorias, aqui citadas e detalhadas, cuidadosamente analisadas, é uma entidade

que passa incólume por este fenômeno, pois, como explica Foucault, cuja maneira de pensar, de ver, de julgar, e que é sobreasseverada por Chartier, e por Baronas e da mesma forma, pelos outros estudiosos, cujas teorias também estão destacadas nesta pesquisa, admitem, ou não contestam que o personagem, na posição de autor, quando escreve, não está filiado a uma Formação Discursiva definitivamente; na sua contemporização, ele está ocupando este lugar atópico, ou paratópico conforme diz Maingueneau, apenas momentaneamente. Ele está, neste espaço, investido dos valores das correntes institucionais que representa e/ou das situações peculiares em que está imerso, exercendo, assim, uma Função-Autor.

A NELL obedece amplamente este conceito, exercendo, pois, a Função-Autor, já que segue, ou é orientada e construída, exclusivamente, por fatores externos. Conforme expõe Luzmara Cursino (2014), numa de suas tratativas sobre esse tema:

Para que se promova essa forma de análise histórica do nome, da figura discursiva do autor, é preciso levantar as modalidades de sua existência, “em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita”, o que pressupõe considerar que todo texto, por estar submetido à ordem que regula seu funcionamento discursivo, fornece os índices materiais que atestam esse seu funcionamento. Cabe, assim, ao analista, norteado por esse princípio, e a partir da análise de textos específicos, apreender e explicar o exercício da ‘função autor’, levantando os modos de sua constituição, circulação, valorização e apropriação pelos sujeitos, em suas variações inter e intraculturais, ao longo da história. (...) – a “função autor”- tal como se apresenta em alguns textos contemporâneos específicos, alguns deles antes impressos, e hoje (re)produzidos e difundidos virtualmente. Essa mudança na forma de circulação de certos textos nos interessa à medida que pode promover o encontro, em alguma medida improvável, de textos do âmbito cultural erudito com leitores muito diversos, com graus de letramento bastante variáveis, entre os quais se encontra aqueles não nascidos na era da informática e não pertencentes a grupos que gozam do capital cultural para realizar uma leitura autorizada e legitimada desses textos. (p.82).

Considerando as várias ponderações dos teóricos sobre uma espécie de desvinculação ou desligamento do sujeito com o autor, encontramos em Courtine (2013), uma análise de algumas fotografias de diversas situações, tiradas no interior da prisão de Abou Ghraib, no Iraque, por soldados americanos, que como carcereiros lá se encontravam para exercer atividades diretamente ligadas às suas funções, entretanto, ocorreram deslocamentos no comportamento de vários deles quando, num arroubo de desidentificação, transferiram-se para ambientes suprarrealistas, e fotografaram-se junto às suas vítimas como se foram turistas ou caçadores expondo seus troféus.

Citando algumas explicações desses autores que expuseram essas fotos na mídia, observa-se essa alteração comportamental encarada com muita naturalidade pelos protagonistas, conforme seus depoimentos: Declaração de Sabrina Harman, em entrevista dada para Errol Morris, que se perguntava o que tinha ela na cabeça, e em que poderia ela estar pensando naquele momento?

Q.- “Mas por que essa foto, você inclinada sobre o cadáver?”

R.- “Era justamente uma forma de dizer: ‘Oh! Olhem é um cadáver, estamos com um cadáver!’ Eu penso que não pensávamos em nada, como, por exemplo: ‘Oh! Esse cara tem uma família !’, ou: ‘Esse cara acaba de ser assassinado...’ Não, era só uma forma de dizer: ‘Oh! É um homem morto, e era uma façanha fazer-se fotografar ao lado de um cadáver’”. (COURTINE, 2013, p. 162).

Sabrina não pensava na realidade crua em que estava imersa, vivia um ambiente fictício, quase de fantasia, num domínio para além de uma consciência plena, aquele cadáver ali não representava um ser humano assassinado, não era percebido como uma pessoa que há pouco tempo ainda estava viva, que fazia parte de uma família. Sua visão substancial, naquele momento, obliterava o arrazoado e a colocava numa posição ou situação de turista, e nesta outra instância, para ela seria natural esquecer o ambiente trágico que a cercava e, como diz Todorov “negar a humanidade do outro”, e também, ainda acompanhando Courtine: “*coisificar o cadáver, por uma operação mental que consiste em banir do espírito o traço comum entre o turista-soldado e o objeto de sua curiosidade fotográfica*”, então pode transformar-se num souvenir para que o soldado se considere apenas um turista e esta fotografia seja naturalmente tirada e exposta como um

“objeto destituído da humanidade do corpo, uma carne sem vida, um corpo sem homem. Mas uma operação que consiste ainda em se apoiar em condutas ‘normais’, ordinárias, automáticas (somos tentados a dizer ‘reflexas’, em ligação, precisamente, com o universo fotográfico). A operação mental que, portanto, torna esta foto possível é dupla, constituída pela simultaneidade de um recalçamento e de um automatismo.” (id. ibid. p.162-3)

Autentica-o a resposta que segue a uma outra questão posta por Morris:

Q.- “Por que você fez sinal de positivo com o polegar, nesta foto?”

R.- “Eu me comportei exatamente como as crianças, em Bagdá, quando as fotografamos. [...] Então, seja qual for a foto eu sempre levanto o polegar, só isso... Eu não faço senão imitar as crianças. É algo automático. Como quando alguém tira uma fotografia sua, e você logo esboça um sorriso. Foi exatamente isso, parece-me, que fiz...”. (id. *ibid.* p. 163).

Numa análise reflexiva, nota-se em toda a resposta uma atitude infantil, uma postura de criança, todas as assertivas conduzem para um estado de mimese da puerilidade, pois ela não fez outra coisa senão imitar as crianças na frente da câmera, é tudo automático, um reflexo infantil, um comportamento o mais simples e banal possível, diz ela.

*Comportamentos ordinários, em circunstâncias que não o são; poses de turistas, sobre um fundo de tortura, razões infantis para justificar uma negação de humanidade: Sabrina Harman seria um monstro, ou uma americana como outra qualquer, imaginando-se turista no Iraque?”(id. *ibid.* p.163-4).*

Para aclarar esta situação Courtine retrocede e busca subsídios no que Foucault chamou de “dispositivos” em ação na tomada destes clichês na prisão. Encontramo-los presentes ali na instrumentalidade do equipamento fotográfico à mão dos soldados, nos comportamentos que a utilização dessa tecnologia proporciona, nos efeitos de poder que estes recursos induzem, nos laços genealógicos que inscrevem estas imagens numa memória coletiva e em uma história que as cria reativadas pelas próprias imagens.

Giorgio Agamben vê na noção foucaultiana de “dispositivo” um termo “decisivo”, e lhe concede uma extensão considerável, mas salienta, sobretudo, que

“os dispositivos de hoje se articulam por processos de subjetivação. As sociedades contemporâneas apresentam-se assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação”.

“A partir daí entende-se a metamorfose do soldado em turista, e do turista em torturante, como uma série de “dessubjetivações”. Trata-se primeiramente de não pensar em nada, Isto é, de não pensar na natureza humana do outro. Trata-se em seguida de não pensar em nada, isto é, de obedecer aos automatismos. Trata-se enfim de não pensar em nada, isto é, de não reconhecer-se como sujeito agindo, segundo uma modalidade realmente específica”.

“O que se produziu em Abou Ghraib deve levar a pensar na complexidade de suas causas e na multiplicidade de seus efeitos, as formas de dessubjetivação ligadas à proliferação dos dispositivos. E em particular a existência proteiforme⁵ do sujeito sob uma forma separada dele mesmo,

⁵ Que muda de forma frequentemente, se metamorfoseia como Proteu na mitologia grega. [N. T.]

desafivelada e nômade – eu-foto, eu-vídeo, estas extensões do eu do qual este poderia, por diversão, se desvincular;”. (id. *ibid.* p.164-5)

Efetuada uma assimilação destas considerações para o universo autoral amplo, geral, percebe-se que a forma de dessubjetivação ou desassujeitamento específico do qual trata Courtine, corrobora a concepção foucaultiana de “função-autor”.

Buscamos em Maingueneau, (2006), suporte teórico para considerar essa migração de domínio ou campo de produção autoral, definindo o posicionamento num espaço irrepresentável:

“Mais do que traçar a impossível fronteira entre o que seria propriamente literário e o que estaria fora da literatura, é realista ao admitir que a literatura mescla dois regimes: um regime que se poderia dizer ‘delocutivo’, em que o autor se oculta diante dos mundos que instaura, e um regime ‘elocutivo’, em que ‘o inscrito’, ‘o escritor’ e ‘a pessoa’, conjuntamente mobilizados, deslizam uns nos outros. Longe de ser independentes, esses dois regimes, o delocutivo e o elocutivo, alimentam-se um do outro segundo modalidades que variam a depender das conjunturas históricas e dos posicionamentos dos diferentes autores.”(p.139).

Esse dom da ubiquidade dos autores, Foucault explica através da propriedade característica de cada um que ele denomina “Função-Autor”, que assim como os autores das fotos de Abou Ghraib em suas “*selfies*” sentiam-se em mundos alheios à realidade, em que sendo soldados agiam como turistas, a função-autor, numa consideração análoga, promove explicações para esse desassujeitamento do “Sujeito-Autor”, em que ele está lá, mas lá ele não está, lá ele apenas desempenha uma função de autoralidade, co-habita domínios diversos e descreve assuntos específicos que constroem sentidos em que estão inseridas funções humanas muito mais “elevadas” do que a simples função lingüística sem, no entanto, ser um representante nato daquilo que escreve naquele momento, quando ele está imerso em outro “mundo”, comporta-se como se a ele pertencesse, dessubjetivando-se, ou melhor, desassujeitando-se.

Em cada domínio a interpretação tem natureza diversa, o sentido de uma sequência é mais facilmente compreendido, quando se percebe que esta sequência deriva ou relaciona-se de alguma maneira a esta ou àquela formação discursiva, formação esta constituída, margeada pelo que lhe é exterior, logo, por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina. Eni Orlandi procura distinguir melhor a questão da multidirecionalidade do texto e de sua materialidade, lançando mão da diferença entre as chamadas memória histórica (o interdiscurso) e memória metálica (a informatização dos arquivos).

Pode-se concluir então, ainda amparado em Maingueneau (2008), que todo o dizer de um locutor é construído num quadro de dizer, que traz dispositivos subjacentes legitimando um discurso, que encena seu próprio processo de comunicação por meio de uma encenação umbilicalmente ligada à universalidade de sentidos que o texto propulsiona, construído num espaço e num momento enunciativos que convalidam a instância permissiva de sua existência.

Outrossim, o sistema de aprendizado da NELL pode ser assimilado ao processo de aprendizado das comunidades sociais, que com suas práticas de leituras evoluem culturalmente quase de forma autodidata, como podemos observar no trabalho de pesquisa publicado como tese de Doutorado de Valéria Augustin, intitulado: “Do gosto inculto à apreciação douda: A consagração do romance no Brasil do oitocentos”.

O tratado sobre a circulação do romance no Brasil no período entre o final do século XVIII e início do século XIX, relatando o que podemos chamar de uma luta político-literária, envolvendo interesses comerciais e manifestação do poder de instâncias consagradoras dos que se consideravam eruditos, portanto detentores do discurso autorizado. Época de grande prodigalidade na emergência de leitores nas mais variadas camadas sociais cada qual com suas práticas de leitura. A sociedade mais inculta buscava com avidez, exemplares de contos romanescos, como forma de entretenimento, pois sua leitura não exigia o domínio de um repertório normativo, como ocorria com os gêneros clássicos, pois eram histórias escritas com vocabulário acessível, simples e ao gosto da população com baixo nível de escolaridade. Os que combatiam essa forma de literatura, a chamada “elite letrada”, julgavam-na indigna de pertencer ou possuir o “status” de obra literária, mas concordavam com a disseminação, desde que relegada a um nível inferior de literatura, (o que pode ser desconsiderado, pois, não se pode concordar com esse pensamento insano, com essa classificação pseudo-moralista, posição elitizadora descabida) já que além de propagar o interesse pelo produto literário nacional, poderia ser utilizado para incutir no público leitor de uma forma massiva, padrões de conduta moralizantes, mas antes disso, é natural que a leitura prosperou, auxiliando enormemente na elevação do nível cultural da denominada classe social “popular”, acompanhando ao longe, a sofisticação nos métodos de escrita, mas sempre objetivando o acultramento e o incremento do aprendizado da população: “*Gênero em prosa, ao qual se atribuía capacidade considerável de produzir efeitos sobre o leitor, conduzindo-o a comportar-se conforme os valores e padrões de conduta nele representados,(...)*”.

O aprendizado das formas mais simples de estruturas sintáticas proporciona condições facilitadoras para o entendimento de outras de maior complexidade, as crianças aprendem

assim, bem como os adultos também. Então, pode-se encontrar aí uma similaridade com o sistema de aprendizado da NELL.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. S. C. de - **Políticas de Autoria**. São Carlos, SP: Edufscar. 2013.
- AMOSSY, R. Imagens de autor. In: Revista Linguasagem, nº 19. Disponível: www.letras.ufscar.br/linguasagem, 2012.
- APPEL, A. P., & Hruschka Jr, E. R., Prophet--A Link-Predictor to Learn New Rules on NELL. In Data Mining Workshops (ICDMW), 2011 IEEE 11th International Conference on (pp. 917-924), 2011.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7ª ed., São Paulo, SP: Hucitec, 1995.
- _____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo, SP: Fontes. 1992.
- BARONAS, R. L.; Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre a autoria. In: BARONAS, R. L. **Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas**. São Carlos, SP: Edufscar, 2011.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- CARLSON, A., Betteridge, J., Kisiel, B., Settles, B., Hruschka Jr, E.R., Mitchell, T. M., **Toward an Architecture for Never-Ending Language Learning**. In Proceeding of the AAAI2010, 2010a.
- CARLSON, A., Betteridge, J., Wang, R.C., Hruschka Jr, E.R., Mitchell, T. M., **Coupled semi-supervised learning for information extraction**. Proceedings of the third ACM international conference on Web search and data, 2010b.
- CHARTIER, R. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia**. Tradução: Luzmara Cursino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos, SP: Edufscar, 2012.
- COURTINE, J. J. **Decifrar o Corpo – Pensar Foucault**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Organização: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- CURSINO, L. Metamorfoses da autoria na contemporaneidade: *a função-autor* em tempos de circulação virtual. In: **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. Organização: Carlos Piovezani; Luzmara Cursino; Vanice Sargentine. São Carlos, SP: EduFSCar, 2014.
- DUARTE, M. C.; Hruschka Jr, E. R.; **Exploring two views of co-reference resolution in a never-ending learning system**, "Hybrid Intelligent Systems (HIS), 2014 14th International Conference on", 273-278, 2014a.
- DUARTE, M.C.; Hruschka, E.R., "How to read the web in portuguese using the never-ending language learner's principles," Intelligent Systems Design and Applications (ISDA), 2014 14th International Conference on, vol., no., pp.162,167, 28-30 Nov. 2014b.
- DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1995b.

- _____. **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.
- _____. **O que é um autor?** 3ª ed. São Paulo, SP: VEGA Passagens, 1992.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. 10ª Reimpressão. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo, SP: Editora 34, 2001.
- _____. **O que é o virtual?** 1ª Reimpressão. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, SP: Editora 34, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**; organização: Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; tradutores: Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. et al. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.
- _____. **Discurso Literário**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.
- _____. **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.
- MARTINS, B. C. **Autoria em Rede – Os novos processos autorais através das redes eletrônicas**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2014.
- MITCHELL, Tom M. et al. **Never-Ending Learning**. In: Twenty-Ninth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2015.
- MOHAMED, T., Hruschka Jr, E. R., Mitchell, T. M., **Discovering Relations between Noun Categories**. Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing
- NELL
- ORLANDI, E. P. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux/ organizadores Françoise Gadet; Toni Hak; tradutores: Bethania S. Mariani. et al.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PEDRO, S. D. S., Hruschka Jr., E.R., **Conversing Learning: active learning and active social interaction for human supervision in never-ending learning systems**. In *Proceedings of the 13th Ibero-American Conference on AI (IBERAMIA)*, 2012.
- POSSENTI, S. Índícios de autoria. In: POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.
- SAMADI, M.; VELOSO, M.; BLUM, M., **OpenEval: Web Information Query Evaluation**. In: Twenty-Seventh AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2013.
- SAUSSURE, F. de **Curso de Linguística Geral**. 3ª ed. Tradução: Antonio Chelini. et al. São Paulo, SP: Editora Cultrix Ltda, 1971.
- SLASHDOT – [HTTP:// SLASHDOT.ORG](http://slashdot.org). Acesso em 22.07.2015 – 15:10 horas.
- TWITTER.COM – [PT. WIKIPEDIA.ORG](http://pt.wikipedia.org) – Acesso em 17.08.2015 – 23:00 horas.
- WIKIPEDIA - <https://pt.wikipedia.org> Acesso em 22.07.2015 – 16:32 horas.